UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-G RADUAÇÃO EM LETRAS

ELINE MARQUES DOS SANTOS

Interpretação e subjetividade:

Uma leitura autoetnográfica de *Nove Noites*

São Cristóvão
2016

ELINE MARQUES DOS SANTOS

Interpretação e subjetividade:

Uma leitura autoetnográfica de *Nove Noites*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Letras.
Orientadora: Profa. Dra. Josalba Fabiana dos Santos

São Cristóvão - SE

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Santos, Eline Marques dos

S237i Interpretação e subjetividade: uma leitura autoetnográfica de *Nove Noites* / Eline Marques dos Santos; orientadora Josalba Fabiana dos Santos.– São Cristóvão, SE, 2016.

100 f.

Dissertação (mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Leitura. 3. Subjetividade na literatura. I. Carvalho, Bernardo. Nove noites. II. Santos. Josalba Fabiana dos, orient. III. Título.

CDU 821.134.3(81).09

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão sobre a leitura literária por meio de uma abordagem que privilegia a investigação do processo, ou seja, este estudo preocupa-se com a interação do/a leitor/a em sua operação interpretativa. Para alcançar este objetivo, utilizo a autoetnografia (CLIFFORD, 2008) (GEERTZ, 1973) (SILVA, 2011) (VERSIANI, 2005), um viés metodológico que se define pela análise de práticas sociais, a partir do entrecruzamento da autobiografia com a etnografia. A perspectiva adotada ajuda a refletir sobre a relevância da subjetividade do/a pesquisador/a na construção da interpretação. Aqui, uso esta metodologia como uma forma de analisar o registro do meu processo de leitura, por meio da análise do diário de leituras do romance *Nove Noites* (2002), de Bernardo Carvalho, observando as diversas associações estabelecidas, desde críticos e leitores/as do texto literário, até mesmo a relação com outros textos e experiências pessoais. Para esta análise utilizo o diário como uma importante fonte de pesquisa para o registro do processo de leitura, o qual, por ter como características a fragmentação e a liberdade na escrita (LEJEUNE, 2008) (MACHADO, 1998) propicia um espaço ideal para a constituição de subjetividades. A base teórica concentra-se também em pesquisadores que refletiram sobre a leitura literária, como Compagnon (2010), Iser (2002; 1979), Jaus (2002), Fish (1992), Culler (1997) e Eco (2002; 2005). Esta pesquisa se alinha ainda a uma perspectiva que entende a leitura literária como um processo que permite a construção das identidades (HALL, 2011) (CULLER, 1999) do/a leitor/a por meio das diversas subjetividades que perpassam um texto literário.

Palavras-chave: Interpretação. Subjetividade. Leitura. *Nove Noites*. Bernardo Carvalho.

ABSTRACT

This paper proposes a reflection on the literary reading through an approach that focuses on the process of investigation, that is, this study is concerned with the reader's interaction in his/her interpretative operation. To accomplish this objective, I make use of autoethnography (CLIFFORD, 2008) (GEERTZ, 1973) (SILVA, 2011) (VERSIANI, 2005), a methodological bias that is defined by the analysis of social practices from the intersection of autobiography with ethnography. The adopted perspective helps to reflect on the relevance of the researcher's subjectivity in the construction of interpretation. Here, I use this methodology as a way to analyze the record of my reading process, through the analysis of my journal with daily readings of the novel *Nove Noites* (2002), by Bernardo Carvalho, observing the various associations established, from critics and readers of the literary text, and even the relation with other texts and personal experiences. For this analysis, I use daily records as an important research source for the registration of the reading process which, for having fragmentation and freedom in writing as features, (LEJEUNE, 2008) (MACHADO, 1998) provides an ideal space for constitution of subjectivities. The theoretical basis also focuses on researchers who reflected on the literary reading, such as Compagnon (2010), Iser (2002; 1979), Jauss (2002), Fish (1992), Culler (1997) and Eco (2002; 2005). This research is still aligned with a perspective that understands the literary reading as a process that allows the construction of the reader’s identities (HALL, 2011) (CULLER, 1999) by the various subjectivities that permeate a literary text.

Keywords: Interpretation. Subjectivity. Reading. *Nove Noites*. Bernardo Carvalho.

AGRADECIMENTOS

À professora Josalba Fabiana dos Santos, pela confiança, paciência e pelas diversas orientações desde o tempo de graduação, que me deu a oportunidade de começar nas pesquisas acadêmicas, sem a qual eu não chegaria até aqui.

Ao meu marido Cláudio, pela companhia, paciência e compreensão nas minhas ausências.

À minha mãe, pelo incentivo incondicional e por me fazer acreditar desde a infância na importância da leitura.

Aos meus irmãos, Aline, Amanda, Júnior, pelo apoio e por ouvir pacientemente todas as minhas inquietações.

A Helane e a Dayane, por dividir todas as dúvidas e angústias desse árduo caminho.

A todos os membros do ELL, pelas relevantes discussões que me fizeram iniciar as pesquisas desenvolvidas nesta dissertação.

Aos membros da banca examinadora, os professores Roberto Bezerra da Silva e Christina Bielinski Ramalho, pela qualidade das observações e comentários enriquecedores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....8

1 O PROCESSO DE LEITURA E A AUTOETNOGRAFIA.....13

1.1 A leitura literária: o leitor em foco.....13

1.2 Autoetnografia: conceitos e associações.....22

1.3 O diário: um instrumento de leitura.....31

2 A CONSTRUÇÃO DA LEITURA.....38

2.1 O processo de pesquisa.....38

2.2 Construindo subjetividades.....46

2.3 Lendo outros/as leitores/as.....53

3 UMA LEITURA AUTOETNOGRÁFICA DE NOVE NOITES.....61

3.1 Interpretação: o diário de leituras.....61

3.2 A autoetnografia na construção de *Nove Noites*.....71

3.3 A autoetnografia na leitura.....75

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....78

REFERÊNCIAS.....80

ANEXO.....84

INTRODUÇÃO

A leitura literária faz parte do objeto de pesquisa de vários estudiosos, os quais reconhecem a importância do leitor na interpretação. Contudo, muitas dessas pesquisas não privilegiam a apreensão do processo interpretativo, e restringem-se às dicotomias, tais como texto-leitor ou autor-leitor. Portanto, parece-me relevante uma alternativa que tente ir além dessas dualidades e relacione o/a pesquisador/a e o/a leitor/a como partes essenciais para a pesquisa e para a construção do objeto.

Apesar de todos os avanços que os trabalhos de diversos teóricos preocupados com este tema propiciaram, conseguindo alçar o leitor[1] a uma categoria relevante na análise literária, o texto continua ocupando uma posição de destaque, como um direcionador da interpretação, não dando, assim, liberdade à recepção. Além dessa questão, ainda há a dificuldade em se desenvolver uma teoria que consiga definir o que acontece no momento da leitura, deixando de pensar o texto como um único ponto de partida para as análises.

Dessa forma, indo em uma direção contrária aos estudos que partem do modo como o texto é construído, para chegar à conclusão sobre como deveria ser lido, este trabalho pretende, por meio de uma perspectiva autoetnográfica, analisar o processo de leitura, de um modo que não se restrinja a observação do texto literário, mas que consiga apreender a operação interpretativa. Para isso, buscarei analisar o meu processo, por meio da análise do diário de leituras, pensando nesta como uma prática social, já que considero questões como a identidade e a subjetividade e as relaciono às experiências de leitura de outros/as leitores/as.

Portanto, partindo dessas questões, proponho o uso da autoetnografia como uma forma de pensar a construção do objeto, isto é, uma metodologia que vise apreender as subjetividades presentes na interpretação. Desse modo, a leitura é vista como algo individual que envolve uma série de fatores culturais e sociais, por isso se relaciona com a autoetnografia, já que remete a relação do sujeito com os grupos culturais em que está envolvido, promovendo, assim, o encontro de subjetividades.

[1] Neste trabalho, utilizo a forma “leitor” de acordo com o que foi adotado pelos autores citados, apenas em minhas colocações uso a forma dupla “leitor/a”.

A autoetnografia propõe a reflexão sobre o/a pesquisador/a como parte da construção do objeto, envolvendo, assim, questões como a identidade e a subjetividade. Por esse motivo, não tem a ilusão da neutralidade de pesquisas tradicionais, pois tem em vista que não é possível anular a individualidade, muito menos compreendê-la a partir de uma posição de afastamento. Baseado nas ideias desenvolvidas aqui, este trabalho deixará demarcada a presença do sujeito, por meio do uso da primeira pessoa do singular, ou seja, a pretensão da impessoalidade será substituída pela intenção deliberada de me colocar no texto.

Minha trajetória como leitora e pesquisadora, na perspectiva adotada, constitui uma parte relevante, já que esta construção ocorre conjuntamente com as pesquisas. O estudo da leitura literária faz parte de meus interesses desde a graduação. Ainda na metade do curso de Letras, tive a oportunidade de participar do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, orientado pela professora Dra. Josalba Fabiana dos Santos. Com isso, pude desenvolver meu conhecimento sobre algo que sempre fez parte da minha vida e que me conduziu para o curso de Letras. Assim, pude perceber como seria importante pesquisar a leitura como um modo de formar leitores.

Terminada essa pesquisa, fui convidada a fazer parte do Grupo de Estudos em Leitura Literária (ELL) pela mesma professora. Nesta fase, conseguimos nos aprofundar no conhecimento sobre o método que poderia ser útil para a análise do processo de leitura: a autoetnografia. Ainda mais importante foi a experiência de escrever diários de leitura e compartilhar as interpretações, compreendendo e vivenciando a infinidade de relações possíveis. Por meio da interação entre a leitura das pessoas do grupo, construímos uma interpretação coletiva e dinâmica e percebemos como essas relações constituem parte do processo interpretativo. A partir dessas experiências, resolvi prosseguir com a pesquisa na Pós-graduação, pensando, desta vez, em meu processo interpretativo.

Definido o tema que prosseguiria no Mestrado, uma outra etapa foi decidir o romance que seria a base para a análise. A compreensão de que este romance permite uma leitura extremante aberta, isto é, não tem mecanismos que definam ou que resolvam os mistérios construídos, foi um dos motivos que me fizeram escolher *Nove Noites* (2002). Essa percepção aconteceu porque minha primeira leitura ocorreu em uma disciplina de Literatura Brasileira ainda na Graduação, o grupo do qual fazia parte ficou

responsável por apresentar uma análise desse livro, e por isso tínhamos que ler e discutir as interpretações.

Depois que lemos, o grupo se reuniu para trocar experiências de leitura e, assim, definir os temas que abordaríamos. No alto de meu entusiasmo com a primeira leitura, pensei que teria conseguido descobrir os enigmas e resolvido os mistérios, achei que as pistas deixadas só permitiam a leitura que havia feito naquele momento. Ao conversar com as outras pessoas envolvidas no grupo, todas mulheres e com uma faixa etária semelhante, percebi que cada uma havia formado uma interpretação diferente e que fazia sentido. Assim, pude entender na prática o que significa a pluralidade de interpretações, e de como *Nove Noites* favorece ainda mais esse aspecto dos textos literários.

A partir da leitura de *Nove Noites*, meu interesse pelos livros de Carvalho apenas aumentou. Li outros textos do autor, como o livro de contos *Aberrações* (1993), e os romances *O sol se põe em São Paulo* (2007), *Mongólia* (2003) e *O filho da mãe* (2009). Percebi diversas semelhanças entre eles, principalmente na criação de um clima misterioso, entretanto a leitura do primeiro prevaleceu, e os outros sempre foram lidos tendo como base a relação com *Nove Noites*.

O romance em questão trata do suicídio do antropólogo americano Buell Quain, ocorrido no interior do Brasil de forma misteriosa, em 1939. A narrativa, baseada em fatos reais, tem dois narradores: Manoel Perna, contemporâneo de Quain; e o narrador-jornalista, que não é nomeado, e tem seu interesse despertado na história depois de ler uma reportagem em que o nome do americano é apenas citado, em 2001. O antropólogo foi até a região com o objetivo de pesquisar uma tribo dos índios Krahô, entretanto ele se suicida de forma violenta, cortando-se e enforcando-se na floresta, no caminho de volta à cidade e na presença de alguns índios que o acompanhavam.

Manoel Perna é um engenheiro que conheceu o americano na cidade de Carolina, no interior do Maranhão, onde morava. O engenheiro conta a sua convivência com Quain para uma pessoa que não se sabe quem é, mas que indica ser o único capaz de desvendar os segredos que envolvem essa morte. Já o jornalista tem um interesse que não é bem explicado, mas ele busca resgatar essa história, investigando por meio de cartas, testemunhos, documentos e fotos.

Nove Noites foi escrito por Bernardo Carvalho, um autor jovem, que publicou vários livros, entretanto sua crítica acadêmica ainda não é tão vasta, até porque continua produzindo. Seus textos recebem críticas muitas vezes de resenhas publicadas em jornais e revistas, que atestam o seu potencial e suas realizações como escritor. O livro estudado aqui é o que possui mais trabalhos, até pela repercussão em ter recebido alguns prêmios e ter sido considerado o melhor escrito até aquele momento.

A escolha deste romance de Carvalho também leva em consideração aspectos da minha individualidade, os quais pretendo investigar a partir das bases teóricas que desenvolvo neste trabalho. Por isso, no primeiro capítulo, faço um percurso sobre importantes pesquisas que envolvem a leitura e o leitor e a abordagem autoetnográfica. Quero com isso fazer uma trajetória teórica que justifique as análises que farei nos outros capítulos.

Começo abordando como a leitura no século XVIII era restrita a um pequeno grupo elitizado, em que os menos abastados não tinham qualquer acesso aos livros (WATT, 2010). Partindo da mudança no aumento do público leitor, apresento como surgiu a necessidade de se estudar a relação entre obra e público, focando na principal corrente que tratou deste tema: a estética da recepção. Refletindo sobre essas teorias, proponho uma discussão sobre as pesquisas que envolvem o/a leitor/a no processo de leitura, para em seguida, pensar no uso da autoetnografia. Esta mostra-se como uma metodologia importante, já que considera o/a pesquisador/a como parte integrante, visando não a um distanciamento do seu objeto, mas a uma integração, que faz da sua leitura uma constante construção de subjetividades.

Para que seja possível a análise desse processo, o registro é essencial, por este motivo, na terceira parte deste capítulo exploro o uso do diário como um instrumento de leitura, ou seja, como meio de registrar todas as sensações, sentimentos e associações que ocorrem no processo interpretativo. O diário de leitura se torna um meio interessante por conter características que permitem a liberdade e a fragmentação, não se prendendo a questionários que predeterminam as respostas e condicionam a leitura.

O segundo capítulo se refere à reflexão sobre o processo de pesquisa na crítica literária, discutindo o trajeto percorrido para desenvolver este trabalho. Inicialmente, trago algumas considerações acerca das pesquisas acadêmicas que tendem, como neste caso, a serem muito mais qualitativas. Como mais um aspecto relevante na produção,

penso exclusivamente no desdobramento de um conceito-chave neste trabalho: a subjetividade; relacionando-o tanto ao movimento de leitura quanto à análise dos narradores do romance. No último subcapítulo, busco refletir sobre como outros/as leitores/as interferem de alguma forma na interpretação, ou seja, o modo como o confronto com outras leituras faz pensar mais sobre a minha leitura, mesmo que seja para discordar.

No último capítulo, parto da análise de meu diário de leitura de *Nove Noites*, para, em seguida, tentar estabelecer uma relação com a noção deste romance como autoetnográfico (KLINGER, 2012). O meu diário é o registro de todas impressões, sensações, reflexões e associações feitas no momento interpretativo. Assim, penso no processo e nas relações possíveis com a autoetnografia, além disso, busco refletir sobre as diversas questões que influenciam a leitura e que estão presentes, desde os outros textos até a comunidade interpretativa (FISH, 1992). Portanto, o objetivo é tentar compreender o processo interpretativo, por meio das possibilidades de leituras que se mostraram mais relevantes no diário, assim como os movimentos de afetividade e subjetividade que são explicitados. Desse modo, a análise se voltará para a compreensão dos mecanismos utilizados por mim, como leitora, para desenvolver uma interpretação.

Portanto, este trabalho visa ao estudo do processo de leitura de um texto literário, para isso segue uma posição contrária às pesquisas tradicionais, que procuram essa resposta exclusivamente no texto. Contudo, não busco aqui responder a todos os questionamentos sobre a interpretação, muito menos uma resposta definitiva sobre esta problemática, pois a complexidade em analisar este tema envolveria um *corpus* muito maior, e, mesmo assim, não asseguraria um resultado conclusivo, principalmente devido à subjetividade envolvida. O objetivo, assim, é muito mais compreender como ocorre este processo de leitura, sem a pretensão de definir um modelo, como um primeiro passo, para tentar entender o que pode, por sua vez, ocorrer com outros/as leitores/as.

1 O PROCESSO DE LEITURA E A AUTOETNOGRAFIA

1.1 A leitura literária: o leitor em foco

O leitor foi por muito tempo subjugado nos estudos da teoria literária. De modo geral, a crítica interessou-se por uma interpretação que se distanciasse da subjetividade ou da afetividade, buscando enquadrá-la em um modelo estrutural, para que fosse possível a apreensão objetiva de uma leitura "correta". Assim, diversas correntes críticas puseram em destaque o texto ou a intenção do autor, privilegiando uma leitura fechada e descompromissada com a recepção. De modo contrário a esta posição, pretendo aqui fazer um percurso das minhas leituras sobre como os/as leitores/as foram vistos pela teoria e pela crítica.

A leitura no passado era restrita a um pequeno público elitizado e erudito. Apenas com a industrialização no século XVIII começou a haver uma mudança nessa conjuntura e uma crescente popularização. Um dos fatores que proporcionou essa modificação foi o advento da cultura de massa, por meio da indústria cultural, que diminuiu o custo dos livros, difundindo-os entre a população não erudita. Ao mesmo tempo que a industrialização favoreceu o acesso ao livro, também propiciou uma concorrência à literatura, por meio da produção de jornais em grande escala, o que gerou uma transformação na função social da leitura, deixando de ser algo para poucos privilegiados e alcançando uma maior parte da sociedade.

Assim, um fator responsável pela considerável mudança no público leitor foi o surgimento do romance e do jornalismo. De acordo com Watt (2010, p. 38), é muito difícil fazer uma análise completa sobre o público leitor da época, entretanto é possível compreender alguns fatores que compunham a realidade anterior a esse quadro. O primeiro dos fatores era a dificuldade de instrução, ou seja, poucas pessoas podiam ler e escrever. Além disso, havia a questão econômica, pois o alto preço dos livros impedia que boa parte da população pudesse ter acesso a esse bem. Com a expansão das

bibliotecas e ampliação de editores, a facilidade no acesso ao livro foi modificada, permitindo que pessoas que estavam na classe trabalhadora o adquirissem, e, por sua vez, tornassem-se leitores de romances.

Na minha percepção ao ler o texto de Watt (2010), observei que a restrição à leitura alcançava ainda mais fortemente as mulheres, pois, até o século XIX, a escola e o aprendizado da leitura eram reservados somente para os homens. Apenas nesse século, elas tiveram acesso à instrução, e tornaram-se assíduas leitoras de romances e folhetins. Isto ocorreu devido à leitura ser a única forma de entretenimento de que as mulheres podiam usufruir, por causa da limitação de outras atividades de lazer aos homens, como caçar ou beber; ou mesmo outros tipos de atividades, como os negócios, que eram exclusivamente masculinos. A industrialização ainda favoreceu o ócio feminino e contribuiu para o crescimento das leitoras, pois produtos que tinham que ser produzidos em casa, passaram a ser fabricados em larga escala e eram facilmente comprados. Tudo isso proporcionou que as mulheres se tornassem o grande público ledor de romances na época (WATT, 2010, p. 45-46).

Mesmo com o aumento no público leitor, Compagnon (2010) destaca que este ainda exercia um papel secundário em relação à obra e ao autor, pois correntes literárias como a crítica positivista, o historicismo, a *New Criticism*, o formalismo e o estruturalismo, valorizam ora o autor, ora a obra. Essas correntes tinham o objetivo de "banir" a recepção, pensando na obra como "uma unidade orgânica autossuficiente, da qual convinha fazer uma leitura fechada" (COMPAGNON, 2010, p. 138).

Com o reconhecimento da relevância do leitor, principalmente, devido à popularização da leitura, importantes pesquisas foram desenvolvidas com o foco na sua valorização no processo literário. De acordo com Compagnon (2010, p. 143), a hermenêutica fenomenológica favoreceu "o retorno do leitor à cena literária", pois associou "o sentido a uma consciência", distanciando-se da noção da obra como um "monumento" inalcançável por quase todos. Baseado nessa e em outras premissas que punham o leitor em um lugar central, abordagens teóricas como a estética da recepção e a *reader-response theory* (ou teoria do efeito da leitura) ganharam relevância nas pesquisas de teoria literária.

A estética da recepção foi uma das correntes teóricas mais difundidas. Surgiu como uma "teoria da literatura [que queria] realmente responder aos fenômenos da

propaganda e dos meios de comunicação de massa" (LOBO, 1992, p. 232), possibilitando uma mudança na relação entre o leitor e o texto. Nesta teoria, o leitor passou a ser o responsável pela constituição do sentido e atualização da obra, envolvendo na sua leitura os fatores sociais do seu momento histórico e sua própria visão de mundo.

Os estudos mais recentes da recepção, segundo Compagnon (2003, p. 147), "interessaram-se como uma obra afeta o leitor, um leitor ao mesmo tempo ativo e passivo", visando um "leitor individual ou coletivo e sua resposta". Assim, a teoria da recepção quebrou a hegemonia do texto e do autor que existia até então, passando a considerar o leitor na produção do significado literário e reconhecendo sua importância para a disseminação da literatura.

Portanto, contrária às perspectivas que privilegiavam o imanentismo ao texto, surge a estética da recepção, preocupando-se com a relação da literatura e seu público. Esta corrente teve como marco inicial a aula inaugural de Hans Robert Jauss, em 1967, no mesmo período teses semelhantes também eram defendidas por Wolfgang Iser. Os autores alemães haviam estudado juntos e tinham alguns pontos em comum.

A corrente em questão dividia-se, basicamente, entre a "fenomenologia do ato individual de leitura", defendida por Roman Ingarden e Wolfgang Iser e a "hermenêutica da resposta pública ao texto" (COMPAGNON, 2010, p. 14), desenvolvida por Gadamer e, mais particularmente, Hans Robert Jauss. Dessa forma, apesar de Jauss e Iser fazerem parte da estética da recepção, eles não compartilham de todas as ideias. Jauss assume uma posição mais histórica, concentrando-se na forma como o texto é recebido. Iser, por sua vez, preocupa-se com o efeito que a obra provoca, concentrando-se na ponte entre o texto e o leitor.

De acordo com minha compreensão, a estética da recepção não era um simples deslocamento do autor ou do texto para o leitor, era uma quebra de paradigma que punha em destaque o leitor e perdia de vista o autor. Assim, deixava de ver a produção do texto como um objeto relevante para a análise literária, desconstruía, então, uma noção estruturalista de literatura como uma ciência, um organismo fechado, e o crítico, nesta perspectiva, como aquele que descobriria essa estrutura. Acima dessas questões, a principal mudança foi a abertura das interpretações e o fim da ideia da busca por uma leitura "correta".

Jauss propunha uma teoria que incluía o leitor como parte do processo comunicativo literário, diferenciando-se de críticas clássicas e modernas que o desconsideravam, ora porque não queriam romper com o pacto normativo, ora porque não queriam fazer parte do pacto comercial do consumo (LIMA, 2008, p. 17). A tese deste autor estava baseada na problematização da história da literatura, apontando para o descrédito em que se encontrava e criticando o objetivismo presente nesta disciplina.

Portanto, este teórico situa a obra em um "horizonte histórico" (EAGLETON, 2006, p. 126) e tem por objetivo a centralização na literatura de acordo com seus vários momentos de recepção. O conceito de Jauss se baseia, principalmente, em duas categorias: o horizonte de expectativa, que inclui as experiências pessoais de cada leitor e as normas sociais, para dessa forma condicionar a interpretação que tal texto terá; e a emancipação, que é o que ocorre durante a leitura e modifica a visão de realidade. Estes conceitos estão associados e são inerentes a todos os leitores, os quais modificam a obra de acordo com seu contexto histórico.

A experiência estética também é uma questão central na teoria de Jauss, e se relaciona com a ideia de que a "experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com seu efeito estético, isto é, na compreensão fruidora e na fruição compreensiva" (JAUSS, 2008, p. 69). Para a análise da experiência do leitor de um período histórico determinado, segundo esta teoria, é necessário compreender a relação entre texto e leitor, isto é,

> entre o *efeito*, como o momento condicionado pelo texto, e a *recepção*, como o momento condicionado pelo destinatário, para a concretização do sentido como duplo horizonte – o interno ao literário, implicado pela obra, e o mundivivencial, trazido pelo leitor de determinada sociedade. Isso é necessário a fim de se discernir como a expectativa e a experiência se encadeiam e para se saber se, nisso, se produz um momento de nova significação (JAUSS, 2008, p. 73, grifos do autor).

Segundo Lima (2008, p. 23), um ponto positivo da teoria de Jauss é que "o sujeito tem a possibilidade de se afastar de si, de seus hábitos e valores cotidianos, para se experimentar na alteridade da obra", daí pode ser percebida uma valorização da interpretação. Entretanto, apesar da crítica ao objetivismo da história da literatura, Jauss não consegue se afastar da dicotomia entre sujeito e objeto, considerando o leitor fora do texto, ou seja, tendo apenas o papel de complemento que, com seu horizonte de

expectativas, atribui um caráter histórico à obra. Em suma, apesar de a teoria de Jauss apresentar uma alteração significativa nas pesquisas sobre a leitura, o leitor ainda está numa posição de subserviência em relação ao texto e ao período histórico.

Wolfgang Iser trouxe uma nova abordagem aos estudos da recepção, pensando na leitura como um ato individual. Diferente de Jauss e um pouco mais alinhado com os estudos defendidos aqui, o objeto literário seria a interação do texto com o leitor. A leitura, dessa forma, é um ato de construção, em que o leitor tem o papel de preencher os espaços, ou pontos de indeterminação, por meio de seu repertório, que são as experiências pessoais e literárias, e de suas expectativas – as quais se relacionam com as normas sociais.

A indeterminação é um conceito importante nesta teoria, pois é uma condição para o efeito, motivada pelos “espaços vazios” presentes nos textos. Ou seja, as informações em contato com o repertório do leitor formam os espaços vazios, os quais constituem a indeterminação e o efeito na estrutura literária. Assim, “os lugares vazios, em suma, apresentam a estrutura do texto literário como uma articulação com furos, que exige do leitor mais do que a capacidade de decodificação [...]. O vazio exige do leitor uma participação ativa” (LIMA, 2008, p. 26).

Iser se diferenciava de Jauss à medida que propunha uma relação intrínseca entre autor, texto e leitor, ou seja, uma relação entre a obra e seu efeito, demonstrando uma presença mais ativa do leitor. Nesta concepção, o significado do texto não seria predeterminado, mas se daria a partir de sua relação, assim, o “efeito” seria essa reação do contato do texto com a recepção. Em outras palavras, “é o efeito (produto de orientações e valores) atualizado no leitor que lhe serve de filtro para emprestar sentido à indeterminação contida na estrutura do texto” (LIMA, 2008, p. 24).

Os espaços presentes no texto eram compreendidos como fazendo parte de um jogo, o qual se constitui segundo a concepção de que os “autores jogam com os leitores e o texto é o campo do jogo” (Iser, 2008, p. 107). Desse modo, o autor, intencionalmente, constrói um mundo que é distante da consciência e este só se transforma em algo identificável a partir da interpretação do leitor. Em outras palavras,

> como o texto é ficcional, automaticamente invoca as convenções de contrato entre autor e leitor, indicador de que o mundo textual há de ser concebido, não como realidade, mas como se fosse realidade.

> Assim o que quer que seja repetido no texto não visa denotar o mundo mas apenas um mundo encenado. Este pode repetir uma realidade identificável, mas contém uma diferença decisiva: o que sucede dentro dele não tem as consequências inerentes ao mundo real referido. Assim, ao se expor a si mesma a ficcionalidade, assinala que tudo é tão-só de ser considerado como se fosse o que parece ser; noutras palavras, ser tomado como jogo (Iser, 2002, p. 107).

Esse jogo não é algo que o leitor apenas observa, ele participa construindo seu próprio significado ou "suplemento" (ISER, 2002, p. 107). Segundo Iser (2002), é suplemento porque é adicional ao texto, já que o significado apenas é apreendido na leitura e o leitor constitui seu próprio jogo, individualmente, a partir das encenações que se desdobram. No final, ganhar é estabelecer um significado a partir das aberturas que o texto propõe e o leitor deve ser a presença potencial do receptor, ou seja, ele precisa ser um leitor ideal. O jogo, portanto, se constitui de acordo com a constante interação, no qual uma realidade ficcional é sempre ressignificada de acordo com o que o leitor imagina ou interpreta.

Mesmo propondo uma interação entre o leitor e o texto literário, no meu entender, Iser ainda não dá conta da complexidade dessa relação. A limitação imposta pelos espaços vazios, restringe a leitura a determinadas variáveis que são condicionadas pelos "buracos" existentes e os efeitos que, de acordo com esses espaços, podem ser produzidos. Outra crítica feita por alguns estudiosos e que reitero, é que esta teoria, apesar de parecer direcionada a todos os textos literários, é pensada de acordo com um texto modelo, as obras modernas, focando, principalmente, em Joyce e Beckett, os quais seriam capazes de questionar o saber prévio do leitor. Portanto, a categoria de leitor implícito seria apenas uma entidade determinada pelo texto, ou pelo autor; todos os seus conceitos são criados de acordo com um tipo de obra específica, o romance moderno, o que acaba por limitar suas categorias teóricas que não são aplicáveis a todos os outros tipos de textos literários.

Mesmo com os avanços, muitas críticas são feitas às teorias da estética da recepção, porque, apesar de defender que o leitor é livre, essa liberdade, de acordo com Compagnon (2010, p. 144), é vigiada, isto é, o texto controla as interpretações que são feitas. Todas essas concepções relacionadas ao leitor, ainda põem em destaque o texto, ou seja, elas são baseadas em algo que de alguma forma condicione a leitura. Portanto, houve um alargamento das pesquisas que colocavam a leitura literária como ponto

importante a ser investigado, entretanto buscava-se alguma propriedade que seria inerente à obra e que, de alguma forma, determinasse a leitura.

Assim, esses teóricos acabam permanecendo nas dicotomias, subjetivismo ou objetivismo, texto ou leitor, e esquecem, o que, segundo Compagnon (2010, p. 145), "é a liberdade concedida ao leitor pelo texto". Desconstruindo essas dualidades, Stanley Fish atribui uma maior liberdade aos significados de um texto literário. Para este autor, determinados significados não são pré-existentes, mas se relacionam com o fato de os interlocutores fazerem parte de um mesmo sistema ou, de acordo com a nomenclatura usada por Fish, de uma mesma comunidade interpretativa.

A liberdade na interpretação ocorre porque essa comunidade se relaciona com questões exteriores ao texto literário, são crenças ou pressuposições que, compartilhadas por determinados grupos, condicionam a leitura. Em outras palavras, os leitores "como atores de uma instituição, automaticamente tornam-se herdeiros dos sistemas de inteligibilidade dessa instituição, de suas maneiras de significar" (FISH, 1992, p. 205). Essa ideia de comunidade se relaciona com a comunicação, as pessoas que fazem parte de uma "instituição" conseguem compreender e até mesmo compartilhar experiências de leitura. Entretanto, não se pode afirmar que todas as pessoas de um certo contexto leem de uma mesma forma, pois, fazemos parte, ao mesmo tempo de diversas comunidades, e a associação ou seleção dessas comunidades é o que delimita a leitura.

Para Compagnon (2010, p. 157), a teoria de Fish representa a "radicalização autodestrutiva da teoria literária. [...] destruindo as defesas que cercavam o leitor, ou as rédeas de que se muniam, ele acabou por reivindicar para a leitura o direito a uma subjetividade e a uma contingência totais". Assim, Compagnon (2010) critica Fish, devido a sua teoria possibilitar uma abertura para todas as leituras, por meio da substituição da autoridade do texto pela autoridade da "comunidade interpretativa", dando bases consistentes para que se possa afirmar que nenhuma interpretação seja melhor ou pior do que qualquer outra.

A perspectiva de Fish põem em questão, principalmente, uma relatividade absoluta, ou radicalização. Contudo, ele se defende afirmando que com "uma base partilhada de acordo, que ao mesmo tempo guie a intepretação e forneça o mecanismo para decidir entre diferentes interpretações, poder-se-á evitar o relativismo total e debilitante" (FISH, 1992, p. 203). Em suma, Fish, afirma que a delimitação na língua já

é exercida no contexto e vem “calculada” em uma estrutura social pré-existente. Por este motivo, a teoria deste autor me parece muito mais próxima do intento de colocar o/a leitor/a em um ponto central nas pesquisas literárias, pois a delimitação existente está no indivíduo e na comunidade da qual ele faz parte e não no texto.

Nas leituras que fiz de Culler (1997, p. 49) observei que ele percebe uma preocupação de Fish com a resposta do leitor no encontro com o texto, ou seja, na experiência de leitura. Assim, todas as respostas dadas ao texto contribuem para essa experiência: as conjecturas, as sensações, as decepções, ou seja, as reações afetivas e cognitivas. Em outras palavras, Fish se detém no sentido que é retido pelo leitor, por meio de expectativas confirmadas ou refutadas, que constituem o significado final apreendido de uma obra.

Entretanto, Culler (1997, p. 48-49) aponta como a experiência ou reações que Fish e parte da crítica moderna pressupõem de um texto são muito mais cognitivas do que afetivas. Nesse sentido, são orientadas não por “sentir arrepios na espinha, chorar em compadecimento ou ser transportado em admiração, mas ter as expectativas provadas falsas, lutar contra insolúveis ambiguidades ou questionar as hipóteses nas quais se havia fiado”. Outro ponto que acredito ser importante questionar é o lugar no qual se baseiam as comunidades interpretativas, localizando-se mais em um ambiente institucional ou acadêmico do que necessariamente nas impressões pessoais, o que reforçaria os argumentos desenvolvidos por Culler (1997).

Apesar de alguns senões, os autores mencionados aqui conseguiram incluir o leitor na pesquisa literária, evidenciando a sua importância para a construção da significação de uma obra. Assim, colocaram em cena o modo como o leitor contribui ou constitui os sentidos, como sua experiência de leitura, e, por consequência, questões que se relacionam a sua individualidade, são relevantes. Entretanto, concordo com Culler (1997, p. 51) quando afirma que essa crítica trata sempre de um leitor masculino e a leitura parece pressupor uma neutralidade que não inclui as diferenças existentes entre grupos ou indivíduos.

A leitura, nessa perspectiva, envolve uma experiência que leva em consideração características individuais do leitor, ou seja, seus pressupostos éticos, religiosos, políticos. Culler (1997, p. 51) afirma que o *self* de leitura não é uma entidade impessoal; o autor do texto ou os teóricos de literatura teriam um padrão de leitor em mente, que,

muitas vezes, se concentra no gênero masculino. Pensando na relevância do público para interpretação de um texto literário, Culler (1997, p. 52) problematiza a diferença existente na leitura quando um *self* é feminino, questionando como é "ler como mulher". Acentua, assim, que do mesmo modo que a mulher foi relegada durante muito tempo a segundo plano na sociedade, também lhe é reservada essa posição na crítica literária.

Poderíamos questionar Culler afirmando que no século XIX, principalmente, havia uma grande quantidade de textos escritos para entreter mulheres que se dedicavam ao ócio do lar. Sobre essa questão, ele (1997, p. 59) argumenta que "ler como uma mulher não é, necessariamente, o que acontece quando uma mulher lê", pois estas podem ler, e sempre leram, como homens, literaturas que fazem parte do cânone, produzidas por homens. Assim, a leitura nessa época não punha em destaque a posição da identidade feminina, mas conduzia a interpretação para uma perspectiva falocêntrica.

Culler (1997) apresenta como essa preocupação com a leitura das mulheres se relaciona com o feminismo. Este movimento buscou compreender a leitura, a partir da convicção de que a experiência como mulher "é uma fonte de autoridade para suas respostas como leitora" (CULLER, 1997, p. 56), resultando na reavaliação de "obras celebradas ou negligenciadas" por críticas feministas. Portanto, busca questionar os pressupostos literários e políticos em que a leitura tem se baseado.

A crítica feminista não restringe seus estudos apenas à experiência da mulher leitora, mas busca deslocar o ponto de vista dominante da crítica masculina e revelar suas omissões, por meio de sua posição de leitora. Com isso, questiona e reverte o modo como a crítica coloca a perspectiva masculina como sexualmente neutra, e como a leitura feminista é "vista como um caso de apelação especial e uma tentativa de forçar o texto a um molde pré-determinado" (CULLER, 1997, p. 67).

A crítica feminista busca desconstruir o padrão fortemente disseminado do *self* de leitura masculino, alargando as possibilidades de significação. Assim, reafirma a dualidade presente na experiência de leitura, como toda experiência humana, a qual está constituída entre posicionamentos distintos ou opostos, como a identidade de gênero. Por esse motivo, pensando na ideia de que o sentido de uma obra é a experiência que se tem dela, o *self* de leitura feminino parece fazer toda a diferença, pois observo, pela

minha posição de leitora, que a crítica, muitas vezes, privilegia uma interpretação unívoca que normalmente não considera o sujeito feminino.

Entretanto, acredito que a distinção entre *selves* masculinos e femininos não ocorre em todos os romances, pois me parece que esta questão se evidencia, principalmente, em textos que de alguma forma põe em questão este tema. Neste sentido, a diferença parece estar mais ligada a pontos de vista em relação a uma posição mais conservadora aparentemente defendida nos livros do que unicamente em leituras diferentes entre homens e mulheres. Nesse sentido, o debate é relevante na medida em que uma leitura feminista permite um olhar diferenciado, principalmente para obras mais clássicas em que a interpretação já seguia cristalizada.

Portanto, o sentido é "um efeito experimentado pelo leitor, e não um objeto definido, preexistente à leitura" (COMPAGNON, 2010, p. 147). No momento do processo de leitura, as significações vão sendo construídas, por meio das relações mais diversas e específicas em cada pessoa. Por isso, a meu ver, é tão difícil construir uma teoria que alcance toda essa complexidade, o que vemos são estudos que buscam compreender a leitura por uma perspectiva diferente do/a leitor/a real, por meio do texto e contexto de produção.

A interpretação de uma obra é aquilo o que acontece com o/a leitor/a, ou seja, a descrição das convicções e expectativas que são confirmadas ou refutadas, além de todos os sentimentos despertados durante o processo de leitura. Dessa maneira, a experiência da leitora ou do leitor recebe a interferência de questões das mais variadas formas, desde o posicionamento político, religioso, até a identidade de gênero. Assim, ao ler um texto literário estamos lendo mais sobre nós mesmos do que necessariamente o que autor quis dizer. Nesse sentido, concordo com Compagnon (2010, p. 142), quando afirma que "cada leitor é, quando lê, o próprio leitor de si mesmo". A obra é um instrumento que permite ao/à leitor/a discernir aquilo que sem o livro talvez não tivesse visto em si mesmo/a.

Entretanto, compreender a construção da subjetividade que a leitura permite, ou ainda apreender o processo, não foi um ponto consolidado por estes teóricos. Pensar no trabalho da própria crítica literária como também uma leitura que envolve o *self* do/a pesquisador/a, me parece uma perspectiva interessante para tentar construir uma análise

que coloque de fato o/a leitor/a em uma posição central. A autoetnografia surge como uma perspectiva relevante para pesquisas que tenham este interesse.

1.2 Autoetnografia: conceitos e principais associações

O processo de leitura está intimamente ligado a questões individuais. Diversos teóricos já evidenciaram que a leitura só é possível com a participação ativa do/a leitor/a, entretanto essas teorias são lançadas sem um aprofundamento empírico de como se dá esse processo, ou seja, muitas vezes permanecem na dimensão das conjecturas, e, principalmente, não problematizam questões que envolvem a subjetividade de cada leitor/a.

Pensar a leitura literária como um objeto sempre foi uma questão complexa, principalmente pela dificuldade em analisar um aspecto tão individual e subjetivo. A autoetnografia é uma base relevante para estudar a individualidade do/a leitor/a, pois propõe uma reflexão sobre o modo que o sujeito é construído na leitura, assim como o entendimento desse processo como uma prática social que envolve questões culturais e subjetivas. Portanto, em face das crescentes discussões sobre o tema, parece-me importante pensar nessa metodologia de pesquisa, por favorecer, de modo detalhado, a análise da individualidade presente no processo.

Desde a década de 1970, Roland Barthes (2004) já refletia sobre o ato de "levantar a cabeça", referindo-se às diversas associações e inferências que ocorrem no momento da leitura. Este autor aborda a questão do paradoxo, no qual o leitor se encontra dividido entre a paixão e o desrespeito, isto é, ao levantarmos a cabeça estaríamos nos afastando do texto, e, por sua vez, do que o autor quis dizer, ao mesmo tempo este ato demonstraria uma leitura apaixonada pois "a ele [o texto] se volta e a ele se nutre" (BARTHES, 2004, p. 26).

Assim, Barthes (2004, p. 27) propõe que, ao levantar a cabeça, estamos escrevendo um outro texto em nossa mente, ou seja, estaríamos construindo um "texto-leitura", o qual pressupõe não uma fixidez, relacionando a ideia acabada que remete ao termo interpretação, mas uma ideia de mobilidade. Segundo esta concepção, a subjetividade é, mesmo que de uma forma superficial, considerada, entretanto ao

estabelecer regras que devem ser seguidas nessa prática, ele limita a leitura a estruturas predeterminadas da língua, prevalecendo, assim, sua abordagem estruturalista. Neste sentido, aqui já é possível observar a necessidade de tentar compreender a leitura, de um modo que ultrapasse as ideias rígidas que pressupõem que o autor ou o texto tem uma soberania para definir a interpretação. Portanto, vale ressaltar a importância que se dá em investigar o processo no momento da leitura, e não por meio de conjecturas que partem do texto.

Barthes (1992) desenvolve um pouco mais a ideia, quando trata do texto legível e escrevível. O texto legível estimula o leitor a permanecer numa intransitividade, com uma posição de simples consumidor, enquanto que o texto escrevível é aquele em que o leitor escreve (ou re-escreve) os significados, são aquelas estruturas plurais que incitam o leitor à entrada no texto para a construção ficcional. De acordo com essa noção, o texto escrevível pressupõe uma participação maior, já que podemos entender que o texto só é escrito na medida em que é lido.

Contudo, apesar de atribuir ao leitor a produção dos sentidos, essa atitude apenas é permitida pelo texto escrevível, pois este ativa a pluralidade, criando uma diversidade de significados. Diferente do texto legível que é um produto, o texto escrevível incita a produção, por meio de uma interpretação que não visa dar sentidos, mas “estimar de que plural é feito” (BARTHES, 1992, p. 39). Desse modo,

> nesse texto ideal, as redes são múltiplas e se entrelaçam, sem que nenhuma possa dominar as outras; este texto é uma galáxia de significantes, não uma estrutura de significados; não tem início; é reversível; nele penetramos por diversas entradas, sem que nenhuma possa ser considerada principal (BARTHES, 1992, p. 39)

Barthes (1992) destaca a importância da construção da leitura por meio do leitor, entretanto, sua visão está restrita ao modo como inicialmente o texto é produzido, isto é, se ele o convida a fazer uma leitura superficial ou se permite que seja construído por meio dos diversos sentidos possíveis. Assim, acredito que seja importante não concentrar as atenções apenas nos textos, mas mudar a direção do polo, pensando muito mais no “texto-leitura” produzido, até porque a delimitação dos textos como legível ou escrevível pode variar, a depender das outras leituras que os/as leitores/as possuem.

Desse modo, parece-me importante uma teoria que consiga apreender o processo de leitura, sem uma perspectiva essencialista ou generalizadora, mas que vise, principalmente, construir uma episteme de modo conciliador, que busque superar as dicotomias que envolvem o/a leitor/a e o texto. A autoetnografia pode ser uma alternativa interessante, por enfatizar a constituição de subjetividades e identidades. Nesse sentido, é possível pensar na construção de um estudo a partir dos "textos-leitura" produzidos, de modo que se registre a experiência e a individualidade das leitoras e dos leitores.

A autoenografia, portanto, surge como uma forma inovadora de pensar o próprio papel do/a pesquisador/a, ao desnudar os seus modos de construção de conhecimento. De acordo com Silva (2011, p. 9), o método pautado em uma linearidade estável não corresponde às exigências do fazer acadêmico atual, pois há uma aceitação muito maior das diferenças e da fluidez presentes na produção do conhecimento. A experiência e a subjetividade do/a estudioso/a surgem como uma relevante parte do saber científico, todavia essa fluidez apontada não foi constante em minha experiência acadêmica, já que, apesar de haver estudos que seguem esta perspectiva, ainda há uma tentativa de distanciar o sujeito da pesquisa. Este trabalho, busca justamente romper com esses pressupostos científicos que tendem a exigir a impessoalidade do/a pesquisador/a.

Versiani (2005, p. 228), ao falar sobre a produção do conhecimento antropológico, afirma que a mudança na "percepção dos processos de construção de *selves*" fez os pesquisadores refletirem sobre sua identidade profissional, deslocando seus estudos para o reconhecimento do saber do outro, "num movimento que desobjetifica aqueles que, na antropologia tradicional, eram tidos como objetos a serem pesquisados e descritos" (VERSIANI, 2005, p. 228). Para a autora, há uma modificação na perspectiva de alguns estudiosos, que passaram a se incluir como parte das pesquisas e, consequentemente, a alterar a posição entre o sujeito-autor e o objeto.

Diante disso, a autoetnografia, "uma forma híbrida entre a autobiografia e a etnografia" (SILVA, 2011, p. 10), se coloca como uma alternativa viável para compreender a construção de interpretações de um modo empírico, já que desnuda o papel do/a pesquisador/a na produção do conhecimento, acomodando afetividade e subjetividade no processo. Para tanto, se vale da metodologia da pesquisa etnográfica, haja vista que esta possibilita a observação e análise de subjetividades de forma mais

concreta, por meio da textualização, valorizando, portanto, a dimensão simbólica ou literária da produção acadêmica.

Geertz (1973) define a etnografia como “uma ciência interpretativa, à procura de significado”, ou seja, uma interpretação por meio de uma “descrição densa”, que visa adentrar nas complexidades das práticas culturais. Assim, o trabalho do etnógrafo consiste em coletar dados que reproduzem a construção da construção do outro, que é seu informante. Em outras palavras, é

> uma multiplicidade de estruturas conceptuais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar (GEERTZ, 1973, p. 20).

Nesta perspectiva, no movimento de apreensão dessa cultura, a subjetividade do pesquisador não pode ser apagada, porque há sempre o envolvimento em algum nível da observação, descrição ou produção de narrativas sobre determinada comunidade. Portanto, sempre há uma dimensão biográfica ou até mesmo autobiográfica, pois, ao narrar esse “mundo”, torna-se inevitável revelar, ainda que implicitamente, sua forma particular de apreendê-lo. Esse movimento interfere no/a pesquisador/a, a ponto de ele/a também ser modificado/a, a cada construção desse *outro*.

É possível perceber a complexidade do trabalho do etnógrafo, a qual se relaciona com o ato de leitura de pessoas, rituais ou culturas. O etnógrafo “inscreve” o discurso social, transformando acontecimentos efêmeros do passado, em um relato que existe, e que pode ser consultado novamente. Fazer etnografia, assim, é ler (ou interpretar), a partir da observação de uma comunidade, e escrever uma narrativa, por meio da transformação em escrita dessa leitura. Assim,

> Fazer etnografia é como ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 1973, p. 20).

Portanto, Geertz (1973) aproxima o trabalho etnográfico com a ficção, na medida em que, ao textualizar as narrativas apreendidas durante a observação, constrói-se ou inventa-se uma outra cultura, que em muito pouco se parece com aquela

observada. Por esse motivo, as práticas sociais do/a pesquisador/a estão dentro dos textos produzidos, e seu esforço em representar uma cultura é, principalmente, como construir uma ficção.

De modo geral, a antropologia moderna põe em destaque a textualização, um modo pelo qual um fato ou evento é isolado e depois contextualizado em sua "realidade englobante". Essa perspectiva na análise etnográfica se aproxima, segundo Clifford (2008), do trabalho do crítico literário tradicional, na medida em que "encara como sua a tarefa de organizar os significados não controlados em um texto numa única intenção coerente" (CLIFFORD, 2008, p. 38-39).

Devido a essa aproximação da etnografia com a ficção, a própria autoridade do etnógrafo na construção de representações foi questionada. De acordo com Clifford (2008, p. 41), a antropologia interpretativa, tomando a cultura como um conjunto de textos, ressalta "a inventiva poética em funcionamento em toda representação coletiva, [contribuindo] significativamente para o estranhamento da autoridade etnográfica". Neste sentido, o trabalho antropológico era visto como a representação verdadeira de uma cultura, da qual todos os informantes, os diálogos ou as situações eram apagados, restando apenas o texto distanciado e "científico" ao final.

Dessa forma, a autoria do informante nos escritos etnográficos é uma questão que não faz parte de todos os trabalhos antropológicos, pois, de modo geral, ainda se seleciona e interpreta os fatos de acordo com o interesse temático. Assim, retrata os nativos em um "estilo indireto livre", isto é, um estilo que "suprime a citação direta em favor de um discurso controlador" (CLIFFORD, 2008, p. 47), no qual o informante não tem qualquer autoria ou autoridade sobre o texto produzido.

A crise na ideia de representação e a compreensão de que a experiência e a interpretação do etnógrafo nunca são neutras fizeram com que o modelo tradicional fosse questionado, e em seu lugar foi reivindicada uma perspectiva discursiva, que enfatiza a intersubjetividade que faz parte da fala. Isto é, observou-se a necessidade de incluir a voz do informante para além dos registros, colocá-lo como co-autor da produção final. Assim, a antropologia moderna partiu do pressuposto de que "o trabalho etnográfico é composto por eventos de linguagem" (CLIFFORD, 2008, p. 41-42), e, devido ao diálogo entre o *eu* e o *outro* ser constituinte da pesquisa antropológica, uma etnografia que se pretende unívoca não fazia mais sentido, pois "a linguagem da

etnografia é atravessada por outras subjetividades e nuances conceituais específicas" (CLIFFORD, 2008, p. 42).

A etnografia contemporânea ainda busca novos meios de representar adequadamente a autoridade dos informantes. Ao ler os textos, percebi que a dificuldade consiste no fato de que mesmo ao transcrever os diálogos, os antropólogos estão construindo representações, que passam pela sua seleção. Isto torna cada vez mais difícil um trabalho que considere a complexidade nesta relação, já que a representação não costuma considerar o modo como o antropólogo e o informante se colocam na produção do texto etnográfico, nem mesmo a interferência que o etnólogo exerce em uma comunidade.

Essa perspectiva é acentuada pela noção de que o outro já pode falar com sua própria voz, devido à expansão nas comunicações e as influências interculturais. Assim, não há uma "pureza" nas culturas, e a necessidade de que esse/a pesquisador/a represente culturas "exóticas" vem diminuindo, sendo recorrentes textos produzidos em conjunto por antropólogos e informantes, ou até mesmo formas autoetnográficas em que os "'nativos' procuram representar a si mesmos para os outros das metrópoles" (KLINGER, 2012, p. 66).

Nesse sentido, a antropologia moderna coloca a etnografia e a interpretação da cultura em posições divergentes, por meio da ideia de que estão representando mundos diferentes e significativos pela escrita. A antropologia pós-moderna vai além desse ideal, pensando que o outro não existe como tal, mas apenas sua representação. Isso gera um conflito que põe em crise o conceito de representação, por "liberar o pensar e o criar de sua relação com o real no sentido do positivismo lógico, do estruturalismo, do realismo naturalista e do historicismo do século XIX" (KLINGER, 2012, p. 69).

Esta antropologia pós-moderna é chamada de segunda virada linguística, que corresponde à antropologia desenvolvida por Geertz, e nega a existência de um "*núcleo de sentido*" (KLINGER, 2012, p. 69, grifo da autora). Ou seja, esse viés antropológico define que não há um sentido único a ser apreendido pelo etnólogo, mas há uma modificação simultânea em que o objeto, uma determinada comunidade, e o sujeito alteram seu comportamento e seu modo de pensar o mundo. Nesse sentido, a segunda virada foi responsável pelo retorno do sujeito, na medida em que este é considerado na

construção do objeto na própria atividade interpretativa e não como uma entidade prévia ao discurso.

Outro fator que influencia na pesquisa etnográfica são os estudos pós-coloniais, os quais questionam as dicotomias existentes, assim como a pretensão de representar a "verdade" das culturas de uma forma unívoca. Portanto, esses estudos auxiliam na ideia de que, ao observar e descrever as culturas, deve-se ter em mente que é extremamente difícil, no momento da escrita, não cair na representação do "outro" de uma forma reducionista. Entretanto, é necessário "ao menos lutar conscientemente para evitar representar 'outros' abstratos e a-históricos" (CLIFFORD, 2008, p. 19).

O gênero etnográfico se aproxima de várias maneiras do literário, pois a textualização da experiência é a reconstrução da cultura por meio das palavras, assim como pode fazer um romancista. Portanto, essas práticas pesquisadas fazem parte da escrita do etnógrafo, o qual reinventa aquela cultura, por meio da representação. Por esse motivo, Clifford (2008, p. 26) considera a etnografia como um "gênero científico e literário, uma descrição cultural sintética baseada na observação participante". Em outras palavras, trata-se de ficções, não no sentido de serem falsas ou "apenas experimentos de pensamento", mas por ser algo "construído" ou "modelado" (GEERTZ, 1973, p. 25-26).

Além disso, a antropologia pós-moderna e a crítica literária compartilham a cultura como objeto de estudos, pensando não apenas na interpretação, mas na representação. Assim, do mesmo modo que os estudos antropológicos, a crítica literária deslocou-se, em grande medida, do estudo tradicional da intepretação do texto literário para a comunicação literária, "vinculada com o processo de produção, mediação, recepção e análise crítica" (VERSIANI, 2005, p. 14), despontando a figura do/a pesquisador/a que vê a literatura como algo mais do que simples reflexos da realidade. Em outras palavras, os estudos de teóricos da literatura renovaram-se ao imprimir o/a pesquisador/a autorreflexivo/a que busca construir a episteme, tendo em vista que a sua subjetividade interfere nessa construção.

Seguindo essa perspectiva, se encontra o conceito de autoetnografia, o qual busca suprir a necessidade do/a pensador/a contemporâneo/a em incluir as complexidades da constituição de seus objetos. O termo em questão oferece uma discussão sobre modos de pensar a construção de *selves*, de acordo com a compreensão

da dinamicidade da subjetividade do/a pesquisador/a e da produção do objeto de estudo. Portanto, vê a necessidade de se considerar a posição do sujeito, produtor do conhecimento, invalidando noções estáticas e simplificadoras.

A autoetnografia se define de modo contrário ao pensamento dicotômico estruturalista, e pretende unir em um trabalho acadêmico, o teórico e o prático, o emocional e o analítico, o pessoal e o social, o real e o ficcional. Mesmo rejeitando posições binárias tradicionais, ainda continua sendo etnografia, porém recusa a ideia de objetividade, tomando como uma ilusão a separação entre sujeito e objeto, ou seja, entre "o olhar que o registra e interpreta, os atores que dele participam e os domínios social, cultural, político, econômico e histórico implicados" (SILVA, 2011, p. 11).

O uso do termo autoetnografia, portanto, faz parte do esforço de alguns teóricos contemporâneos que buscam construir um conceito que esteja operando entre a intersecção de pares dicotômicos. Isto é, termos tradicionalmente classificados como antagônicos – indivíduo/sociedade, mesmo/outro, conhecimento/objeto – são aproximados. Assim, esse neologismo permite que se coloquem lado a lado temas opostos, de modo que possibilita "a *percepção simultânea e relacional* dos dois termos do par" (VERSIANI, 2005, p. 213, grifos da autora).

De acordo com Versiani (2005), a palavra autoetnografia remete à ideia de multiplicidade, ao mesmo tempo em que enfatiza a singularidade. Em suas palavras,

> A presença do prefixo *auto*, do grego *autós*, serviria de "lembrete" a impedir a tendência à supressão das diferenças intragrupos, enfatizando as singularidades de cada sujeito-autor, enquanto o termo *etno* localizaria, *parcial* e *pontualmente*, estes mesmos sujeitos em um determinado grupo cultural. Assim, poderíamos pensar em autoetnografias como espaços comunicativos e discursivos através dos quais ocorre o "encontro de subjetividades", a interação de subjetividades em diálogo (VERSIANI, 2005, p. 87, grifos da autora).

Este termo, apesar de ser visto como um neologismo, vem sendo usado há um período relativamente considerável por pesquisadores específicos das ciências sociais, contudo, ainda há uma ausência de reflexão sobre o conceito. Essa escassez no uso se dá pela problemática apenas ser recentemente intensificada, ou seja, somente há pouco tempo as áreas das ciências humanas, incluindo os estudos de literatura, passaram a reconhecer "a subjetividade como fator importante no processo de construção do conhecimento" (VERSIANI, 2005, p. 101).

Outro aspecto que dificultaria o uso desse conceito é a abrangência que ele possui, pois, o/a pesquisador/a pode aplicá-lo em várias áreas, a depender do instrumento ou objeto construído. O que poderia ser um ponto negativo, o fato dessa imprecisão, traz uma "flexibilidade conceitual" (VERSIANI, 2005, p. 106) que possibilita a adequação nas mais diferentes propostas, correspondendo ao momento pelo qual passam as disciplinas humanísticas. O termo, portanto, pode ser usado em diversas áreas, desde que tenha como base a ideia da construção de conhecimento por meio da relação entre a subjetividade do produtor do saber científico e do objeto.

Na perspectiva autoetnográfica, o processo de interpretação do texto funde-se com a construção da subjetividade, a qual é realizada em um constante movimento de revelar e ocultar os sentidos. Esta fluidez possibilita um deslocamento dos significados e transfere o foco àquilo que o texto pode vir a significar de acordo com o olhar do/a pesquisador/a. Essa característica, no meu entender, assume uma questão fundamental nos estudos de leitura literária, à medida que se torna mais importante a consideração da subjetividade do leitor ou da leitora na construção da interpretação de um texto.

Portanto, acredito que o conceito de autoetnografia pode servir como pressuposto teórico para elaboração de estratégias de leituras, que põe em evidência o confronto de subjetividades no momento da leitura, tanto da pessoa leitora quanto das personagens do texto, mesmo considerando estas como construções literárias, e até de outras visões críticas que perpassam, muitas vezes, os sentidos de uma obra. Assim, o ato da leitura é um modo de reconstruir a história, reescrever o texto, por meio de um diálogo permanente com outros textos e com outras leituras, e isto torna relevante um método de pesquisa que considere essas complexidades e as diversas subjetividades que estão implicadas.

1.3 O diário: um instrumento de leitura

O trabalho etnográfico é baseado na observação, interpretação e descrição de fatos culturais. Para que esse processo ocorra, o registro dessas atividades, assim como das análises e observações, é fundamental. O diário de campo assume esse papel, já que

é um instrumento de trabalho e de pesquisa para os estudiosos da antropologia e de outras áreas que tem, principalmente, o trabalho etnográfico como método.

O diário na antropologia é utilizado e estudado como uma forma de questionamento sobre a metodologia do/a pesquisador/a, que põe em evidência a ética e a postura na construção de seu objeto. Neste sentido, o diário seria uma forma de se verificar o que foi excluído ou modificado em decorrência da obrigação de se fazer ciência. A perspectiva adotada é calcada na ideia de que este revelaria uma duplicidade do/a pesquisador/a, o qual, ao produzir o texto acadêmico, apaga as percepções subjetivas, visando que seu estudo tenha uma objetividade e uma neutralidade científicas.

A antropologia pós-moderna, entretanto, acredita que o mais relevante em um diário não é a verdade que seria ocultada nos textos publicados pelos antropólogos, mas perceber que "*a experiência etnográfica* não só constrói o objeto, mas também o *sujeito* da etnografia, que se vê por ela modificado no confronto com o outro" (KLINGER, 2012, p. 73, grifos da autora). Além disso, esta antropologia compreende que não é possível a textualização do diário sem uma seleção ou apagamento de alguns traços da experiência, portanto, esse procedimento é inerente ao processo de construção do objeto e constitui o fazer etnográfico.

A questão da seletividade é algo característico tanto do diário de campo, quanto do diário íntimo, ou "generalista", como nomeia Philippe Lejeune (2008, p. 271). Isso ocorre porque, ao observar uma comunidade, ou qualquer outra atividade, sendo ela pessoal ou de um grupo, há uma tendência em anotar apenas aquilo que se achou relevante, deixando, portanto, muitos acontecimentos que poderiam ser importantes para um outro olhar. Por esse motivo, a fragmentação também é um ponto característico dos diários, já que ao selecionar informações, não há uma continuidade que indique início, meio e fim, como é o caso de uma narrativa tradicional. No relato etnográfico, essa característica só se perde no momento da textualização, a qual se refere ao isolamento de um fato para a posterior contextualização (CLIFFORD, 2008, p. 41), por isso as lacunas são preenchidas pela memória do antropólogo, impossibilitando um retrato fiel do que foi vivido.

De modo geral, o diário é um gênero no qual predomina uma liberdade na construção. Para Lejeune (2008, p. 258), cada diarista cria o seu padrão de escrita,

seguindo um modelo que não tem uma regra definida. Este autor acredita que o diário, como uma “série de vestígios datados”, tem como unanimidade apenas o início por meio de uma entrada, que indica a data da inscrição, para além disso, os modelos são os mais variados. Essa liberdade também ocorre no motivo de se escrever um diário, que pode ser tanto como um método de pesquisa, como para se expressar, para refletir, pelo prazer de escrever, e até mesmo para conservar um registro físico da memória.

Assim, para além da pesquisa etnográfica, o uso do diário como um instrumento de pesquisa vem crescentemente atingindo as mais diferentes áreas, por ser um excelente meio de coleta de dados. Essas pesquisas têm em comum o compromisso com o método qualitativo, o qual busca ultrapassar o simples registro das atividades, enfatizando a análise do processo de pesquisa e a compreensão do objeto de estudo em suas múltiplas dimensões e inter-relações.

Portanto, o diário faz parte da realidade tanto como instrumento de trabalho quanto como algo de “foro íntimo”. Lejeune (2008, p. 262) destaca como este gênero sofreu alterações no tempo, afirmando que os diários começaram a ser usados como um gênero coletivo ou público e somente em um momento seguinte eles foram destinados à intimidade, sendo que apenas, segundo o autor, no século XVIII se tornaram individuais. Machado (1998) afirma que no século XIX o gênero se impõe de um modo mais generalizado, incentivado, principalmente, pelas “contradições existentes entre a afirmação de determinados princípios de ordem social, tais como da liberdade e da igualdade” (MACHADO, 1998, p. 21).

A prática desse gênero também foi alvo de polêmica, pois ainda no século XVIII a Igreja Católica desencorajava a escrita do diário, por favorecer uma contemplação narcisista. Contudo, as religiões protestantes incentivavam essa prática, sem ver nenhum problema em o indivíduo preocupar-se consigo mesmo. Isto resultou na forma como a escrita do diário e até mesmo o estudo do gênero se desenvolveu nos países europeus, pois os de origem anglo-saxã ou germânica, que são maioria protestantes, cultivam a escrita e o estudo do diário há bastante tempo, enquanto os países mais ao sul da Europa ainda continuam achando suspeito pensar neles próprios, o que prejudica o desenvolvimento do gênero (LEJEUNE, 2008, p. 265-266).

O diário atualmente, segundo Machado (1998, p. 22), é um gênero que tem se proliferado, devido ao tipo de sociedade em que vivemos, ou seja, por ter como

característica a fragmentação, se adequa ao cenário de esfacelamento pelo qual a humanidade passa. Esse aumento não se dá unicamente porque é um gênero íntimo, o diário vem assumindo papel importante nos mais diferentes aspectos e áreas, incluindo o literário, metodológico, científico e educacional. Em outras palavras, o diário se tornou muito mais do que um instrumento para expressar os sentimentos de/para si mesmo, tornou-se objeto específico de análises, produzido por escritores/as, pesquisadores/as e estudantes em situação de aprendizagem.

Assim, o diário vem adentrando paulatinamente os ambientes acadêmicos, gerando questionamentos sobre a possibilidade de sua publicação como resultado de pesquisas. Por ser considerado um discurso da subjetividade, este gênero não é aceito facilmente em um ambiente que visa a objetividade e a neutralidade, como o científico, indicando muito mais a textualização como forma de apagar toda a individualidade do pesquisador. Dessa forma, a publicação desse gênero no meio científico permitiria a exposição do/a pesquisador/a, na qual "se misturariam o trabalho do etnógrafo e do homem, projetos, tentações, passos da pesquisa, os problemas nos contatos com os interlocutores, assuntos tão profissionais como íntimos" (MACHADO, 1998, p. 39).

Dessa forma, há pesquisadores/as defendendo essa prática, por acreditarem que escrever de forma subjetiva não implica perda da objetividade, apenas seria mais fiel porque incluiria dados relevantes da pesquisa, como o próprio observador. Portanto, de acordo com as leituras desses teóricos, acredito que o afastamento esperado nos textos científicos oculta o/a pesquisador/a do processo, e o aparecimento de sua subjetividade traria uma melhor apresentação dos dados e dos resultados obtidos, contribuindo significativamente nos estudos. Além disso, essa exigência do apagamento da subjetividade também pode ser um fator que contribui para que os/as leitores/as se afastem dos textos literários, já que essa prática impede a expressão dos sentimentos.

A escrita do diário ocorre com objetivos múltiplos, tanto no âmbito pessoal quanto no acadêmico. Uma das diversas funções desempenhadas é "de testemunha de leituras e de reflexões que as leituras produzem" (MACHADO, 1998, p. 33), isto é, os diários podem ser produzidos com o objetivo de registrar notas e impressões sobre os textos literários lidos. As formas do subtipo diário de leitura também são as mais variadas, indo desde a anotação de trechos de obras até reações afetivas provocadas pelos textos. Assim, esses diários registram a experiência vivenciada na leitura, como uma forma de guardar as reflexões e emoções sentidas, aliando essa prática à produção.

O diário de leitura, inicialmente visto como um gênero da intimidade, pode também ser um instrumento de pesquisa acadêmica, como um modo de investigar o processo de leitura. Por isso, proponho o uso deste gênero como uma forma de registrar o processo interpretativo, já que possibilita o desenvolvimento psicológico e a reflexão dos sentimentos e emoções, adequando-se à análise da experiência de leitura e permitindo o registro de todo processo para a análise posterior.

Outros/as pesquisadores/as também buscaram meios de registrar o processo interpretativo. Baseados na ideia de que o sentido de um texto é a experiência que se tem dele, alguns estudiosos tentaram traçar sua história de leitura. Culler (1997, p.77-78) traz algumas questões sobre como esses teóricos analisaram seu próprio processo, por meio de roteiros ou perguntas "tendenciosas", que buscavam recuperar a resposta que tiveram a uma obra. Segundo este autor, os pesquisadores modelavam a experiência de acordo com questionamentos predefinidos, em um momento posterior à leitura.

Ainda para este autor, o principal problema estaria em não considerar que o leitor está assumindo um papel (CULLER, 1997, p. 80), ou seja, sua interpretação vai mais em busca de uma resposta de um determinado tipo de leitor, do que necessariamente responder o que as pessoas entendem ou sentem ao ler um texto. Para Culler (1997), perguntar à leitora ou ao leitor o que se sentiu em determinado trecho, não assegura de modo algum que se chegará a uma resposta do que de fato aconteceu, apenas se está condicionando-o/a a assumir um papel, ou seja, o que se espera que ele ou ela seja. Com isso, se tem uma ilusão de que é possível transformar "uma série de reações em uma compreensão do texto e do *self* que se engajara no texto" (CULLER, 1997, p. 94).

Assim, a história de leitura, mesmo considerando o quanto é "dividida e heterogênea" (CULLER, 1997, p. 82), busca formar uma narrativa por meio de um roteiro, semelhante a um questionário, tão predeterminado que se torna mais uma limitação. Em outras palavras, definir o que um/a leitor/a tem que responder depois de ler uma obra também é uma forma de manipular a leitura, pois as respostas serão apenas aquelas que se espera ouvir. No meu entender, isso só mostra como é complexa a tentativa de se apreender o processo de leitura, pois por mais que se tente formar uma narrativa fechada, ela estará sempre omitindo flutuações, formulações e conjecturas.

Uma pesquisa mais alinhada aos estudos desenvolvidos aqui, é da estudiosa Annie Rouxel (2013). Esta autora propõe o uso de autobiografia de leitores, a qual é conceituada como um "gênero que situa a identidade do leitor no coração do percurso autobiográfico" (ROUXEL, 2013, p. 67). Essa autobiografia se refere à análise da leitura literária, focando em todo o percurso das leituras, assim como a formação dos leitores e os modos de apropriação dos textos. Em suas palavras, a autobiografia,

> descrevendo como se encontra o mundo do leitor, [...] permite observar o lugar que ocupa o processo de identificação na recepção dos textos e a que fenômenos de desdobramento identitário são convidados os sujeitos leitores durante o ato de leitura (ROUXEL, 2013, p. 68).

A proposta de Rouxel (2013, p. 69), baseada em pesquisas sobre a autobiografia de leitores, passa pela escrita de um diário de leituras e, a partir da análise desses textos, propõe construir um percurso que contemple a formação do sujeito leitor, isto é, analisar o modo como o leitor descreve sua relação com a leitura, permitindo "a compreensão de uma identidade literária", a qual é "revelada e construída pela literatura, mas também por esta descrita". Assim, busca entender o valor das obras na história pessoal do leitor, compreendendo como os textos se associam à sua vida, por meio da memória registrada nos diários.

O diário de leituras pode ser constituir como um importante meio de coleta de dados, entretanto também possibilita sua utilização como um instrumento que potencializa intervenções em sala de aula. Nascimento (2015) desenvolveu uma pesquisa com o diário de leitura em uma escola regular da rede pública, com o objetivo de analisar o papel do diário no processo de apreensão do texto literário. A atividade consiste em os alunos descreverem, por meio de algumas questões norteadoras, as reflexões e sensações existentes no momento da leitura.

Nascimento (2015) parte do pressuposto de que o diário de leitura, devido ao crescente uso em sala de aula, pode ser considerado um gênero da esfera educacional, diferenciando-se do diário íntimo, por ter como característica a socialização por meio de uma comunidade de leitores e até mesmo criando essa comunidade. Podemos pressupor que este gênero possui aspectos da intimidade e ainda assim é destinado a um compartilhamento. Por isso, possibilita um diálogo reflexivo com o texto lido e permite uma maior protagonismo do aluno-leitor.

Baseado nesses pressupostos, esta pesquisa reitera a relevância do diário para uma perspectiva que se preocupa em não delimitar as percepções dos/as leitores/as. A partir desta compreensão, o diário será usado neste estudo como uma forma de registrar o processo interpretativo no momento da leitura do texto literário. Apesar de prevalecer a liberdade esperada no gênero, busco seguir algumas questões norteadoras, como uma forma de manter um padrão no registro. Entretanto, não é algo tão fixo, já que é possível transgredi-las ao escrever as impressões e até criar outras.

As questões se referem a anotações das reações afetivas e cognitivas, de maneira detalhada, no momento da leitura de cada capítulo. De modo geral, as seguintes questões nortearam a leitura:

- o que fiz, quando fiz, como fiz, onde fiz, por que fiz;
- o que pensei, em que pensei, quando pensei, como pensei, por que pensei;
- o que senti, quando senti, como senti, por que senti.

Essas questões foram definidas no Grupo de Estudos em Leitura Literária (ELL), pela professora Dra. Josalba Fabiana dos Santos e pelo Professor Dr. Roberto Bezerra da Silva. Os questionamentos se concentram na ideia de destacar o que foi pensado ou sentido ao ler determinado trecho, além de uma reflexão sobre esses pensamentos e sentimentos. Em outras palavras, busquei escrever o diário tendo em vista as lembranças, associações, sensações, imagens, digressões, devaneios, julgamentos e problematizações. Portanto, em meu diário, busquei seguir estas questões, como orientações, mas não como algo determinado, assim a ideia desde sempre foi sugerir e não me impor respostas únicas.

Portanto, alguns pesquisadores utilizaram e reconheceram a relevância do registro do processo de leitura, como uma forma de apreender melhor a interpretação, relacionando a uma proposta pedagógica ou até mesmo como um modo de verificar a influência da literatura na história de vida de leitores. Dessa forma, o trabalho com o diário pode ser uma alternativa interessante, já que é um gênero em que a liberdade prevalece por não ter um roteiro tão objetivamente definido, sendo possível registrar os pensamentos e impressões, muitas vezes associados com a experiência de vida e da leitura de outros textos. Em outras palavras, devido às regras não serem tão definidas por um questionário fixo, o/a leitor/a pode transgredir as questões norteadoras,

escrevendo suas sensações e sentimentos, sem se limitar a respostas esperadas. Assim, torna suscetível, a meu ver, a criação de um espaço que permite a constituição das subjetividades.

2 A CONSTRUÇÃO DA LEITURA

2.1 O processo de pesquisa

A pesquisa é uma construção que pode pôr em evidência as subjetividades e que, por meio da análise da experiência, constitui o processo de produção de conhecimento. Assim sendo, a objetividade dos métodos científicos, principalmente nas ciências humanas e sociais, tem sido questionada, devido às complexidades e às contradições destas experiências não poderem ser compreendidas em uma metodologia que vise unicamente coletar, medir e classificar fenômenos. Dentro desta perspectiva está a

autoetnografia, que não só busca incluir a subjetividade do/a pesquisador/a, como também propõe a fusão do sujeito e do objeto.

Silva (2011, p. 5-6) destaca que na atualidade é inadequado propor pesquisas que se centrem em uma objetividade absoluta como uma forma de abstrair conceitos e generalizar a realidade. Não se pode querer excluir a subjetividade do processo de produção do conhecimento, já que esta marca os valores e a visão de mundo do/a pesquisador/a. Ou seja, a postura teórica adotada, assim como o caminho percorrido na análise, depende de questões individuais ou inter-relacionais, que acabam definindo o resultado da pesquisa.

Dessa forma, pressupostos que determinavam uma visão neutra estão sendo substituídos por perspectivas que acreditam que os "valores do cientista podem interferir no seu trabalho" (ALVES-MAZOTTI; GEWANDSZNAJDERT, 2002, p. 109). Em outras palavras, os novos paradigmas questionam os procedimentos que buscam uma verdade na objetividade científica e acreditam que os conhecimentos produzidos não são definitivos nem irretocáveis, pois se formam muito mais pela interação do/a pesquisador/a e do seu objeto.

No caso da pesquisa literária, por mais que se pretenda um distanciamento da obra, a escolha do texto e do aporte teórico, assim como sua relação com estes, evidenciam a subjetividade que sempre interfere. Por esse motivo, busco apresentar a relevância dessas questões para a análise literária como uma forma de considerar o meu ponto de vista no processo. Portanto, esta pesquisa segue um sentido muito mais qualitativo, na medida em que defende "uma visão holística dos fenômenos, isto é [leva] em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas" (ANDRÉ, 2007, p. 15). Assim, a abordagem qualitativa privilegia a subjetividade, principalmente, porque, segundo André (2007, p. 15), deriva da concepção idealista-subjetiva ou fenomenológica, a qual enfatiza o mundo, as experiências cotidianas e os significados atribuídos ao sujeito.

Entretanto, colocar-se como parte integrante da pesquisa não é uma tarefa fácil. Desde sempre somos ensinados que os trabalhos para serem acadêmicos devem ter um afastamento, isto gera uma constante tentativa de neutralidade na forma de escrever, para se distanciar o máximo possível de uma percepção individual. Esta foi a principal dificuldade que encontrei, já que busquei subverter uma perspectiva que sempre fui

condicionada a seguir, e em seu lugar considerar que o “eu” não precisa estar fora das pesquisas acadêmicas, mas que a constitui.

Nesse sentido, a “autorreflexão do pesquisador” (VERSIANI, 2005, p. 80) me parece algo essencial para o afastamento de metodologias imanentistas, ou seja, para quem pretende ir além do desvelamento da leitura “correta” do texto. Por este motivo, ao analisar meu processo de leitura, as relações observadas não são apenas aquelas estabelecidas com o texto literário, mas as relações apresentadas com outros textos, teóricos ou literários, com outros/as leitores/as, e até mesmo com outras leituras do mesmo texto. Ou seja, as questões que no momento da leitura interferem de alguma forma na interpretação.

Nesta perspectiva, é inevitável não pensar no processo interpretativo do texto literário, isto é, como de fato acontece a leitura, e quais os mecanismos utilizados para formar o sentido de um texto. Iser (1979, p. 73) propõe que a interação entre o texto e o leitor ainda é imprevisível, como toda interação, por isso a “ciência da literatura” ainda não conseguiu submeter esse processo a uma análise. Dessa forma, o autor admite que a crítica sempre tendeu a investigar os polos, como o autor, o texto ou a recepção, porque, para ele, é mais fácil de captar do que o acontecimento que se realiza a partir desta relação.

Apesar de Iser (1979) acreditar no condicionamento da interpretação pelo texto, para ele a regulação é fragmentada, e apenas construída pelo leitor no momento de interação, a qual se baseia nos pressupostos do texto. Neste sentido, a leitura é uma atividade interpretativa, na qual o leitor tem uma participação relevante ao atribuir significados por meio de seu conhecimento, por isso se origina de “uma imagem do outro, que é, simultaneamente, uma imagem de mim mesmo” (ISER, 1979, p. 87).

A multiplicidade de representações, portanto, é considerada por Iser, entretanto, em sua visão, a estrutura do texto não permite que as leituras sejam diversas, ou seja, há “complexos de controle” que submetem a recepção a “certas condições” (ISER, 1979, p. 89) e inibem uma leitura que seja divergente daquela condicionada. Esse controle é exercido pelos “vazios” e “negações”, os quais funcionam como autorreguladores que impedem a “arbitrariedade subjetiva” (ISER, 1979, p. 130) da leitura individual.

Esta perspectiva se apoia na ideia de que a interpretação é um processo sujeito à regulação do texto, que os vazios determinam a significação final, e o leitor, por meio de seus pressupostos, deve preencher esses espaços. Entretanto, penso que uma das questões a ser levantada é se a percepção dos vazios é igual para todos/as os/as leitores/as. Isto é, uma leitura não é algo linear definida previamente pelo texto, pois até mesmo esses "vazios" podem ser diferentes para cada leitor ou leitora, já que esse processo não implica a apreensão do todo, mas de partes significativas que ao final são unidas pelo/a leitor/a para formar sentido.

Por esse motivo, questiono a "autorregulação" defendida por Iser (1979, p. 120), pois, apesar de ele pensar no leitor em uma posição relevante, sua subjetividade, que para mim deveria ser central, é considerada arbitrária e por isso deve ser afastada. O texto, assim, ocupa um espaço privilegiado que está acima de qualquer imposição da individualidade, portanto, o teórico aceita que o leitor e o texto são modificados na leitura, mas essa mudança só existe até uma certa medida. Em outras palavras, as mudanças só ocorreriam no texto em algumas partes predefinidas; já o leitor, para que seja modificado, não pode ter uma ideologia resistente que impeça a participação condicionada, pois, caso isso aconteça, o texto é rejeitado e abandonado.

A interpretação, de acordo com Umberto Eco (2005, p. 79-80), depende de uma série de variantes, que está condicionada, principalmente, pela relação entre autor, texto e leitor. Para este teórico, apesar de o autor fazer parte dessas variantes, não é possível controlar até que ponto seus pressupostos possuem relevância no modo como uma obra é recebida, já que é sempre destinada a um público diverso, com seu contexto cultural específico. Desse modo, o autor pode até querer direcionar a leitura para uma determinada interpretação, todavia não se pode ter controle de que a concretização seja feita de acordo com seus interesses. Nesta perspectiva, o leitor é relevante na produção dos sentidos, entretanto possui limitações condicionadas pelas competências do texto ou do autor-modelo e pelo próprio sistema literário, que não pode ser desconsiderado.

A significação de um texto deriva de um complexo processo de interação, o qual envolve o "tesouro social" dos leitores, que é definido como as "convenções culturais que uma língua produziu e a própria história das interpretações anteriores de muitos textos" (ECO, 2005, p. 80). O ato de leitura consistiria da união do conhecimento de mundo do leitor e das competências do texto, as quais passam também pela crítica de outros leitores. Estas competências, que poderíamos pensar como as intenções do texto,

não necessariamente coincidem com as intenções do autor. Nesse contexto, a visão do autor seria apenas mais uma possibilidade de leitura diante das múltiplas interpretações que um texto literário pode proporcionar.

A partir dessas premissas, este estudo se concentra na ideia de que a literatura permite uma diversidade de interpretações que não são controladas só pelo texto, mas também por outros fatores, tanto individuais quanto socioculturais. Assim, a singularidade da leitura não está mais focada no texto, mas nos/as próprios/as leitores/as e nos sentidos construídos por meio de negociações que envolvem as trajetórias socioculturais e teóricas. Isto é, os leitores e as leitoras, na situação comunicativa de leitura, constroem os significados relacionando seus conhecimentos às informações que estão presentes no texto.

Nesse sentido, todos os mecanismos de limitações que diversos teóricos buscaram imprimir no processo de leitura são substituídos pela concepção de que a complexidade da intepretação não pode ser analisada tendo como única perspectiva o texto ou o autor, mas como uma inter-relação que envolve diversas subjetividades e até mesmo objetividades, desde a do próprio leitor, até a dos críticos e teóricos dos textos literários. Portanto, o processo literário permite a construção de diversas singularidades que são despertadas e constituídas por meio da leitura do texto.

As inter-relações presentes no processo interpretativo também devem ser consideradas, pois os sentidos construídos na leitura, não dependem exclusivamente do texto, mas de fatores que vão além do que “o autor quis dizer”. Por este motivo, as relações com as camadas extraliterárias, que não são fixas em nenhuma sociedade, nem mesmo em um indivíduo, são muito mais responsáveis pelas significações construídas, permitindo a multiplicidade das leituras. Essa perspectiva reitera as concepções defendidas aqui, em que as significações produzidas estão além das tentativas de predeterminação do texto.

Eco (2002) desenvolve alguns conceitos que buscam investigar como esses diálogos acontecem, relacionados principalmente aos romances pós-modernos. Este teórico aborda um conceito interessante: a ironia intertextual, a qual pode alcançar um grande público e põe em jogo uma “dupla leitura” (ECO, 2002, p. 205). Portanto, privilegia aquele leitor que consegue fazer as referências a outros textos, mas não impossibilita a leitura para aqueles que não tem esse conhecimento, ou seja, esses textos

podem ser bem aceitos popularmente, contudo, aquele que colhe as remissões intertextuais, possui uma compreensão mais completa. Nas palavras do autor,

> O leitor informado [...] "pega" a referência e saboreia sua ironia – não apenas a piscadela culta que lhe dirige o autor, mas também os efeitos de enfraquecimento ou de mutação de significado (quando a citação se insere em um contexto absolutamente diverso daquele da fonte), da remissão geral ao diálogo ininterrupto que se desenrola entre os textos (ECO, 2002, p. 206).

Com todas essas considerações, Eco (2002) define que a ironia intertextual depende muito mais do leitor e de sua enciclopédia textual do que das intenções do autor. Dessa forma, reitero a noção que o autor defende, de que a relação entre o/a leitor/a e o texto é que determina as remissões possíveis, e isto vai muito além da intertextualidade que o autor quis criar.

Em relação às possibilidades de interação com o texto literário, Eco (2002) define dois tipos de leitor a partir das características do romance pós-moderno: há aquele que se preocupa principalmente em saber como a história vai acabar, prendendo-se, portanto, aos fatos do texto – esse é um leitor-modelo de primeiro nível, também chamado de leitor semântico; há também o leitor-modelo de segundo nível que vai além das questões do enredo, pensando no modo como os fatos foram narrados e aprofundando sua leitura – chamado de semiótico ou estético. No entanto, esses leitores-modelos não são categorias fechadas, isto é, um leitor não é exclusivamente de primeiro ou segundo nível – semântico ou estético – mas transita pelos dois níveis em uma única leitura ou em leituras diferentes.

Linda Hutcheon (1991) também pensa na intertextualidade relacionada à ficção pós-moderna, já que esta possui a característica de "abrir-se para a história", ou seja, ela se volta para o mundo. A consequência dessa abertura é chamada de "intertexto da história", por assumir uma ligação por meio de uma "reelaboração paródica do 'mundo' e da literatura" (HUTCHEON, 1991, p. 163). O uso desses elementos intertextuais como parte da ficção funciona como um modo de marcar a historicidade. Dessa forma, a intertextualidade na ficção pós-moderna define a ligação histórica do texto literário com o mundo.

Portanto, a intertextualidade acaba por modificar a direção do sentido do texto: de autor-texto para texto-leitor. Por esse motivo, a originalidade de uma obra literária

pode ser contestada, já que o texto possui relações intermináveis com outros textos na história e só com o estabelecimento das relações pelo/a leitor/a é que os sentidos são possíveis. Todos os intertextos são culturalmente importantes e auxiliam na construção da interpretação.

A intertextualidade permite a construção de sentidos mais abrangentes, no qual as/os leitoras/es que possuem um repertório maior de leituras conseguem apreender mais profundamente os sentidos do texto. Como os teóricos utilizados aqui defendem, a intertextualidade não se restringe ao que o autor buscou colocar de referências a outros textos, mas depende muito mais do conhecimento do/a leitor/a, isto é, o que prevalece são aquelas remissões que são feitas no texto pelo/a leitor/a.

Como depende da recepção, a intertextualidade pode ser estendida inclusive para outros tipos de textos não literários, como textos de teoria, crítica ou até aqueles que circulam na mídia. As relações não se restringem à produção escrita, mas podem ser do meio audiovisual, como filmes, músicas e produtos do meio televisivo. O que é interessante pressupor é que não há amarras para as remissões feitas no momento da leitura, tudo aquilo que faz parte da memória individual ou coletiva pode constituir o processo interpretativo.

Outro aspecto relevante é a afetividade, a qual não pode ser apagada no processo de leitura, ou até mesmo da pesquisa do crítico literário, já que essas questões perpassam os indivíduos e não podem ser anuladas em favor de uma perspectiva que vise a uma objetividade absoluta. Assim, entendo que a subjetividade é uma parte significativa de qualquer leitor/a, incluindo neste aspecto o/a crítico/a, que pode inserir seu ponto de vista sem, com isso, deslegitimar sua interpretação.

Entretanto, é necessário não desconsiderar que apesar de a subjetividade assumir um lugar de destaque, o/a crítico/a, que é um/a leitor/a instrumentalizado com aparatos teóricos, realiza uma leitura diversificada em relação aos/às leitores/as não profissionais. Sobre este assunto, Barthes (2007, p. 228-229) afirma que o crítico pode ser definido “como um leitor que escreve”, e esta escritura, para o autor, funciona como mediadora. Nesta perspectiva, o papel da crítica está vinculado à descrição do funcionamento da significação de um texto literário, para isso tem como base mais importante o próprio texto.

Concordo com Barthes (2007) ao estabelecer uma diferença entre o leitor comum e a crítica. Certamente, a produção de um texto, a partir de uma obra literária lida, além dos conhecimentos teóricos específicos, diferenciam esse tipo de leitor. Assim, ao transformar sua leitura em texto, o/a crítico/a possibilita que outros leitores tenham acesso à sua leitura, e, com isso, de acordo com Barthes (2007), o crítico acaba assumindo a voz de vários outros leitores. Essa visão, entretanto, aponta como a voz dos leitores comuns costuma ser silenciada por leituras consideradas autorizadas, ou seja, este tipo de crítica ocupa a posição de leitura "correta", cabendo aos outros apenas reproduzir esta visão e limitar sua interpretação a uma opinião já consolidada.

Reafirmando a ideia defendida aqui de que a crítica tende a apagar sua percepção subjetiva, Barthes (2007) defende que o crítico deve ter uma postura ou "tom" específico ao falar de uma obra, como se ao escrever sobre um texto, estivesse traduzindo a própria obra para outros leitores. Para isso, é necessário um total afastamento da subjetividade ou, nas palavras do autor

> O crítico pode duvidar e sofrer em si mesmo de mil maneiras e acerca dos pontos imperceptíveis ao mais malévolo dos censores, ele só pode finalmente recorrer a uma escritura plena, isto é, assertiva. É irrisório pretender esquivar o ato da instituição que funda toda a escritura por protestos de modéstia, de dúvida e de prudência (BARTHES, 2007, p. 230).

Para além disso, a diferença primordial entre esses leitores estaria na intenção, ou, nas palavras de Barthes, no "desejo". Ou seja, "passar da leitura à crítica é mudar de desejo, é desejar não mais a obra mais sua própria linguagem. Mas por isso mesmo, é devolver a obra ao desejo da escritura, do qual ela saíra" (BARTHES, 2007, p. 230-231). Portanto, ao ter como objetivo escrever um texto, essa intenção acaba conduzindo de alguma forma à leitura, deixando até mesmo de considerar questões afetivas e subjetivas, devido à preocupação em realizar uma leitura mais distanciada.

A ideia de escritura que destaca Barthes (2007) é desenvolvida por Perrone-Moisés. Esta autora estabelece uma diferença entre a crítica que se acha capaz de fechar todos os sentidos da obra, tendo uma "função explicadora" (PERRONE-MOISÉS, 2005, p.19), e uma crítica voltada à escritura, que se concentra na experiência e privilegia a produção de novos sentidos, ou seja, "em vez de apenas ajudar a ler (a decifrar), dar-se-á à leitura como um novo ciframento" (PERRONE-MOISÉS, 2005, p. 20).

Para esta autora, a mudança de perspectiva da crítica mostrou-se necessária devido aos textos modernos, já que estes não permitiriam uma leitura pautada em uma unidade fechada e exclusiva. No caso da escritura, Perrone-Moisés (2005, p. 27) defende a substituição do sujeito individual por "um sujeito de enunciação que se constitui e se desconstitui incessantemente, em seu próprio trabalho, colocando em situação de crise (em situação crítica) o sujeito subjetivo e todo o contexto que irrompe seu texto". Este ponto de vista sugere uma maleabilidade no processo de construção da crítica, abalando posições rigorosamente formais e se adequando às modificações que estão presentes no texto.

Contudo, apesar de concordar com a ideia da necessidade da mudança da estudiosa, acredito que mesmo visões contemporâneas ainda se preocupam com o afastamento do sujeito da crítica. Pensando nestas questões, as singularidades, na minha percepção, não podem ser apagadas no trabalho da crítica, em razão de métodos estruturalistas cristalizados, que tendem a enquadrar a interpretação em leituras "fechadas", tendo em vista uma perspectiva supostamente neutra. Mesmo as teorias mais modernas, que consideram a flexibilidade na intepretação, ainda buscam limitar as análises unicamente em questões do texto, afastando percepções que se relacionam à subjetividade. Dessa forma, acredito que explicitar o lugar de fala e suas possíveis identificações, assim como seus pressupostos teóricos-estéticos e políticos, seria importante para reafirmar que as leituras não são livres das subjetividades do/a crítico/a.

Além disso, esse modelo de escrita que inclui a subjetividade não deveria se limitar à constituição do objeto e à elaboração de estratégias de leitura, mas precisaria incluir um constante exercício autorreflexivo, o qual consiste no esclarecimento da posição do/a pesquisador/a em relação ao objeto, aos métodos e pressupostos teóricos e críticos. Este seria um modo alternativo de pensar a produção do conhecimento e de sua própria subjetividade, que está relacionada a sua trajetória pessoal e intelectual, pois as escolhas racionais e afetivas estão associadas à inserção em diferentes grupos culturais.

Portanto, proponho aqui romper com a tradicional separação entre sujeito e objeto, para em seu lugar refletir a posição do pesquisador e da pesquisadora como produtores do conhecimento. Esses/as estudiosos/as seriam capazes de explicitar seu ponto de vista, suas heranças socioculturais e seus pressupostos teóricos e críticos, assim como as possíveis alterações ao longo do processo investigativo, como mudanças

de interesses ou dos processos de interação entre pesquisador/a e outros sujeitos com os quais se relacionam na pesquisa.

Nesse sentido, até mesmo a pesquisa pode seguir um rumo inesperado e o objeto construir-se de uma forma diferente, com um resultado completamente diverso daquele imaginado no início. Dessa forma, são as leituras dos textos literários, teóricos e críticos, que definem o percurso e os rumos que a pesquisa seguirá, ou seja, a interação com outros sujeitos e textos é o que de fato constrói o resultado obtido.

Assim, a pesquisa literária não pode se restringir a uma busca de objetividade e neutralidade, pois as subjetividades e identificações que perpassam os sujeitos são diversas e influenciam na construção da interpretação. Desse modo, explicitar o processo da crítica por meio de uma análise autorreflexiva, que envolve a contextualização da posição do/a pesquisador/a e suas múltiplas interações no processo é essencial para uma perspectiva que vise a construção do *self* na escrita.

2.2 Construindo subjetividades

Compagnon, ao afirmar que “cada leitor é, quando lê, o próprio leitor de si mesmo” (COMPAGNON, 2010, p. 142), reitera a noção de que a subjetividade do/a leitor/a é construída no momento da leitura, ou seja, quando lemos não estamos apenas constituindo um sentido a um texto, mas, muitas vezes, estamos construindo a pluralidade de nossos *selves* de leitores/as. Portanto, a relação entre o/a leitor/a e o texto favorece a construção de subjetividades, associando seus pressupostos com as identificações que estão/são manifestas no/por meio do texto.

Assim, compreendo que a multiplicidade dos *selves*, “entendida como complexidade e singularidade” (VERSIANI, 2005, p. 212), permite que a subjetividade seja reconstruída a cada leitura. Isso porque há uma sobreposição de papéis e identificações que coexistem e se deslocam de acordo com a interação com outros *selves*, inclusive aqueles que são representados no texto literário.

A noção de *self* é compreendida aqui como uma construção social, que as pessoas criam de acordo com a relação com o outro, ou seja, é “o conceito que cada um vai criando sobre si mesmo, [por isso] depende de como ele interpreta as ações e os

gestos que lhe são dirigidos pelos outros" (ANDRÉ, 2007, p. 15). Desse modo, o *self*, como plural e em constante processo de mudança, substitui a noção unívoca e estável de autenticidade e legitimidade que existia antes da pós-modernidade.

A ideia de *self* se confunde com a de identidade. Segundo Hall (2011, p. 8), o conceito de identidade ainda causa muita dificuldade de compreensão pela ciência social contemporânea, devido à complexidade e ao pouco desenvolvimento sobre o tema. A dificuldade ocorre porque, para este teórico, na modernidade tardia as velhas identidades fixas e consolidadas estão em declínio e em seu lugar estão surgindo identidades fragmentadas e deslocadas, as quais se relacionam a pertencimentos múltiplos que envolvem questões étnicas, raciais, religiosas e nacionais.

Para o autor, o deslocamento sofrido pelo sujeito pós-moderno é duplo, na medida em que a descentração ocorre tanto no mundo social, quanto no próprio indivíduo, constituindo uma crise de identidade. Assim, a ideia de uma identidade estável é substituída por uma noção que compreende uma fragmentação, motivada pelo confronto de identificações muitas vezes contraditórias e não resolvidas, que são "formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 2011, p. 13). Em outras palavras,

> em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros* (HALL, 2011, p. 39, grifos do autor).

Dentre outras noções de identidade, Culler (1999, p. 107) propõe que esta é a combinação entre o social e as posições que o sujeito ocupa. Para ele, a literatura possui um espaço relevante nas pesquisas sobre esse tema, por representar os mais diferentes indivíduos ou uma diversidade de modelos de como se formam as identificações. Por este motivo, Culler (1999, p. 109) acredita que as pesquisas nos estudos sociais e literários sobre raça, gênero e sexualidade devem muito à literatura, que fornece ricos materiais para a explicação do papel sociológico e político na construção das identidades.

Além de a literatura representar identidades, a percepção de Culler (1999) reitera a ideia que desenvolvo aqui de que ela pode desempenhar um papel significativo na construção da identidade dos/as leitores/as. Isso ocorre porque, de acordo com este autor, o valor da literatura sempre esteve associado às experiências dos leitores, devido à identificação com personagens, por meio de situações específicas vividas e do modo de agir e sentir. Nas palavras do autor,

> os poemas e os romances se dirigem a nós de maneiras que exigem identificação, e a identificação funciona para criar identidades: nos tornamos quem somos nos identificando com as figuras sobre as quais lemos (CULLER, 1999, p. 111).

Dessa forma, a subjetividade é uma parte constitutiva da leitura, pois, ao ler, o sujeito projeta um pouco de si, já que a relação com a obra significa, principalmente, retornar a si mesmo. Segundo Jouve (2013, p. 54), a leitura envolve os planos intelectuais e afetivos, os quais tem a interferência da subjetividade. Essas questões se tornam mais evidentes quando observamos como é necessária a imaginação do/a leitor/a para construir em sua memória o cenário ou até mesmo a imagem das personagens.

Essas imagens mentais dependem da lembrança do/a leitor/a, que são movidas, principalmente, por uma dimensão afetiva, remetendo a situações e acontecimentos vivenciados e retomados espontaneamente no momento da leitura. Assim, os traços do vivido individualmente aparecem mais claramente quando observamos as representações, ou seja, “aquilo que a leitura faz ressurgir, por meio de uma palavra, de uma frase ou de uma descrição, não vem do nada, mas do *meu* passado” (JOUVE, 2013, p. 55, grifos do autor). Entretanto, é relevante considerar que nosso passado não é lido como um reflexo literal no texto, mas funciona muito mais como uma base, já que outros fatores também contribuem para a formação dessas imagens.

Além dessas questões afetivas, o plano intelectual também inclui a subjetividade no processo de leitura. Baseado nas concepções de Iser, Jouve (1999, p. 55) acredita que os espaços textuais, compostos pela “ambivalência ou obscuridade solicitam estruturalmente a criatividade do leitor”. Contudo, essa relação não é tão determinada, já que o lugar onde a subjetividade seria incluída não é controlada, ou seja, a individualidade do/a leitor/a pode ser inserida em espaços que não estavam previstos pelo texto. Assim, às “configurações necessariamente subjetivas se acrescentam

configurações acidentalmente subjetivas", por este motivo as reações afetivas do/a leitor/a podem questionar "as diretrizes emocionais" (JOUVE, 2013, p. 57-58) do texto.

Dessa forma, por mais que se queira atribuir ao texto o controle dos vazios, acredito que os espaços são construídos realmente durante a leitura e preenchidos de acordo com as experiências individuais. A dificuldade (ou impossibilidade) em definir o sentido objetivo de um texto torna ainda mais importante a subjetividade na interpretação e reitera a relevância da individualidade. Assim, por mais que a crítica tradicional tenha tentado buscar essa objetividade na leitura, as mais diferentes respostas de leitores/as a um texto literário demonstram que o sentido é, sobretudo, construído pelas subjetividades que se confrontam na interpretação.

A leitura literária permite um aprofundamento em si mesmo, na medida em que as configurações subjetivas do/a leitor/a são questionadas pelo texto e, assim, acabam possibilitando a construção de representações. Logo, nessa relação, o/a leitor/a é "levado a refletir sobre o que o conduziu a projetar no texto aquilo que não estava lá" (JOUVE, 2013, p. 60), ou seja, ele/a pode pensar sobre como as reações provocadas pelo texto evidenciam os mecanismos socioculturais de sua identificação. Esse processo não se restringiria à afetividade, nem seria regulado unicamente pelo texto, mas, pelo olhar sobre as personagens, tentaríamos acomodar nossas singularidades.

Langlade (2013, p. 36) afirma que a recepção de uma obra envolve o "empréstimo" de nossa identidade às personagens. Isto é, por meio de nossa imaginação atribuiríamos características mundanas, ou uma "vida fora do texto" às personagens da ficção. Apesar dessa relação que faríamos, imaginando a obra como se fosse realidade, há uma consciência da "realidade fictícia", e isso nos daria um distanciamento tranquilizante para definir aquilo que de fato é real. Assim, a leitura envolve uma multiplicidade de textos singulares, elaborados por leitoras e leitores a partir de sua "adesão viva à obra" (LANGLADE, 2013, p. 33).

De acordo com este autor, o texto literário só existe dentro da "multiplicidade dos textos singulares que engendra" (LANGLADE, 2013, p. 35), por isso seu discurso inscreve as reações subjetivas que experimentou durante a leitura. Entretanto, isto não significa dizer que o texto é acabado em cada leitor/a, mas todas as lacunas e insuficiências fazem parte da obra e constituem "um estado do texto digno de ser apreciado enquanto produção de leitura literária" (LANGLADE, 2013, p. 35).

Neste sentido, a experiência aparece como algo constitutivo do processo de leitura. Segundo Yunes (2003, p. 12-13), a leitura funciona como um “ensaio de ‘vidas’”, haja vista que podemos viver as mais diversas experiências, em uma relação em que os leitores são provocados pelo texto, e assim mobilizam sua vida para emprestá-la na leitura. Ao mesmo tempo, esse movimento também afeta o leitor, já que este também pode permitir que a leitura “redimensione” aspectos de sua vida.

Para além da experiência da leitura, John Dewey (1980) discute a experiência estética na arte. Para ele, o estético está relacionado à percepção apreciativa e agradável da arte, a qual implica uma reconstrução de acordo com questões particulares. Envolve ainda emoções, já que, apesar de serem individuais, elas estão ligadas a um objeto ou a um evento, ou seja, para que haja emoção, ela tem que estar associada a algo, sendo, portanto, fruto de uma experiência.

Nesta perspectiva, a interação surge como algo essencial para a constituição da experiência, pois esta é a relação “entre uma criatura viva e algum aspecto do mundo no qual ela vive” (DEWEY, 1980, p.93). Dewey (1980, p. 89) desenvolve a ideia de que a experiência ocorre continuamente e está associada às condições que rodeiam o indivíduo e ao processo de vida. Entretanto, para o autor, nem sempre estas experiências são completas, já que pode haver “distração e dispersão; o que observamos e o que pensamos, o que desejamos e o que alcançamos, permanecem desirmanados um do outro”. Assim, só teríamos uma experiência quando há a completa realização, havendo “uma consumação e não uma cessação” (DEWEY, 1980, 89).

Dewey (1980), contudo, estabelece a existência de dois tipos de experiência: a estética e a não-estética. Para o autor, a experiência não estética envolve uma compreensão mecânica, ou seja, “há começos e cessações, mas não há genuínos inícios e conclusões. Uma coisa substitui outra, mas não a absorve nem a traz consigo” (DEWEY, 1980, p. 93). Diferentemente, a experiência estética se relaciona a uma percepção aprofundada, dinâmica e ativa, a qual é singular e forma uma unidade, por meio de um fluxo com fases afetivas e práticas. Em outras palavras, o estético não é um “intruso na experiência [...], mas ele é o desenvolvimento clarificado e intensificado de traços que pertencem a toda experiência normalmente completa” (DEWEY, 1980, p. 97).

Baseada na ideia de experiência, a recepção não pode ser entendida como passividade, já que envolve uma interação em um "processo que consiste numa série de atos de resposta que se acumulam" (DEWEY, 1980, p. 102). Sem este movimento ativo, o que há é apenas reconhecimento, o qual consiste em uma percepção não desenvolvida livremente. Assim, a percepção está associada a uma "atividade reconstrutora", pois permite a formação de uma unidade a partir da cooperação de todas as ideias acumuladas. A diferença mais evidente é que "o reconhecimento é cômodo demais para que desperte uma consciência vívida" (DEWEY, 1980, p. 102), por isso a percepção envolve os aspectos emocionais e uma "tumultuação no organismo".

Dessa forma, a percepção pressupõe um ato de recriação. Dewey (1980, p. 103-104) afirma que é necessário passar por etapas semelhantes às dos artistas, ou seja, o espectador, de acordo com seu ponto de vista, deve utilizar a abstração e extração do que é significativo, ao fazer uma observação artística. Essa ideia conduz à compreensão de que é necessário juntar particularidades dispersas em um "todo experenciado". A experiência proposta por Dewey não é uma teoria que exclui, mas que agrega diferentes fatores na percepção, envolvendo o aspecto emocional, o prático e o intelectual.

> Não é possível separar, numa experiência vital, o prático, o emocional e o intelectual uns dos outros, e pôr as propriedades de um em oposição às dos outros. O aspecto emocional liga as partes num todo único; "intelectual" simplesmente nomeia o fato de que a experiência tem significado; "prático" indica que o organismo está em interação com eventos e objetos que o rodeiam (DEWEY, 1980, p. 104)

Portanto, a experiência, sendo constituinte da percepção estética, é algo central no processo de leitura, já que define a interpretação ou o "todo experenciado", e assim os sentidos criados a partir da leitura. Por esse motivo, é impossível não associar a experiência à construção da subjetividade, pois ao criar uma unidade singular do texto, estamos também associando as percepções de nós mesmos, isto é, as nossas identidades. Assim, é complicado pensar numa unidade acabada, já que nossas identidades também não o são, por isso, me parece que a perspectiva de Dewey vai muito mais em direção de uma interpretação fluida e dinâmica, assim como a experiência.

Retomando a noção de fragmentação da identidade como uma característica da pós-modernidade pensada por Hall (2011), é possível perceber como essa ideia interfere na forma como as personagens são construídas no romance contemporâneo, além disso

também se reflete no modo como a individualidade do/a leitor/a se relaciona às identificações presentes no texto. No romance *Nove Noites*, a subjetividade se torna um ponto ainda mais relevante, na medida em que a narrativa não apresenta uma conclusão que ponha fim a todos os questionamentos levantados no decorrer do texto. Por isso, os/as leitores/as parecem ocupar uma posição como aqueles/as que podem criar uma resposta que o texto não fornece.

Neste texto, o suicídio do antropólogo Buell Quain, como já mencionei, é contado por dois narradores, os quais concentram sua história em informações incompletas e contraditórias. Na minha leitura deste romance, observei como a narrativa é construída de modo que os mistérios sobre o caso não são resolvidos, apesar de parecer que a qualquer momento isso acontecerá. Este clima que aguça a curiosidade impulsiona os questionamentos e conjecturas, já que se o texto não fornece as respostas tão esperadas, só resta ao/à leitor/a construir sua leitura, optando por um ponto de vista que se relaciona com sua individualidade, mesmo quando essa leitura opta por não resolver os enigmas.

Neste movimento, a subjetividade ocupa um espaço de destaque, pois ela ajuda a construir uma trajetória que define a interpretação. Isso ocorre porque nossa memória não consegue apreender todo o repertório de informações do texto, portanto, naturalmente fazemos uma seleção, retendo aquilo que faz “parte de nossos centros de interesse” (JOUVE, 2013, p. 57-58). Neste sentido, *Nove Noites*, por ter uma estrutura que possibilita conclusões completamente opostas, a depender do percurso definido, torna ainda mais evidente a relação da subjetividade com a interpretação. Podemos, assim, compreender porque as leituras são, muitas vezes, tão divergentes e apontam para perspectivas tão diferentes.

A subjetividade constitui o processo interpretativo dos/as leitores/leitoras na medida em que possibilita o confronto de identificações que acabam conduzindo à interpretação. As pessoas possuem experiências diferentes e fazem parte dos mais diversos grupos sociais, por esse motivo, nossas leituras são singulares e envolvem a individualidade de uma forma tão específica. Além disso, com o romance *Nove Noites*, essas características são ainda mais acentuadas, já que os mistérios no suicídio de Buell Quain não são resolvidos e o próprio texto aponta para os mais diferentes desfechos, os quais apenas o/a leitor/a pode (se assim achar necessário) dar as respostas.

2.3 Lendo outros/as leitores/as

O romance *Nove noites*, como todos os textos literários, permite várias interpretações, as quais vão se construindo à medida que a leitura acontece. Conhecer essas interpretações faz parte do trabalho da pesquisa literária, que se constitui de leitura teórica e crítica. Portanto, ler outros/as leitores/as do romance é importante para me relacionar ou me contrapor a eles, fazendo parte da leitura e contribuindo para a construção das interpretações.

Falando especificamente deste romance de Bernardo Carvalho, as possibilidades de interpretação são bastante divergentes, pois, a cada leitura dos textos críticos, conhecia novas percepções que não foram por mim observadas, mesmo depois de várias leituras. Meu trabalho iniciou-se pelo texto literário e depois sua crítica, o que possibilitou uma contraposição com a minha leitura e também entre as interpretações dos/as outros/as estudiosos/as. A partir dessa experiência, pareceu-me que o romance possibilita divergências em interpretações, porque os fatos não são construídos para que se tenha uma linearidade na narrativa. Para além disso, as leituras são divergentes porque nenhuma interpretação é única, haja vista que os/as leitores/as possuem experiências diversas, o que nos torna diferentes até mesmo em duas leituras do mesmo texto.

Como já mencionei, o romance trata de um fato real ocorrido no interior do Brasil: o suicídio do antropólogo Buell Quain. A história é contada por dois narradores que possuem pontos de vistas diferentes, por isso as narrativas não são equivalentes, e muitas vezes se contrapõem. Manoel Perna teve um contato breve com Quain e foca nas histórias que ouviu e nas suas impressões desses encontros. O outro narrador não é nomeado, apenas sabemos que é um jornalista, e sua narração gira em torno da investigação dos motivos que levaram o antropólogo ao suicídio.

O romance cria um clima enigmático sobre a vida desse etnólogo, devido às informações não serem confirmadas, mas também não serem negadas, pairando sempre a dúvida. Essa característica remete a um estilo detetivesco, no qual aparentemente se estrutura um jogo de quebra-cabeças para que o/a leitor/a junte as “peças”. A impressão que tenho, baseada na minha própria experiência e na leitura da interpretação de

outros/as leitores/as, é que ele enreda a pessoa para que se sinta parte da narrativa, unindo-se ao narrador-jornalista como investigadora.

Luiz Costa Lima (2002), referindo-se ao romance *Teatro*, já aponta diversas características que farão parte do estilo carvalhiano nos textos subsequentes. Este crítico discute a capacidade em apreender o leitor que esse livro possui, ao apresentar duas narrativas que funcionam como perspectivas divergentes e contribuem para a abertura nas leituras. Para este autor, o romance cria "um fascinante quadro de incertezas que aposta em um leitor dotado de um interesse decifrativo semelhante. Ao mesmo tempo, porém, o autor tem a esperteza de não esperar necessariamente por esse leitor" (LIMA, 2002, p. 273-274). Portanto, a trama atrairia os/as mais diferentes leitores/as, tanto aqueles/as considerados/as profissionais, quanto os/as que só desejam ser levados/as pelo texto.

Esse mesmo ponto também suscita uma crítica de Lima (2002) ao romance de Carvalho. O estudioso identifica uma preocupação exacerbada em cativar o leitor, refletindo na percepção de que as ações são inventadas. Ou seja, a narrativa é construída de uma forma que deixa claro que tudo não passa de ficção, por meio de explicações e justificações exageradas. Assim, para que não haja leituras diversas, o romancista criaria possibilidades de leituras que agradariam tipos de público diferentes, por meio da "ambiguidade [que] satisfaria o leitor exigente [...] e a univocidade [que] não prejudicaria o leitor de enredo lineares" (LIMA, 2002, p. 276).

Para Pécora (2003), *Nove noites* não repete os erros apontados por Lima (2002), nos romances *Teatro* e *As iniciais*, pois não há uma tentativa extremada em "encaixar" todas as peças, de tornar "o inverossímil verossímil", com o objetivo de impedir uma leitura adversa. Manoel Perna, para ele, acaba por ser uma resposta a este tipo de crítica, pois ao fazer uma narrativa combinando o que Buell Quain lhe contou com o que ele próprio imaginou, libera o/a leitor/a a criar uma história até mesmo a partir do que ninguém nunca escreveu.

Santiago (2002, p. 51) destaca que o narrador pós-moderno se caracteriza por narrar experiências de outros, ou seja, ele se subtrai da ação e se torna um atento observador. Sua postura não seria de um atuante, pois ele "quer extrair a si da ação narrada" (SANTIAGO, 2002, p. 45), assim o objetivo estaria mais voltado a instalar uma sensação de imparcialidade. Por este motivo, Santiago (2002, p. 45) relaciona esta

atitude à de um repórter ou espectador, já que “narra a ação enquanto espetáculo a que assiste (literalmente ou não) da plateia, da arquibancada ou de uma poltrona na sala de estar ou na biblioteca”.

O romance de Carvalho segue uma linha diferente, por ter dois narradores que narram em primeira pessoa. Entretanto, a narrativa tem uma característica que se aproxima da ideia de Santiago (2002), pois os narradores concentram seus interesses em narrar suas experiências a partir da observação de Buell Quain, focando-se na convivência ou na investigação da vida dessa personagem. Portanto, apesar de ter narradores-personagens, *Nove noites* centraliza o foco narrativo na observação, mesmo que esta considere sobremaneira a visão particular dos narradores.

Santiago (2002, p. 51) relaciona a posição do leitor à do narrador, pois ambos se encontram no papel de observar o desenrolar das ações das personagens, em outras palavras, eles “se definem como espectadores de uma ação alheia que os empolga, emociona, seduz”. Em *Nove noites* essa relação se dá sob outros parâmetros, o narrador-jornalista está buscando reconstruir uma história do passado, por meio de informações parciais e, por vezes, contraditórias. Enquanto o/a leitor/a do romance encontra-se em uma posição equivalente, tentando unir os diversos fatos narrados. A diferença existente é que eles não se colocam como simples espectadores, o narrador vivencia a história e o/a leitor/a participa da construção da narrativa. Em outras palavras, as posições são semelhantes, porque as informações do narrador e dos/as leitores/as são quase sempre as mesmas.

Outro ponto a ser discutido sobre os narradores de *Nove Noites* é o modo como a subjetividade é constituinte dos seus discursos. Ou seja, ao contar a história de Buell Quain, eles partem de seu ponto de vista, seguindo a trajetória de seus próprios conflitos. As divergências e contradições em seus discursos se explicariam, portanto, por se focarem nas perspectivas que mais atendem aos seus interesses ou as suas subjetividades.

Essa questão se acentua quando observamos que os narradores assumem papel de leitores: Manoel Perna “lê” Buell Quain, registrando em sua narração a “leitura” dessa personagem, por meio de suas lembranças durante as nove noites que estiveram juntos; e o narrador-jornalista “lê” uma série de textos e fotos, construindo uma imagem das personagens envolvidas na história que ele quer reescrever. Essa noção mais ampla

de leitura corrobora com o que afirma Martins (2005, p. 30), que considera “a leitura como um processo de compreensão de expressões formais e simbólicas, não importando por meio de que linguagem”. De acordo com esta perspectiva, a leitura vai além da decifração do que está escrito, mas contempla outros tipos de expressão do fazer humano.

Portanto, cada um dos narradores, a partir de sua interpretação, compõe na ficção sua própria versão dos fatos, selecionando as leituras que mais se aproximam de sua individualidade e interesses, assim como fazem os/as leitores/as. Por isso, não é uma narrativa linear e completa, mas fragmentada e composta por incertezas, pois, como afirma Manoel Perna, é uma “combinação do que ele [Quain] me contou e da minha imaginação ao longo de nove noites” (CARVALHO, 2002, p. 41).

Como já foi discutido, a habilidade em construir um texto que apreende o/a leitor/a é uma característica de Carvalho. Desde a primeira leitura, a curiosidade movida pelo enigma despertou meu interesse de uma forma diferenciada, principalmente pelo desejo de tornar as diversas conjecturas levantadas em respostas que o texto não fornecia. Ao fazer outras leituras, percebi que o mais interessante não é resolver todos os enigmas da narrativa, mas compreender como o mistério contribui para a construção de uma estrutura que propõe uma experiência participativa.

Mônica Fernandino (2009, p. 30) também reconhece que a estrutura desse romance favorece a construção de múltiplas leituras, abordando desde questões antropológicas, como o trabalho etnográfico e os conflitos entre os índios; até questões relacionadas à interlocução cultural, tanto no nível político quanto no científico. Isto é, traz um contexto amplo que envolve o regime ditatorial de Vargas no Brasil, a postura do pesquisador ao adentrar nas tribos indígenas e a relação entre os índios e os “civilizados”. Além disso, levanta questionamentos sobre a individualidade, a singularidade, a relação com o outro e a sexualidade conflituosa.

Assim, baseada na ideia de que a estrutura propõe uma participação do/a leitor/a, Fernandino (2009) traz em sua tese uma leitura fundamentada na ideia de enunciação, no qual o narrador brinca com as regras do discurso ao estabelecer um jogo, convocando como parceiro o leitor. A estudiosa analisa a composição da narrativa a partir dos gêneros literários e jornalísticos, defendendo que o autor seleciona elementos do jornalismo e combina com o imaginário para criar o ficcional.

Fernandino (2009) fundamenta-se na perspectiva de Iser, por este motivo acredita que o jogo é direcionado pelo texto, conduzindo o leitor. Para ela, o narrador, ao afirmar e negar informações, transgride o acordo de significação que teria estabelecido e, por isso, abandona o aparente objetivo do texto, assim, torna-se necessário um leitor que participe das jogadas e se envolva na elaboração da narrativa.

Semelhante a ideia desenvolvida por Fernandino (2009), Cláudia Bergamin (2006, p. 14) acredita que *Nove Noites* possui "armadilhas ficcionais", sendo necessário que o leitor permaneça atento, para não tomar a história como um simples resgate do passado. Assim, esta leitura não poderia deixar passar despercebidas as "pistas" que são fornecidas, já que seria uma condição para o "sucesso" da leitura. O leitor, portanto, também se encontra numa posição de decifrador das "jogadas" do texto.

Os mistérios que envolvem a vida de Buell Quain despertaram leituras diferentes. Ferreira (2009), aparentemente, busca construir uma interpretação que dê conta de resolver todos os enigmas. Este estudioso reconhece as contradições presentes na narrativa, mas tenta formar um todo coerente, unindo esses pontos incertos. Um dos pontos abordados é a narração de Manoel Perna, sempre coberta de medo, por motivos que não são bem explicados. Por essa narração nebulosa, leituras diferentes são estabelecidas e até comprovadas por meio de argumentos consistentes. Diante das contradições apresentadas, Ferreira (2009) considera a possibilidade de este narrador não aceitar a homossexualidade de Buell Quain:

> O próprio Perna tem também uma posição ambígua em relação à homossexualidade do seu confidente: se é certo que não há nenhuma declaração abertamente contra a homossexualidade, abundam no relato de Perna uma série de referências à loucura de Quain e a actos contra a natureza, o que no imaginário cristão, que é o seu, tanto pode sugerir a homossexualidade como o suicídio (FERREIRA, 2009, p. 34).

A homossexualidade de Quain nunca pareceu, na minha leitura, um problema para Perna, contudo é uma argumentação plausível, já que sua narração é tão sugestiva e nebulosa que permite uma pluralidade ainda maior de interpretações. A diversidade de significações é tão grande que Fernandino (2009) segue uma direção diferente, praticamente oposta a Ferreira (2009), sugerindo, entre tantas outras possibilidades, um relacionamento amoroso entre Buell Quain e Manoel Perna. Essa leitura foi uma

novidade para mim, já que em nenhuma das minhas leituras enxerguei a grande proximidade entre eles desta maneira.

Diante de tantas informações desencontradas, os leitores e as leitoras podem começar a juntar essas “pontas soltas”, e formar um todo minimamente completo. Minha experiência em todas as leituras que fiz do romance, mudando ou acrescentado algumas conclusões e, depois, lendo a percepção de outros/as leitores/as, mostrou-me como esse exercício é individual e singular, podendo ser definido por nossas trajetórias e experiências, e ainda constituindo nossa identidade leitora, no confronto com nossas percepções das personagens.

Portanto, a obra estimula o constante criar e recriar de versões e possibilidades, à medida que os narradores vão expondo sua história ambígua e incompleta. Por esse motivo, a referência desse texto como um jogo de quebra-cabeças ou de um romance policial é recorrente. Pécora (2003) define *Nove noites* como “um misto de romance-reportagem e de romance policial”, devido ao clima misterioso, motivado pelo suspense e a investigação obsessiva do narrador-jornalista, que dá à narrativa um tom detetivesco. Este estudioso enfatiza o modo complexo que a “arquitetura” do romance é construída, com dois narradores completamente diferentes: a narração do jornalista é paranoicamente objetiva, enquanto a do engenheiro é alusiva e duvidosa, e parece estar sempre dividida entre a imaginação e a realidade, demonstrando uma cumplicidade entre o narrador e um destinatário desconhecido.

A tensão entre a realidade e a ficção é algo que salta aos olhos no momento da leitura. Principalmente porque na quarta capa do livro há a informação de que a narrativa é baseada em fatos reais. Nos agradecimentos do autor, ao final do livro, essa informação é reiterada, mas deixando claro que, apesar de esse texto conter fatos que ocorreram na vida real, ainda é uma ficção, sendo classificada como uma “combinação entre memória e imaginação” (CARVALHO, 2002, p. 151).

Essas informações dispostas no romance, demonstram a preocupação do autor em suspender o interesse em classificar o livro como outra coisa que não seja um texto ficcional, ou ainda como uma forma de criar mais pistas falsas para assim prolongar o mistério e enredar o/a leitor/a. Algo que acentua esta última possibilidade são as fotos que se referem a Buell Quain no interior do livro. O fato de essas imagens serem reais reforça ainda mais a sensação de incerteza em que pode se encontrar o/a leitor/a. Se a

ideia era reafirmar o aspecto ficcional do romance, esse objetivo seria dificilmente conquistado, já que o/a leitor/a começa o texto com as imagens e, provavelmente, ela influenciaria em sua interpretação.

Klinger (2012, p. 177) afirma que *Nove Noites* põe em discussão as separações binárias do que é ficcional e não-ficcional, pois diferencia-se tanto de um romance histórico quanto de um texto documental. A própria obra reforça a ambiguidade dessa relação, quando traz dados históricos verdadeiros e passagens da vida do autor, mas ao mesmo tempo reforça a ideia de que a "verdade está perdida entre todas as contradições e disparates" (CARVALHO, 2002, p. 6).

A relação entre os dados biográficos do autor e a obra é tão evidente que no próprio romance há a imagem de Bernardo Carvalho na orelha do livro, ainda criança, segurando a mão de um índio no Xingu. Com essa foto, o autor nos remete ao entrelaçamento entre os dados do narrador-jornalista e sua própria experiência na infância. Além disso, outros fatos se reportam à biografia do autor, como sua profissão de jornalista ser igual à de um dos narradores; e a própria construção da narrativa, já que muitos dados informados coincidem com o que aconteceu, como o atentado às torres gêmeas, em Nova Iorque, e a publicação de uma antropóloga em um jornal que motivou a pesquisa do narrador-jornalista.

O embate entre a ficção e a realidade se dá devido à presença de traços autobiográficos do autor empírico que podem ser observados na obra. Klinger (2012, p. 11) discute esse tema, apontando que essa "escrita de si", em um texto denominado de ficção, vem sendo uma característica marcante em romances recentes. *Nove Noites* pode ser lido na perspectiva da "auto-ficção", na medida em que a vida do autor se confunde com a do narrador-jornalista, ou seja, este narrador pode ser pensado como o próprio Carvalho tanto no passado, na descrição dos acontecimentos de sua infância e adolescência, quanto no processo de construção da narrativa. Assim, Carvalho destaca os limites entre a ficção e a realidade e, principalmente, questiona o que é realidade.

Klinger (2012, p. 10), ao discutir duas características dos romances contemporâneos, a "escrita de si" e a "virada etnográfica", abre margem para uma reflexão sobre essa relação das marcas autobiográficas presentes na obra, aliadas à constante autorreflexão e a uma presença de um olhar etnográfico, aproximando esse texto literário às ideias desenvolvidas pela antropologia moderna. O interessante é

perceber como este romance é construído a partir de traços biográfico do autor, mas ainda assim é considerado um texto de ficção, o que, segundo Klinger (2012, p. 11), pode ser pensado como uma "transgressão do 'pacto ficcional", pois "problematiza a ideia de referência e assim incita a abandonar os rígidos binarismos entre 'fato' e 'ficção'".

Baseada nessa perspectiva, é plausível pensar em *Nove noites* como um romance autoetnográfico. Esse aspecto pode ser melhor desenvolvido associado ao narrador-jornalista, visto que ele relata a investigação subjetivamente, pois ao pesquisar a vida do antropólogo, envolve-se emocionalmente e vivencia as mesmas experiências do passado de Quain. Além dessa questão, a noção destacada ainda é possível devido ao fato de a antropologia e o trabalho etnográfico serem destacados e ao narrador-jornalista ter acesso a diversas vozes, por meio das entrevistas e das cartas. Ou seja, é como se o romance fosse o resultado de uma pesquisa autoetnográfica.

Para além disso, investigar os aspectos autoetnográficos presentes em *Nove Noites*, a partir da perspectiva do narrador-jornalista, permite pensar na leitura de modo mais abrangente, ultrapassando os limites do texto escrito e se concentrando também em imagens, situações, e até mesmo na fala de vários entrevistados. Vale ressaltar que a relação existente entre a biografia do autor e desse narrador, além da coincidência no processo investigativo da história de Buell Quain, justificam a perspectiva adotada. Em outras palavras, o entrelaçamento em fatos da vida do autor e do narrador, assim como a semelhança dessa narração com um relato autoetnográfico, dão margem a análise que será desenvolvida.

Portanto, as leituras da crítica especializada alcançaram os mais diferentes pontos de vista, mostrando todo potencial da singularidade na interpretação dos textos literários. Conhecer essas outras perspectivas fez com que eu questionasse as minhas próprias, mesmo nem sempre alterando a interpretação, possibilitando a reflexão sobre o porquê de eu ter chegado às conclusões que cheguei. Ou seja, quais são os fatores de minha individualidade que fizeram com que eu tomasse uma direção específica em minha leitura, e quais associações foram feitas para o entendimento de determinadas questões? Acredito que só a partir de uma análise do meu diário de leitura, focando na compreensão desse processo interpretativo, essas respostas poderão ser explicitadas.

3 UMA LEITURA AUTOETNOGRÁFICA DE *NOVE NOITES*

3.1 Interpretação: o diário de leituras

De acordo com minhas experiências, é possível pensar que a interpretação possui uma identificação com a individualidade, ou seja, questões que se referem à subjetividade do/a leitor/a se relacionam com o que está escrito. Assim, podemos gostar de uma forma especial de um romance, de um conto ou de um poema, ao sentir uma identificação com a narrativa ou com personagens, por parecer que esses textos falam algo sobre nós, sobre o que faz parte de nossa trajetória. Além disso, um fato ou um contexto desconhecido também podem aguçar a curiosidade e despertar o interesse pelo diferente, passando a fazer parte do repertório do/a leitor/a. Portanto, o reconhecimento de nossa individualidade na narrativa pode mobilizar diversos interesses, pois a simples menção a um detalhe desperta a memória para algo do passado ou algum desejo do futuro, que pode levar a uma interação mais profunda.

Esse movimento é o “levantar a cabeça” ao qual Barthes (2004, p. 27) se refere, pois, caracteriza a singularidade de cada leitura, ou seja, ao imaginar situações individuais por meio de alguma referência do texto literário, estamos atribuindo aspectos da subjetividade. Por isso o diário pode ser produtivo, já que sem a escrita dessas percepções, tudo fica perdido na interpretação global que se pretende ao final do texto e impossibilita a apreensão dessas particularidades do processo de leitura.

A produção do diário de leituras, apesar de conservar o princípio da liberdade, não foi feita de modo aleatório, mas foram consideradas as questões norteadoras, as quais ajudaram a manter um padrão e a não perder os pontos que seriam mais relevantes. Para isso, foram destacados, na leitura de cada capítulo, as associações, os pensamentos e os sentimentos, buscando registrar os devaneios, os julgamentos, as sensações e até mesmo as dúvidas ocorridas no momento da leitura. A questões utilizadas, entretanto, não são um roteiro predefinido, mas apenas uma linha a ser seguida com o objetivo de manter o foco nas discussões necessárias.

A leitura envolve os mais diversos aspectos que podem definir a nossa percepção do texto e do mundo em que vivemos. Contudo, as variantes que estão implicadas na leitura literária são as mais diversas, as quais envolvem aspectos objetivos e subjetivos, que se relacionam à base teórica e traços do próprio texto e estão

associadas a afetividade e a emoção. Alguns teóricos já apontaram a complexidade que envolve esta interação, e a dificuldade de entender porque muitos de nós sentimos uma profunda afeição por determinados textos ou até mesmo necessitamos da literatura.

Os registros no diário apontaram como as outras leituras do romance foram importantes e dialogaram recorrentemente, ou seja, ao ler o texto a lembrança das interpretações anteriores fizeram parte das associações e contribuíram para a interpretação. Uma das questões, que já foi abordada por outros críticos, é o aparente interesse em atrair o/a leitor/a. A repetição de palavras e frases é um desses traços, que muitas vezes permanecem na memória e ecoam nos ouvidos depois da leitura. Nesse trecho do meu diário, podemos observar uma frase específica que é sempre repetida e marcou sobremaneira a minha leitura.

> A primeira frase: "Isto é para quando você vier", é um desses elementos que me conduziu na primeira leitura, queria saber a todo custo quem era esse outro (SANTOS, 2015, p. 85)[2].

Essa repetição conduziu meu interesse desde a primeira leitura e manteve-se, por não haver uma definição, isto é, esse "você", que é repetido inúmeras vezes, não é nomeado e, para mim, pareceu um convite para a descoberta, já que até o final do livro, esperei encontrar algum indício que esclarecesse um pouco melhor a quem se referia. Apesar de alguns críticos pensarem nesse "você" como o próprio leitor (não desconsidero essa possibilidade), eu atribuí a um personagem específico que aparece no final da narrativa: um fotógrafo que havia se relacionado com Quain antes de ele viajar para o Brasil. É uma percepção que sempre me pareceu mais plausível e que de alguma forma ameniza a sensação de completo abandono, diante das perguntas sem respostas.

A busca de respostas, que é sempre presente na minha leitura, não é aguçada apenas por *Nove Noites*. A leitura pressupõe a criação de expectativas e a formação de conjecturas sobre o desenvolvimento das narrativas, por isso é muito comum começarmos o exercício de imaginação já pelas informações iniciais que são postas no livro, como o título, a imagem na capa e os dados que temos sobre o autor. Todo este repertório adquirido nos conduz para uma percepção prévia do que será constituído nas

[2] A fonte indicada nas citações do diário se refere ao ano que foi escrito e ao número da página do anexo que está nesta dissertação.

páginas que virão e começam a formar hipóteses que podem ser refutadas ou confirmadas durante a leitura.

Neste romance de Carvalho, as expectativas são ainda mais acentuadas porque a narrativa é fundamentada em enigmas. O texto é construído por meio de informações incompletas, e isto acaba nos conduzindo a imaginar respostas a partir das suposições criadas. Não se sabe nada de forma clara ou completa, mas tudo aparece como uma versão possível. Os dois narradores reforçam ainda mais a ideia de que a história não passa de um ponto de vista, pois nunca conseguimos alcançar a totalidade da narrativa.

Os enigmas e o mistério que percorrem o romance são aspectos que conduziram minha leitura e motivaram meu interesse. Essas características, que inclusive se assemelham a um jogo, fazem parte da interação do texto com o leitor, haja vista que, como aponta Iser (1979, p. 106), o processo comunicativo literário se regula "mediante a dialética de mostrar e ocultar. O não dito estimula os atos de constituição, mas ao mesmo tempo essa produtividade é controlada pelo dito e este por sua vez se modifica quando por fim vem à luz aquilo que se referia". Neste sentido, o movimento de revelar e ocultar informações conduz a interação e permite que o/a leitor/a construa hipóteses e expectativas sobre o texto, que ao final podem ser refutadas, confirmadas ou até mesmo não reveladas, como é o caso de *Nove Noites*.

Outro aspecto que se refere ao texto literário e que também fez parte dos meus interesses no romance foram as diferentes versões do mesmo fato que o texto reiteradamente apresenta, uma característica que também já foi apontada por vários/as estudiosos/as. Ou seja, ao não definir uma versão conclusiva, acaba dando margem a uma diversidade de interpretações, por meio de uma maior abertura imaginativa. Essa perspectiva reafirma a noção defendida por Yunes (2003, p. 13) de que "quando as narrativas pós-modernas fragmentaram-se, inconcluem e não nos entregam desfecho. Cabe-nos levantar a cabeça e usar o imaginário tanto quanto a experiência real".

> Observo uma outra coisa que sempre me atraiu nesse romance, as versões diferentes do mesmo fato. É possível perceber como há uma diferença no modo de tratar o suicídio, Manoel Perna, pela aproximação que teve com o antropólogo se mostra sensibilizado e triste diante da tragédia, já o outro narrador no início tem uma postura, que é natural, distanciada, muito mais motivada pela curiosidade e por ver nessa história algo que pode ser produtivo, penso nisto porque é afirmado que ele é jornalista (SANTOS, 2015, p. 88).

Essa “inconclusão” pode possibilitar uma maior quantidade de inferências e favorecer a intertextualidade, a qual é outro aspecto que contribui para a construção dos sentidos individuais de um texto, já que permite uma interação mais profunda. As relações podem ser as mais diversas, como relacionando a um outro texto literário, a um produto do meio midiático ou a alguma informação lida em uma rede social, por exemplo. Por mais que haja teóricos que defendam que a intertextualidade seja definida pelo texto, na realidade o autor não consegue controlar as remissões existentes, já que uma referência por mais explícita que possa parecer não vai ser apreendida por um/a leitor/a que não a conheça.

A intertextualidade também está ligada ao nível de leitura que o/a leitor/a empreende no texto. Podemos pensar que o leitor de primeiro nível permite que a subjetividade aflore mais livremente, sem tantas amarras impostas por métodos de leituras que propõem um afastamento. Entretanto, é mais coerente pensar como esses níveis são intrínsecos em um/uma leitor/a especializado/a, pois, como afirma Eco (2002, p. 208), é “no jogo entre estes dois níveis de leitura que se coloca o duplo modo de entender a catarse na *Poética* aristotélica e na estética em geral”. Portanto, mesmo aqueles que possuem conhecimento teórico ou uma bagagem considerável de leituras e vivências, não vão controlar a todo momento os sentimentos e as divagações que o texto desencadeia no/a leitor/a, visando uma leitura objetiva.

As relações intertextuais manifestadas no diário foram diversas e envolveram produtos do meio televisivo, como um documentário que mostrava uma cena semelhante a que é descrita no romance, textos teóricos, como aqueles que li sobre o trabalho etnográfico, e que na leitura relacionei com o trabalho que os antropólogos realizam nas tribos.

> A desconfiança dos índios em relação ao antropólogo é algo que me chama atenção, principalmente porque recentemente assisti a um programa que mostrava os índios de maneira semelhante. O repórter era recebido com flechas apontadas e índios mal-encarados. Apenas depois de sua aceitação em passar por diversos rituais (entre eles o de ser riscado com um pedaço de vareta que fazia cortes) é que houve aproximação (SANTOS, 2015, p. 96).

> Reli a pouco tempo os textos que falam sobre a etnografia e é difícil não associar a prática de Quain com o que li nesses textos. Primeiro, é estranho um antropólogo não se sentir bem como

> observador, ao mesmo tempo tinha horror em ser confundido com as culturas que observava, parece que é impossível uma prática etnográfica que não envolva observação e participação (SANTOS, 2015, p. 94).

Essas relações estabelecidas dão a minha interpretação um sentido único, já que as experiências são individuais, e, mesmo que uma pessoa tenho tido uma vivência semelhante, a interação não se repetirá, pois deriva de experiências pessoais que são singulares. Essas informações provenientes de vários meios possibilitaram uma leitura única por atribuir às nossas percepções os mais diferentes significados, isto é, certamente a leitura dos trechos do romance assumiram um sentido diferente, quando foram relacionados a esses outros conhecimentos.

Porém, durante toda a produção do diário, a relação que ficou mais evidente foi a que fiz com as outras leituras do mesmo romance. Apesar de ser o mesmo romance, as leituras foram diferentes porque tiveram interesses diversos, desde seguir como uma leitora de “primeiro nível”, ou até mesmo de segundo nível (ECO, 2002), ao assumir uma leitura mais instrumentalizada que tinha como foco a análise de um ponto específico. Entretanto, essas leituras não são encerradas quando o livro termina, mas elas se complementam e se contrapõem a cada nova interpretação. Desse modo, esse movimento singular de todas as leituras reitera a plurissignificação existente nas interpretações, em que mesmo na leitura de um mesmo texto, uma não será igual a outra.

Essa ideia reforça ainda mais a perspectiva dos sentidos múltiplos de um texto literário, pois as diferentes formas de ler, durante o processo interpretativo, pressupõem que dificilmente duas pessoas teriam a mesma visão ou um processo semelhante, mesmo que tentem seguir um rigoroso método de leitura. A partir da nomenclatura estabelecida por Eco (2002), pode ser possível definir que o segundo nível é uma leitura a partir de um repertório mais amplo, que consegue seguir diferentes níveis e mesmo assim constituir um sentido coerente, já que “se dá conta de quanto a obra sabe funcionar bem no primeiro nível” (ECO, 2002, p. 209).

Jouve (2013), como já foi discutido, afirmou que a leitura é formada por um plano intelectual, mas também por um plano afetivo. Apesar de a subjetividade também incluir aspectos cognitivos, este último sempre foi subjugado, por ser muito mais

complexo de se apreender. Por este motivo, busco aqui focar muito mais nesse lado que foi renegado pela teoria e pela crítica, tomando a emoção presente no processo com ponto central. Assim, a construção da identificação permite que o sujeito crie sua própria experiência literária, tornando sua leitura individual. Nesse sentido, por mais que haja tentativas de apagar os aspectos emocionais despertados pelo texto, eles fazem parte e estão presentes na leitura.

Por isso, as emoções sentidas são as mais diversas, desde a curiosidade, motivada pelo ambiente misterioso, até mesmo angústia, medo e horror, sensações que resultam da cena de morte de Buell Quain e das incertezas que se cria sobre o suicídio. Tudo que é sentido é decorrente da forma como a narrativa é construída, mas também do modo que o/a leitor/a se vê diante do texto. Em outras palavras, as reações afetivas são decorrentes da junção dos fatos dos romances e de características individuais de cada pessoa, podendo variar de acordo com a sensibilidade e com a história de vida de cada um.

A narrativa envolve morte e uma sensação constante de angústia nos narradores, tanto pelo mistério de não saber o que aconteceu quanto pela dor do fim de uma vida que não se pôde evitar. Esses sentimentos que percorrem o romance e são expressos pelas personagens podem refletir também no/a leitor/a, ou seja, os sentimentos que parecem acometer os narradores, também podem ser sentidos pelos/as leitores/as. Carroll (1999, p. 54), ao falar sobre o sentimento do horror em narrativas, destaca que as emoções do público são, muitas vezes, sugeridas pela reação das personagens. Assim, o comportamento dos narradores, que também são personagens, pode despertar sensações de angústia ou horror no/a leitor/a semelhante ao que é descrito por eles.

Uma das emoções que mais percorrem a minha leitura é a tristeza, muitas vezes motivada pelo narrador Manoel Perna, pois a forma como ele parece desolado em relação à perda de uma pessoa que era querida deixa em sua narração um tom de melancolia que afeta a leitura.

> É comovente como o engenheiro se sente responsabilizado, é um desejo de voltar atrás e não entregar as cartas ou fazer alguma coisa que impeça essa morte (SANTOS, 2015, p. 89).

> O narrador Manoel Perna tem um tom tão desesperado que acaba me deixando triste. Na verdade, fica bem expresso na narração o sentimento envolvido e a aproximação que havia entre ele e o

> antropólogo, é a tristeza de quem perdeu uma pessoa querida (SANTOS, 2015, p. 91).

> Mais detalhes da morte do antropólogo são narrados. É um pouco chocante a descrição dos últimos momentos, principalmente pela imagem da poça de sangue que vem a minha mente, e de um homem todo cortado e pendurado em uma árvore. Penso na posição do índio que pede para que ele não faça isso. É angustiante ver uma situação dessas e não poder fazer nada, a única decisão que pode ser tomada é mesmo fugir (SANTOS, 2015, p. 96)

Assim, o sentimento descrito pelo narrador Manoel Perna de completa desolação, diante do fim trágico do antropólogo, se estende a mim, motivada por um sentimento de identificação. Além dessa questão, o recorrente tema da morte também é responsável por esse clima de melancolia. A perda de uma pessoa pode causar comoção, por isso não consegui deixar de me colocar no lugar deste narrador que se mostra sempre tão sensibilizado devido à tragédia. A cena de horror causada pela morte do antropólogo constitui o ambiente pesado na narração de Manoel Perna, é como se a imagem do corpo retalhado do antropólogo percorresse a minha mente durante a leitura.

Além da intertextualidade, as referências também podem ser relacionadas a algo da vivência do/a leitor/a, pois ao ler um texto literário, algo do passado que ficou esquecido na memória pode ser resgatado na leitura. Ao ler *Nove Noite*, a partir da descrição da cidade de Carolina, lembrei da cidade em que nasci e da forma como ela era na minha infância. Portanto, essa questão reforça que minha leitura dificilmente seria igual a de outros/as leitores/es, já que os fatos da minha memória não fazem parte do passado de qualquer outra pessoa, tornando minha experiência de leitura única.

> A descrição de uma cidade pequena reunida para ver o novo visitante, o antropólogo Buell Quain, me lembra vagamente minha infância em uma cidade pequena, que para falar a verdade não existe mais, a cidade que me recordo dos meus cinco anos de idade nada tem a ver com a que vejo quando viajo, mas lendo esse livro consigo revisitar, mesmo que de uma maneira distanciada a imagem que guardei daquele tempo, de um lugar tranquilo, com o rio São Francisco próximo de casa e um quintal enorme e cheio de árvores (SANTOS, 2015, p. 87).

Ao refletir sobre como questões de minha individualidade também contribuem para o meu interesse, percebi como *Nove Noites* permite que eu pense um pouco mais sobre o meu passado e minhas origens, configurando a ideia defendida por Compagnon (2010, p. 42), de que a leitura possibilita que nos conheçamos melhor, pois ao ler o texto, estamos nos lendo. Essa perspectiva fica mais evidente ao perceber o incômodo que sinto em relação aos comentários negativos feitos sobre os índios:

> A imagem que é feita dos índios sempre me chamou a atenção. Temos desde sempre o acesso à história dos índios, de um modo que os coloca como vítimas, ao mesmo tempo que seriam dignos e corajosos. Diferente de todo esse estereótipo construído, o narrador apresenta imagem de pessoas que por estarem sendo encurralados pelos brancos, ao mesmo tempo que protegidos de maneira inadequada, acabam se transformando em pessoas dependentes e sem dignidade. A cena do pajé pedindo mais bebida e do garçom fazendo brincadeiras com isso, além dos constantes pedidos de presentes, me desagrada (SANTOS, 2015, p. 95).

> Desde a primeira leitura marquei um trecho em que o engenheiro fala que seu pai "amansou" os índios. O uso deste termo me incomodou, em um momento esse personagem é descrito como amigo dos índios, mas mantém a imagem estereotipada dessas pessoas como selvagens que precisam que os amanse (SANTOS, 2015, p. 87).

A recorrente sensação de desagrado, associada ao interesse de conhecer uma outra visão dos índios é algo que se relaciona com minha individualidade. Sem dúvida, o modo como os índios são apresentados me interessa de forma diferenciada, apesar de não conhecer de uma maneira próxima as culturas desses povos, sempre tive conhecimento de que meus ascendentes eram índios, além disso tenho algumas características físicas que por diversas vezes já foram comparadas. Por esse motivo, em minha trajetória tive uma visão idealizada, talvez influenciada pela mídia e pela literatura romântica, e essa visão diferente e, por vezes, negativa, sempre me causa um maior desconforto.

Entretanto, apesar de essas questões terem feito parte da minha vida, o romance me possibilitou pensar no assunto. É como se, por meio da leitura, eu pudesse refletir um pouco mais sobre essa identificação, que sempre interferiu em minha subjetividade. A partir desses aspectos, a leitura do romance permitiu uma análise de características pessoais.

> O tom desesperançado ao falar dos índios e de sua própria existência dá uma sensação estranha. Sempre me imaginei como uma pessoa pessimista, [...] mas diante desse texto percebo que na verdade vejo a vida de uma forma muito mais alegre, por mais que esteja difícil sempre penso que tudo passa, e tanto a alegria quanto a tristeza não duram para sempre. No fim das contas, me vejo muito mais otimista agora (SANTOS, 2015, p. 95).

A relação com o narrador aparentemente me levou a refletir sobre uma opinião que tinha sobre mim mesma. Essa ideia, contempla a noção defendida por Jouve (2013, p. 53) de que a relação com a obra não se dá unicamente projetando “um pouco de si na leitura”, mas também segue o movimento inverso, ou seja, a leitura também deixa um pouco “dela” em nós, podendo modificar percepções antes cristalizadas do mundo ou até de nós mesmos.

Baseado na perspectiva de Yunes (2003, p. 10), é possível compreender que a leitura permite que as certezas sejam desfeitas, já que ao abandonar as convicções “há mais a encontrar”. E essa percepção possibilita também que, por meio das experiências, construamos nossas identidades, pois na leitura “o sujeito se experimenta e se transforma enquanto transforma o texto”. Em suma, a “ leitura de textos alheios é uma estratégia para deixar aparecer o nosso texto, de vida, de valores, de interesse, de perspectivas” (YUNES, 2003, p. 14).

Iser (1979), ao tratar sobre a interação do texto com o leitor, afirma que ao apresentar alguma dificuldade devido a discordâncias de posicionamentos, “o leitor precisa abandonar ou reajustar suas representações”, para que assim possa corrigir “as representações mobilizadas” e surgir “um horizonte de referências para a situação” (ISER, 1979, p. 104). Nesta perspectiva, as representações ou posições que os/as leitores/as têm podem ser modificadas pelo texto. Apesar de não acreditar que o movimento descrito por Iser (1979) seja único, é possível entender que de fato um ponto de vista sobre o mundo ou até mesmo sobre si próprio seja modificado em decorrência da leitura de um texto literário.

Jouve (2013, p. 60) afirma que as percepções do leitor podem ser questionadas pelo texto, entretanto essa relação nem sempre se dá de uma forma que o/a leitor/a altere sua visão de mundo, por vezes a recepção se dá discordando do ponto de vista que o texto apresenta. Assim, o/a leitor/a pode se opor ao que o texto apresenta, como na

descrição de um lugar ou no ponto de vista de uma personagem. É a partir desses questionamentos que é possível formar uma visão individual, ou seja, construir a singularidade da leitura.

A forma como os índios são descritos e a posição que eles são colocados, muitas vezes como subservientes e dependentes, sempre me fez questionar a posição do narrador-jornalista ao ter essa percepção dos índios, já que ele pertenceria ao mundo "civilizado" e que, apesar de reconhecer a "dívida" histórica que possuímos, muitas vezes me pareceu, em seus comentários, que ele vê sua cultura com uma certa posição de superioridade.

Da mesma forma, a descrição da experiência de Buell Quain com os índios e com os moradores da cidade de Carolina também demostram uma posição semelhante à do narrador-jornalista. Minha reação a essas críticas é de desagrado, mesmo parecendo haver procedência, pela forma como o jornalista narra, esses comentários soam como se estivesse sendo feitos a uma pessoa próxima.

> Ele [jornalista] descreve Carolina como uma cidade "tediosa", e não tem uma imagem muito boa dos índios e dos outros brasileiros, o que me incomoda. Toda vez que é mostrado como ele se coloca numa posição crítica de superioridade eu fico incomodada. (SANTOS, 2015, p. 90).

Culler (1997, p. 77) já havia afirmado que, mesmo em uma abordagem que procure investigar o processo de leitura de maneira mais aproximada, os pesquisadores buscam afastar as emoções e se detêm muito mais nas percepções e conjecturas sobre um texto literário. Entretanto, a parte afetiva, como tenho insistido, faz parte do movimento interpretativo, na medida em que a identificação com personagens ou enredos, relacionando com nossas histórias de vida, parece inevitável.

Portanto, o processo de leitura envolve um movimento complexo que pressupõe uma série de variantes e interferências, que passam desde aspectos do próprio texto literário até questões da individualidade de cada leitor/a. Entretanto, esta individualidade é construída tendo como base a relação com a sociedade em que estou inserida, afinal a identidade é formada de acordo a interação com os sistemas culturais que nos rodeiam.

A leitura autoetnográfica permite pensar nessas questões que são desconsideradas por boa parte das pesquisas sobre leitura literária, destacando, principalmente, que há na interação com o texto e o/a leitor/a que insere na sua leitura seus aspectos pessoais. A autoetnografia, portanto, desnuda a experiência de leitura, ajudando a compreendê-la de uma forma mais abrangente, de modo que, apesar das diferenças existentes entre o processo e as interpretações, a subjetividade está inserida nas experiências.

3.2 A autoetnografia na construção de *Nove Noites*

O romance *Nove Noites* é construído a partir do relato de dois narradores, como eu já disse. A narração de um deles, o jornalista, é composta por meio de uma investigação obsessiva que busca pesquisar a história do antropólogo Buell Quain. Esta narrativa se entrelaça com o trabalho etnográfico de várias maneiras, primeiramente porque, para saber todos os detalhes sobre a vida e a morte de Quain, a experiência do antropólogo foi esmiuçada, por meio do acesso às cartas e aos textos escritos por ele, os quais consistiam em suas interpretações e impressões da cultura indígena. Em segundo lugar, pela própria experiência do jornalista na tribo, que vivencia, sem grande interesse, o contato de um casal de antropólogos com os índios.

Para além dessas questões etnográficas, que são intrínsecas à narrativa, é possível pensar no relato do narrador-jornalista por meio de uma perspectiva autoetnográfica, a qual se refere à construção de um objeto, explicitando o papel do/a pesquisador/a. Este trabalho consiste na atividade de "observação, descrição, e produção de narrativas sobre vidas, experiências e práticas sociais" (SILVA, 2011, p. 9), mas que não exclui a subjetividade daquele que as constrói. Assim, fica claro que o sujeito interfere na construção do objeto, além de explicitar o lugar de fala e as questões sociais e individuais que estão implicadas.

No caso do romance *Nove Noites*, o primeiro ponto a ser considerado é que a narração é uma pesquisa, e o narrador recorre a todos os meios possíveis, desde os documentos e cartas, até o convívio com a mesma tribo que o etnólogo estudou no passado. Todavia, seu relato vai além de contar a história, pois destaca todo o processo investigativo e entrelaça a vida do antropólogo às suas experiências pessoais. Portanto, o que inicialmente parece uma pesquisa distanciada, e que não tinha um objetivo muito

bem definido, passa a relacionar questões do passado desse narrador, e assumir uma relevância muito maior: “eu já estava completamente obcecado, não conseguia pensar em outra coisa” (CARVALHO, 2002, p. 66).

Portanto, vejo a proximidade desse texto a um diário de campo antropológico, que tenta ter uma linguagem objetiva, mas ao mesmo tempo não esconde as experiências vividas pelo pesquisador, como as angústias e incertezas que percorrem o trabalho. Em outras palavras, esta narrativa parece adquirir um tom diarístico, pois o narrador-jornalista descreve todo processo de apreensão das informações, a partir de uma perspectiva pessoal, em que as impressões e as sensações são sempre destacadas. Além dessa questão, a textualização, que é passo subsequente da pesquisa antropológica, é apontada pelo narrador, já que ele pretende escrever um romance a partir do que foi pesquisado.

Neste sentido, ao utilizar o relato da narrador-jornalista a partir de uma perspectiva autoetnográfica, adoto um conceito de leitura mais amplo, que vai além da ideia de decodificar o texto escrito, mas atribui esta noção a qualquer movimento de percepção de expressão formal, independente da linguagem (MARTINS, 2005, p. 30). Assim, todo movimento de investigação deste narrador, que se vale tanto do meio escrito, como da leitura de fotos e testemunhos, será considerado a partir das noções de leitura, pressupondo, então, a interpretação, a imaginação e outras questões que estão implicadas no processo.

Durante a narração, a leitura é uma condição permanente, já que é por meio dela que o jornalista tem acesso às informações. Os fatos encontrados se tornam uma possível fonte de novas descobertas ou “pistas” a serem seguidas, por isso nenhum detalhe é desconsiderado no processo, pois todos levam a reflexões e a conjecturas. Esse aspecto é tão relevante que o interesse no suicídio do antropólogo não foi motivado por um texto sobre ele, mas em um artigo em que seu nome foi apenas citado:

> Não fazia a menor ideia de quem ele era até ler o nome de Buell Quain pela primeira vez num artigo de jornal, na manhã de 12 de maio 2001, um sábado, quase sessenta e dois anos depois de sua morte [...]. O artigo tratava de cartas de outro antropólogo, que também tinha morrido entre os índios no Brasil [...], e citava de passagem, em uma única frase, por analogia, o caso de “Buell Quain, que se suicidou entre os índios Krahô, em agosto de 1939” (CARVALHO, 2002, p. 11).

Um nome em um artigo de jornal mobilizou o narrador a empreender uma busca incessante pela história do etnólogo. Dessa forma, é possível perceber como o processo de leitura é um movimento complexo, que pode mobilizar os mais variados interesses pela simples menção de uma única palavra. Por isso, até mesmo em um texto sem pretensão de ser literário, o autor não possui o controle absoluto do que pode ser interpretado pelos/as leitores/as, depende muito mais das experiências de cada indivíduo.

Outros pontos também especificam o que motivou um interesse tão acentuado no jornalista, a ponto de ele se dedicar meses na pesquisa. Um aspecto que primeiro parece fácil de apontar é o fato de ter sido um suicídio, pois como o narrador afirma: “todo mundo quer saber o que sabem os suicidas” (CARVALHO, 2002, p. 23). Aparentemente, este tipo de morte atrai as pessoas a quererem saber o que levou alguém a tomar uma decisão tão definitiva.

Além disso, durante a narrativa outras questões vão se descortinando, principalmente pelas diversas associações que o narrador faz com o seu passado: “Ninguém me perguntou, e por isso nunca precisei responder que a representação do inferno, tal como a imagino também fica, ou ficava, no Xingu da minha infância” (CARVALHO, 2002, p. 53). A forma como o jornalista fala sobre a relação de seu passado com a experiência de Quain, deixa pressupor que esta questão já havia sido pensada desde que o nome do antropólogo foi lido no jornal e que seria uma das motivações a seguir tão obstinadamente na investigação.

Assim, é possível inferir que a motivação em descobrir a história de Quain, também ocorre porque o narrador relaciona as experiências do antropólogo a seu passado no Xingu. Contudo, o que começou por um mero interesse, tornou-se uma obsessão, como quando pegamos um livro e não conseguimos mais largar até terminar a última página. Neste processo, o relato se iniciou como algo mais distanciado, partindo de pressuposições mais óbvias e simples.

> No início, deixei-me levar pela suposição fácil de que aquela só podia ter sido uma morte passional e concentrei minha busca nesses vestígios. Devia haver outra pessoa envolvida. Ninguém pode estar totalmente só no mundo (CARVALHO, 2002, p. 23).

Depois de chegar à conclusão de que nada era tão simples, o envolvimento se tornou crescente, pois à medida que as motivações para o suicídio vão aumentando, a obsessão cresce, apontando a incapacidade de reposta que os fatos concretos possuíam:

> Todos os fotografados conheceram Buell Quain, e pelo menos três deles levaram para o túmulo coisas que eu nunca poderei saber. Na minha obsessão, cheguei a me flagrar várias vezes com a foto na mão, intrigado, vidrado, tentando em vão arrancar uma resposta (CARVALHO, 2002, p. 28).

Esse trecho evidencia como o processo de leitura do narrador é composto pela imaginação, já que esta é a única forma de preencher as informações incompletas. Iser (2002, p. 107) atribui à leitura o movimento de imaginar e interpretar, ou seja, o leitor seria incitado pelo texto a uma dupla operação, de modo que a partir desta relação ele possa visualizar "as muitas formas possíveis do mundo identificável". Portanto, a imaginação, que parece inerente, permite que os leitores modifiquem os sentidos da narrativa, a partir da experiência interpretativa, "alterando o mundo referencial contido no texto".

Tomando a noção de texto de uma forma mais ampla, a foto que o jornalista interroga é vista por ele de modo diferenciado, pois ele busca ali a resposta para as suas dúvidas. Esse é um movimento que faz parte do processo de leitura, já que permite que a imaginação crie uma completude que muitas vezes os textos literários não fornecem ao/à leitor/a. Assim, na minha percepção, o narrador-jornalista utiliza no seu processo interpretativo, associações e a imaginação para tornar os fatos mais verossímeis. Isto apenas é possível, porque ele insere aspectos de sua individualidade e de seu conhecimento de mundo nas informações apreendidas.

> No delírio de seu pesadelo, devem ter visto um condenado com correntes nos pés e nas mãos, saindo de dentro de algum pântano da Louisiana ou do Mississipi. Ou pelo menos foi assim que imaginei as visões febris e apavoradas dos pobres missionários quando li a carta da mãe do etnólogo (CARVALHO, 2002, p. 44).

No processo de leitura do narrador, aspectos de sua infância são associados com as experiências de Quain, trazendo à tona episódios que ficaram no passado e lembranças que foram esquecidas. A experiência do antropólogo no Xingu fez o

narrador relembrar sua infância, e a trágica morte do americano o fez rememorar a morte de seu pai: “Ninguém me perguntou. E por isso não precisei responder. Meu pai morreu há mais de onze anos, às vésperas da guerra que antecedeu a atual e de certa forma a anunciou” (CARVALHO, 2002, p. 121).

A construção da narrativa de Quain, portanto, conduz o narrador-jornalista a uma reflexão sobre seu passado, como a infância no Xingu e a morte de seu pai. Dessa forma, uma história que aparentemente deveria conter a vida de Buell Quain, termina sendo deslocada para as experiências do jornalista.

> Buell Quain também havia acompanhado o pai em viagens de negócios. Quando tinha catorze anos, foram a uma convenção do Rotary Club na Europa[...]. E daí em diante nunca mais parou de viajar. Mas se para Quain, que saía do Meio-Oeste para a civilização, o exótico foi logo associado a uma espécie de paraíso, à diferença e à possibilidade de escapar ao seu próprio meio e aos limites que lhe haviam sido impostos por nascimento, para mim as viagens com meu pai proporcionaram antes de mais nada uma visão e uma consciência do exótico como parte do inferno (CARVALHO, 2002, p. 57).

Pensando no relato do narrador relacionado à antropologia, é um texto que expõe o pesquisador, que destaca todo o processo de pesquisa e os meios com os quais ele encontra as informações. Dessa forma, assim como a leitura consiste em um jogo (ISER, 2002) no qual o/a leitor/a estabelece uma interação com os signos escritos, o narrador-jornalista empreende uma leitura do passado do antropólogo. Para isso, ele se vale de cartas, artigos de jornal, testemunhos e fotografias, como uma forma de unir todas as informações em um todo coerente. Neste processo, um tanto detetivesco, o narrador relaciona sua subjetividade, tanto ao colher as informações quanto à percepção dos fatos encontrados.

Assim, o processo de leitura, mesmo considerada de modo mais abrangente, também envolve os aspectos da individualidade, a qual interfere no percurso desenvolvido e na constituição da interpretação. Portanto, a partir da construção da história de Quain, o narrador constitui seu próprio *self*, ou seja, por meio da leitura dessa personagem, ele alcançou suas mais distantes memórias, resgatando seu passado e reconstruindo a si mesmo.

3.3 A autoetnografia na leitura

A análise autoetnográfica da leitura considera a subjetividade do/a leitor/a, ou seja, permite pensar neste processo como uma construção que necessariamente envolve a individualidade. Além disso, possibilita que pensemos no sujeito situado em um meio cultural, o qual também assume uma relevância na interpretação. A partir das perspectivas abordadas, é possível entender como esse aspecto se torna relevante para a análise da leitura, já que não propõe o afastamento, mas exige que se considere o indivíduo que está envolvido.

Nas leituras desenvolvidas aqui é possível perceber que o processo interpretativo não é único, pois a interação acontece de forma diferenciada em cada pessoa, já que os interesses podem ser os mais diversos. No entanto, este processo depende muito mais do/a leitor/a, pois a "singularidade da leitura [...] não está mais no texto, mas nos próprios leitores e no 'mapeamento' que fazem através do texto, que passa a ser entendido como 'mediador cultural' para essa negociação" (VERSIANI, 2005, p. 65).

Normalmente, há motivações que conduzem a leitura, as quais são responsáveis por criar expectativas e podem se tornar um percurso para a interpretação. Um nome aparentemente desconhecido no jornal fez com que o narrador-jornalista despertasse sua curiosidade em seguir "lendo" a narrativa do etnólogo. Em minha leitura, o ambiente enigmático e a curiosidade em desvendar as informações nebulosas que são descritas na primeira página foram os interesses que permearam a minha interpretação. Essas percepções feitas antes de adentrar na narrativa muitas vezes acabam se alongando para toda interpretação, entretanto não são as únicas relações que são feitas durante a leitura, já que as associações possíveis não são controladas.

A leitura do romance fez com que eu percebesse características sobre mim que antes não havia pensado. Da mesma forma, o narrador passou a se ver de uma forma diferente, repensando seu passado e suas relações familiares. Essa semelhança demonstra como a interação com o texto se mantém de forma dupla, isto é, ao mesmo tempo que transformamos, somos transformados. O reconhecimento dessas questões faz com que mudemos o foco na forma de analisar a interpretação, deixando de pensar unicamente no que o texto significa, e passando a pensar no que "vem a significar, a

partir das perspectivas interpretativas e dos processos individuais" (SILVA, 2011, p. 93).

As análises empreendidas mostraram que o processo de leitura está intimamente ligado às experiências de vida do/a leitor/a, as quais contribuem para a construção dos sentidos, e possibilita a lembrança de memórias consideradas esquecidas. No caso do jornalista, o nome foi um ponto inicial para desencadear as diversas rememorações de suas experiências. Em minha leitura, trechos do texto me fizeram revisitar a minha infância e trouxeram lembranças que pareciam apagadas.

A relação entre as duas leituras autoetnográficas apresentadas, permite pensar no/a leitor/a e no narrador ocupando posições semelhantes. Enquanto o narrador-jornalista está buscando reconstruir uma história do passado, por meio de informações parciais e, por vezes, contraditórias; o/a leitor/a do romance encontra-se em uma posição equivalente, tentando unir os diversos fatos narrados e construindo a leitura de acordo com sua subjetividade. A impressão que tenho, baseada na minha própria experiência, é que o romance tem o poder de enredar e atrair a pessoa de modo que ela se sinta parte da narrativa, unindo-se ao narrador-jornalista como investigadora.

Ao final do romance, os enigmas persistem, pois apenas com as informações que o livro fornece não é possível chegar a uma resposta definitiva sobre o suicídio. Nem o narrador, nem o/a leitor/a conseguem solucionar os mistérios, por isso mesmo com o fim da narrativa o processo interpretativo não se fecha, pois não é estanque, mas permanece em construção até mesmo depois que fechamos os livros. Nas minhas leituras e na do narrador, a interpretação não acaba quando o livro termina, já que as informações permanecem sem esclarecimento.

Portanto, o ato da leitura, é um modo de reconstruir a história, reescrever o texto, por meio de suas outras leituras. É um diálogo permanente com outros textos e com outras leituras. Por isso, é possível notar que as leituras analisadas se relacionam de alguma forma às trajetórias pessoais e são construídas tendo em vista a individualidade e os interesses de cada leitor/a, reafirmando a ideia defendida aqui de que os sentidos de um texto literário são fluidos e constituídos a partir das diversas subjetividades envolvidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de leitura e as relações entre a interpretação e a subjetividade foram os pontos centrais deste trabalho. O objetivo foi propor uma reflexão sobre a leitura literária, a partir de uma perspectiva que se distanciasse de noções tradicionais que privilegiam unicamente o texto. Dessa forma, busquei aqui pensar muito mais na intepretação como a interação ativa do/a leitor/a com o texto, considerando a individualidade que está envolvida nesse processo.

Para tanto, utilizei como viés metodológico a autoetnografia, a qual é uma base relevante para estudar a individualidade do/a leitor/a, pois propõe uma reflexão sobre o modo como o sujeito é construído na leitura, assim como o entendimento desse processo como uma prática social que envolve questões culturais e subjetivas. Em outras palavras, esta metodologia permite refletir sobre a relevância da subjetividade do/a pesquisador/a na construção da interpretação.

A análise do processo interpretativo teve como base o diário de leituras, que se mostrou como um meio eficaz de registrar todas as sensações, sentimentos e associações que ocorrem no movimento interpretativo. As remissões, por serem diversas, muitas vezes não são retidas pela memória, por isso com o uso do diário de

leituras se torna mais fácil rememorá-las e refletir sobre o motivo dessas referências, já que este é “um artefato que pode tornar-se instrumento de reflexão, desencadeador de múltiplos diálogos – internos e externos” (MACHADO, 2005, p.63).

O diário de leitura se mostrou como um meio interessante por conter características que permitem a liberdade e a fragmentação, não se prendendo a questionários que predeterminam as respostas e condicionam a leitura. Esta forma de registro permitiu uma experiência de leitura diferenciada, já que possibilitou uma reflexão mais aprofundada das associações e emoções ocorridas na leitura. Em outras palavras, a escrita do diário de leituras se mostrou como uma forma de ter uma experiência mais reflexiva, pois registrou todo o processo que ficaria perdido com a construção do sentido final do texto.

Pensar a leitura literária como um objeto sempre foi uma questão complexa, principalmente pela dificuldade em analisar um aspecto tão individual e subjetivo. Compreendendo a dificuldade existente, este estudo buscou destacar a multiplicidade neste processo, ou seja, considerar que nenhum/a leitor/a constrói os mesmos significados durante a leitura. Por isso, entendo a leitura como a união do conhecimento de mundo do leitor/a com as competências do texto, priorizando-o, portanto, já que só por meio deste/a é possível apreender como ocorre o movimento interpretativo.

A partir dessas premissas, o estudo desenvolvido se concentrou na ideia de que a literatura permite uma diversidade de interpretações que não são controladas só pelo texto, mas também por outros fatores, tanto individuais quanto socioculturais. Assim, a singularidade da leitura não está mais focada no texto, mas nos/as próprios/as leitores/as e nos sentidos construídos por meio de negociações que envolvem as trajetórias socioculturais e teóricas. Isto é, os leitores e as leitoras, na situação comunicativa de leitura, constroem os significados relacionando seus conhecimentos às informações presentes no texto.

Tendo em vista que a leitura literária é um ato individual e subjetivo, não se pode tentar compreendê-la a partir de uma posição de afastamento. Assim, a pesquisa literária não pode se restringir a uma busca de objetividade e neutralidade, pois as subjetividades e identificações que perpassam os sujeitos são diversas e influenciam na construção da interpretação. Por isso, a imposição de uma postura neutra pode acabar por inibir possíveis leitores/as, já que ao estabelecer uma forma “correta” de ler,

aqueles/as que não conseguem atingir este objetivo podem sentir-se incapazes e desistir. Assim, muito mais do que impor uma estrutura de leitura, que a leitora ou o leitor devem alcançar, o ideal é que isso seja desenvolvido a partir das próprias experiências.

Portanto, as pessoas, quando são leitoras, se identificam com um texto literário por diversos motivos, que vão desde questões estéticas até individuais, quase sempre baseadas na identificação com sua história de vida. Por isso, muito mais do que criar um roteiro de leitura, as pesquisas sobre este tema devem buscar se afastar de generalizações que busquem apreender todas as leituras, voltando-se para o entendimento do que faz uma pessoa tonar-se leitora, a fim de compreender como ocorre a interpretação, como um passo para tentar compreender outros processos de leituras.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais*: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira-Thomson, 2002.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*: da ciência à literatura. Trad. Mário Laranjeiras. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Crítica e Verdade*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BERGAMIM, Cláudia Regina. *Nove Noites*: o discurso do narrador e a construção do personagem na ficção contemporânea. 2006. 79f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

CARVALHO, Bernardo. *Nove noites*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

_____. A trama traiçoeira de *Nove noites*. *Revista Trópico*. Entrevista a Flávio Moura. Disponível em: http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/1586,1.shl. Acesso em: 10 jan. 2015.

CARROL, Noel. *Filosofias do horror ou paradoxos do coração*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1999.

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008. p. 17-81.

COMPAGNON, Antoine. O leitor. In: *O demônio da teoria*: Literatura e senso comum.2. ed. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010. p. 137-162.

_____. *Literatura para quê?* Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

CULLER, Jonathan. Leitores e leitura. In: *Sobre a desconstrução*: teoria e crítica dos pós-estruturalismo. Trad. Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record, 1997. p. 39-98.

_____. Identidade, Identificação e o Sujeito In: *Teoria literária*: uma introdução. São Paulo: Beca, 1999. p.107-117.

DEWEY, John. *A arte como experiência*. Trad. Murilo Otávio Rodrigues Paes Leme. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

EAGLETON, Terry. Fenomenologia, hermenêutica, teoria da recepção. In: *Teoria da literatura:* uma introdução. 6. ed. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 83-126.

ECO, Umberto. Ironia intertextual e níveis de leitura. In: *Sobre a literatura*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 199-218.

_____. *Interpretação e Superinterpretação*. Trad. Monica Stahel. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERNANDINO, Mônica Maranhão Fagundes. *Artimanhas da enunciação*: uma análise de Nove Noites de Bernardo Carvalho. 2009. 195f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

FERREIRA, Nuno Miguel Félix. *Testemunho e historiografia em Nove Noites* e *Mongólia*: conflitos morais na representação discursiva do passado. 2009, 100f. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparatistas) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.

FISH, Stanley. Is there a text in the class?. Trad. Rafael Eugenio Hoyos-Andrade. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 189-206, 1992. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3919>. Acesso em: 12 dez. 2014.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1973. p. 3-21.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*: história, teoria e ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

ISER, Wolfgang. O jogo do texto. In: JAUSS, Hans Robert. *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 105-118.

_____. A interação do texto com o leitor. In: JAUSS, Hans Robert. *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. Trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 83-132.

JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, *aisthesis* e Katharsis. In: *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 85-104.

_____. A estética da recepção: colocações gerais. In: *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 67-84.

JOUVE, Vicent. A leitura como retorno a si: sobre o interesse pedagógico das leituras subjetivas. In: ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luzia de (Org.). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. Trad. Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Alameda, 2013. p. 53-65.

KLINGER, Diana. *Escritas de si, escritas do outro*: o retorno do autor e a virada etnográfica. 2.ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

LANGLADE, Gérard. O sujeito leitor, autor da singularidade da obra. In: ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luzia de (Org.). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. Trad. Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Alameda, 2013. p. 24-38.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico*: de Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Luiz Costa. Bernardo Carvalho e a questão ficcional. In: *Intervenções*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 273-284.

_____. O leitor demanda (d)a literatura. In: JAUSS, Hans Robert. *A literatura e o leitor*: textos de estética da recepção. 2. ed. Revista e ampliada. Coord. e trad. Luiz Costa Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 37-66.

LOBO, Luiza. Leitor. In: Jobim, José Luis (org.). *Palavras da crítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992. p. 231-251.

MACHADO, Ana Rachel. *O diário de leituras*: a introdução de um novo instrumento na escola. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura.* São Paulo: Brasiliense, 2005.

NASCIMENTO, Dorinaldo dos Santos. *O diário de leitura*: um aliado para leituras literárias. 2015. 109 f. Relatório de pesquisa (Mestrado Profissional em Letras – Área de concentração: Linguagens e Letramentos) – Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Letras, São Cristóvão, 2015.

PÉCORA, Alcir. Segredos e distorções. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 mar. 2003. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs0803200312.htm>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Texto, crítica e escritura*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROUXEL Annie. Autobiografia de leitor e identidade literária. In: ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luzia de (Orgs.). *Leitura subjetiva e ensino de literatura*. Trad. Neide Luzia de Rezende. São Paulo: Alameda, 2013. p. 66-88.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. In: Nas malhas das letras: ensaios. Rio de Janeiro: Rocco, 2002. p. 44.

SILVA, Roberto Bezerra da. *Interpretações*: autobiografia de uma pesquisa sobre letramento literário em língua inglesa. 2011. 215f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. *Autoetnografia*s: conceitos alternativos em construção. Rio de Janeiro: 7Letras, 2005.

WATT, Ian. *A ascensão do romance*: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Yunes, Eliana. Leitura como experiência. In: YUNES, Eliane; OSWALD, Maria Luiza (orgs.). *A experiência de leitura*. São Paulo: Loyola, 2003. p. 7-15.

Anexo – Diário de Leitura

Terça, 10 de fevereiro de 2015

É uma hora da tarde, ainda não almocei, e resolvi, finalmente começar a fazer o diário de leituras de *Nove noites*. Primeiro penso como farei a leitura do livro e a divisão das seções, já que este livro não tem capítulos, nem qualquer numeração. Como o livro tem dois narradores, que alternam a narração e é demarcado no texto com o uso de itálico, resolvi que vou dividir as seções de acordo com a narração.

Vou ler com o computador ligado e escrever ao mesmo tempo que leio, pelo menos incialmente acredito que essa técnica seja melhor porque evita que coloque um comentário e depois esqueça os detalhes do que havia pensado a partir daquilo. É bom lembrar que li este romance algumas vezes, acho que 3 ou 4, e toda vez que vou reler lembro da primeira leitura, um dos motivos que acredito ter feito me interessar por ele. Li esse livro numa disciplina Literatura Brasileira 4, ministrada pela minha orientadora do mestrado, era um grupo de 5 pessoas, todas mulheres, lemos o livro e depois marcamos um dia para discutir qual atividade artística faríamos com ele.

Ao chegar à reunião eu acreditava ter conseguido “desvendar” aquele mistério, sabia o motivo do suicídio e para quem era a carta que não chegou às mãos do dono. Entretanto, ao conversar com as colegas, percebi que cada uma tinha uma resposta diferente, ou até mais de uma resposta e que não era possível “fechar” uma interpretação. Por isso, resolvemos fazer um poema concreto que tivesse as palavras que causaram questionamentos do romance e colocamos na forma de uma interrogação, preparamos também um vídeo que tinha imagens que ilustravam essas palavras. Ao passar na sala, nos demos conta de como é possível uma pluralidade na leitura, alguns colegas viram aquela interrogação como uma lupa, utilizada na investigação, o que com certeza faz todo o sentido.

Essa lembrança sempre acontece porque é inevitável a leitura desse romance não ser influenciada pelas outras leituras, que sempre teve uma intenção determinada. Assim, sempre me condicionei a ler o texto tentando encontrar a viabilidade em analisar algum aspecto, seja a construção de alguma atividade artística, analisar os enigmas, os espaços vazios, a memória ou o horror, havia algo que conduzia a leitura. Sei que é impossível ir sem uma expectativa específica para o texto, mas vou tentar abranger o máximo possível, para não fazer dessa experiência de leitura algo pré-determinado.

Ao começar a leitura do livro me deparo com muitas anotação e riscos, isso me incomoda um pouco, vou tentar não ler tanto essas anotações, para não acabar repetindo impressões anteriores, não porque lembrei, mas por ter lido. Além disso, o calor me incomoda, meu cabelo está suado, vou tomar um banho, e depois recomeço a leitura.

Seção 1 (p. 6-11)

O tom misterioso na primeira página faz com que eu busque outros sentidos além do que foi escrito. Observo como a linguagem é próxima da oralidade, com períodos curtos e lembro de uma reportagem com Bernardo Carvalho, a qual mencionava essa diferença em relação aos outros livros. Parece que esse livro conserva uma linguagem jornalística, mas que não tem a clareza e a objetividade que é característica da função referencial.

Não posso deixar de pensar na estratégia do escritor ao escrever esse romance e colocar na primeira página vários elementos que chamam a minha atenção desde a

primeira leitura e acredito que deve atrair muitas outras pessoas. A primeira frase: “Isto é para quando você vier”, é um desses elementos que me conduziu na primeira leitura, queria saber a todo custo quem era esse outro, lembro que achei ter descoberto, mas minhas colegas (que já comentei) não concordaram e por mais que eu tenha tentado não consegui convencê-las da minha hipótese. Hoje, eu mesma não estou mais convencida, sempre que leio percebo que é possível até mesmo pensar nessa frase como um diálogo com o leitor.

A descrição da morte do antropólogo nessa primeira página, também atrai, e não é qualquer morte, é um suicídio. Recordei como esse tema foi discutido nas reuniões do ELL e como os outros leitores também se interessaram pela questão do suicídio, acredito que isso aconteça pela dificuldade de compreender como uma pessoa pode tirar sua própria vida, diante de um discurso tão dominante da vida como um bem precioso. Como entender que tantas pessoas fazem de tudo para prolongar a vida e alguém se desfaz desse “bem”.

Parece evidente o que esse texto espera do leitor. Várias coisas são feitas para que o leitor seja um curioso, que queira desvendar os fatos. Quantos de nós não nos deparamos com uma história de crime ou de suicídio em algum site ou até mesmo na televisão e não paramos para ler ou assistir como aconteceu tudo aquilo, é como se o texto explorasse tudo isso. Não estou com isso diminuindo a qualidade desse texto, mas apenas que a primeira leitura, sem dúvida difere muito da segunda leitura, com certeza o maior interesse da primeira era saber do que se tratava, quem era essa personagem. A segunda já é possível verificar como o texto tem uma estrutura ou elementos que despertam esse sentimento em muitos leitores.

Lembro dos níveis de leitura, de Umberto Eco, nesse ponto parece que minha experiência com a leitura desse livro passa muito pela questão discutida por ele. A primeira leitura é mais voltada para a apreensão do enredo, já a segunda teria um nível mais aprofundado, relacionando a uma análise e uma interpretação das estruturas da narrativa.

Tudo isso gera uma narrativa detetivesca. Confesso que nunca fui tão fã de textos de detetive na infância e na adolescência, comecei a minha leitura com textos que falavam de amor, depois escolhi o texto literário da estética romântica, comecei lendo Alencar e depois Victor Hugo, gostava daquela idealização. Hoje não tenho tanta

preferência por esses textos, mas também não me atraio tanto por textos policiais, gosto, mas não posso dizer que me encantam. Mas com esse texto foi diferente, acredito que a forma de construir a narrativa, buscando (na minha opinião) explicitamente a participação do leitor, foi o que me atraiu.

Lembro que na disciplina O mal na literatura, quando falamos sobre o romance policial, conversamos que normalmente uma pessoa só lê uma vez, porque o motivo da leitura é descobrir o mistério, depois de descoberto não tem motivo para ler novamente. Pensando por esse lado, esse romance não se encaixaria como policial (nem sei se alguém já fez isso), o fato de ele ter alguns elementos é inegável, mas eu tenho vontade de ler de novo. O mistério é o elemento que conduz a primeira leitura, mas não as outras. Nas outras leituras outras questões se impõem como relevantes.

A descrição de uma cidade pequena reunida para ver o novo visitante, o antropólogo Buell Quain, me lembra vagamente minha infância em uma cidade pequena, que para falar a verdade não existe mais, a cidade que me recordo dos meus cinco anos de idade nada tem a ver com a que vejo quando viajo, mas lendo esse livro consigo revisitar, mesmo que de uma maneira distanciada a imagem que guardei daquele tempo, de um lugar tranquilo, com o rio São Francisco próximo de casa e um quintal enorme e cheio de árvores. Carolina não se parece com Penedo. Acho que nem Penedo se parece com Penedo, o que eu imagino não existe mais. Carolina também não existe.

Ao ler as descrições de Manoel Perna lembro de uma entrevista que li em que Carvalho falava sobre as personagens que eram “reais” e os que eram fictícios. Manoel Perna existiu, fiquei espantada ao saber, óbvio que não é este do livro, esse quem criou foi um autor, mas o “real” serviu de base para construir o Manoel Perna que conheço do livro. O Manoel Perna que existiu não era engenheiro, não tenho certeza mas acho que era pedreiro ou carpinteiro, Carvalho disse que mudou sua profissão para fazer sentido o modo como ele escreve. Lembro que a morte também não se deu da mesma forma com diz no romance, afogado, na verdade fiquei em dúvida e curiosa, vou procurar aquela entrevista para ler de novo.

A relação de Manoel Perna com os índios, é algo interessante. Desde a primeira leitura marquei um trecho em que o engenheiro fala que seu pai “amansou” os índios. O uso deste termo me incomodou, em um momento esse personagem é descrito como

amigo dos índios, mas mantém a imagem estereotipada dessas pessoas como selvagens que precisa que a sociedade os amanse.

Lembro de minha conversa com Josalba, e da minha identificação com os índios. É possível perceber das minhas marcas e anotações como me afeta o que é falado sobre os índios e a forma como sua cultura é descrita. Os índios são associados por Manoel Perna a Buell Quain, são “desamparados e sós”, estrangeiros, só que a diferença é que os índios estão em sua própria terra.

O mistério que mais me atraiu na minha primeira leitura é descrito, há uma carta que não pode ser enviada e ninguém pode ler. Parece excesso de desconfiança, porque alguém leria essa carta se ela fosse enviada para seu legítimo dono? Lembro da pesquisa que fiz quando escrevi o trabalho para a disciplina História, memória e literatura. O contexto histórico brasileiro da época e a ditadura de Getúlio Vargas e a morte do antropólogo acontece no mesmo ano do início da Segunda Guerra Mundial, por isso realmente faz sentido essa desconfiança motivada pela repressão que existia no Brasil da época.

Manoel Perna fala sobre o professor Pessoa e sua desconfiança em relação às suas traduções, como esse homem é desconfiado. O engenheiro fala com uma certa mágoa sobre como o antropólogo foi esquecido propositalmente e como esse professor fica querendo se equiparar a ele. Neste momento, lembro dos comentários de Bernardo Carvalho em uma entrevista em que afirma que Quain não era tão bom assim, tanto que tem textos publicados, mas não é reconhecido pela comunidade científica, inclusive seus textos eram bem banais e um pouco arrogantes. Estou com vontade de ler de novo essas entrevistas para ver o que ele disse exatamente, acredito que não tenha guardado, porque li em um momento de curiosidade e nem sabia que iria escolher esse livro para fazer a dissertação.

Seção 2 (p. 11-20)

Observo uma outra coisa que sempre me atraiu nesse romance, as versões diferentes do mesmo fato. É possível perceber como há uma diferença no modo de tratar o suicídio, Manoel Perna, pela aproximação que teve com o antropólogo, se mostra sensibilizado e triste diante da tragédia, já o outro narrador tem uma postura, que é

natural, distanciada, motivada pela curiosidade e por ver nessa história algo que possa ser produtivo, penso nisto porque é afirmado em algum momento que ele é jornalista.

Sempre senti uma identificação com esse narrador porque o trabalho dele, ou melhor, o papel dele na narrativa parece muito com o que se espera do leitor. Será que ele é o leitor ideal projetado pelo romance? Óbvio que o leitor tem muito menos trabalho, sua investigação consiste em ler o romance e fazer conjecturas. Lembro que escrevi sobre isso no primeiro trabalho que fiz sobre esse romance. Agora, me deu vontade de fazer uma leitura colaborativa, seria interessante ver o que outras pessoas pensam e sentem ao se deparar com os primeiros passos na investigação desse narrador.

A curiosidade do narrador mostra-se como algo semelhante ao que eu disse no início, é o caso do "etnólogo suicida". Quem não se interessaria em pelo menos ler rapidamente um texto que tivesse esse título? Entretanto, vale lembrar que o narrador não faz apenas essa atividade natural que seria sentir curiosidade por um caso misterioso, ele vai além, em busca do desvendamento do mistério. Ele seria o detetive, só que seu interesse não é nem imediatamente financeiro, ou policial. Vou ler mais para ver a conclusão que chego sobre isso.

A mesma história contada por Manoel Perna é recontada pelo jornalista, com uma visão mais distanciada. Confesso que essa parte era mais interessante quando ainda não sabia o que iria encontrar. Há mais detalhes de sua chegada ao Brasil, opiniões e versões de outras pessoas, algo que Manoel Perna não teria acesso.

As referências à segunda guerra mundial estão no próprio texto, não foi fruto de uma pesquisa como imaginava. Além disso, percebi que na verdade as seções são numeradas. Simplesmente, não me lembrava desses detalhes.

Essa seção é uma versão mais detalhada sobre o acontecia na vida de Buell Quain no período de sua morte, além de uma descrição das pessoas próximas, como familiares, amigos e colegas de Universidade e pesquisa. Todos os detalhes servem para me deixar mais próxima do personagem, mas não tem qualquer tipo de sentimentalismo, é uma descrição distanciada, que não há o mínimo envolvimento emocional com a história. Não observei isso nas outras leituras, mas acredito que esse afastamento será substituído pela obsessão.

Quarta, 11 de fevereiro de 2015

Seção 3 (p. 20-22)

Esta seção mostra a história do ponto de vista de Manoel Perna, o que aconteceu depois da morte de Quain e os acontecimentos anteriores que poderiam ter desencadeado seu suicídio, como as cartas recebidas pelo Antropólogo. É comovente como o engenheiro se sente responsabilizado, com um desejo de voltar atrás e não entregar as cartas ou fazer alguma coisa que impeça essa morte.

Mais uma vez as várias possibilidades do motivo da morte do etnólogo são postas. Parece muito claro para mim como essa pessoa tem uma responsabilidade por esse suicídio, essa pessoa desconhecida seria a chave do mistério, mas não sei se outros leitores teriam a mesma visão. Esses trechos me fazem ter essa visão: “teria ido eu mesmo, se soubesse que, entre aquelas cartas, eu lhe enviava a sentença de morte” (CARVALHO, 2002, p. 21) e “Antes de entregá-los ao meu irmão, li entre os envelopes do último correio [...] o nome de um remetente que depois eu iria reconhecer entre os destinatários das cartas que ele escreveu nas horas que antecederam sua morte” (CARVALHO, 2002, p.21). Será que outra pessoa leria de forma diferente? Tenho vontade de trabalhar com esse texto em uma sala de aula da educação básica (ou superior), lendo por partes, deve ser interessante ver a opinião de várias pessoas e a visão delas sobre as informações que são “jogadas” no livro.

Seção 4 (p. 23-26)

A foto de Quain no início desse capítulo é, para mim, como uma lembrança de que essa história é baseada em fatos reais. Li algo sobre Bernardo Carvalho dizendo que o fato de ter esse “pé” na realidade seria algo que atraía os leitores, inclusive o livro seguinte é para provocar essa questão. Para mim isso não é tão importante, muito mais do que ser baseado em uma pessoa que existiu, o modo como a narrativa é construída que me atrai, por dar voz a diferentes versões da mesma história.

A feição altiva e irônica na foto e a carta escrita para a antropóloga Ruth, me fazem ver o antropólogo como um homem arrogante, que se põe em um lugar de superioridade pela sua origem, condição social ou mesmo grau de instrução em relação àquelas pessoas. Ele descreve Carolina como uma cidade “tediosa”, e não tem uma

imagem muito boa dos índios e dos outros brasileiros, o que me incomoda. Toda vez que é mostrado come ele se coloca numa posição crítica de superioridade eu fico incomodada. Talvez seja por ele ser americano, acho que não tenho uma imagem muito positiva sobre eles.

Seção 5 (p.27-37)

Esse capítulo é basicamente a narração de Castro Farias, um homem que conheceu Quain, sobre seus breves contatos com Quain, além de suas impressões desses contatos. Mais uma vez é possível perceber como tudo é posto em dúvida nesse romance, algo que é falado por esse entrevistado é em seguida desmentido pelo acesso a algum documento ou uma outra versão sobre o mesmo fato narrado.

A excentricidade de Quain devido a ele não querer se mostrar rico é bastante destacado por esse entrevistado e confirmado por outras fontes. Acredito que muito mais do que a questão da negação do dinheiro, me parece que ele nega a si mesmo. Fiz um trabalho que em algum ponto tocou nessa questão, de o antropólogo é uma pessoa deslocada no mundo, nessa leitura mantenho minha opinião sobre o modo como Buell Quain é apresentado.

Fica ainda mais clara essa opinião com a frase que Castro Faria atribuiu a ele: “Não tenho mais nada a fazer no mundo. Já vi tudo” (CARVALHO, 2002, p.37). É muito estranho um antropólogo que está envolvido em uma pesquisa e prestes a conviver em uma comunidade indígena pensar isso, por isso parece que o objetivo dele não era científico, a ciência envolve curiosidade pelo conhecimento. Eu acredito que Quain busque muito mais o isolamento dos problemas que o atormentam.

Quinta, 12 de fevereiro de 2015

Seção 6 (p. 37-38)

O narrador Manoel Perna tem um tom tão desesperado que acaba me deixando triste. Na verdade, fica bem expresso na narração o sentimento envolvido e a aproximação que havia entre ele e o antropólogo, é a tristeza de quem perdeu uma pessoa querida.

Além disso, o sentimento de desespero, ou de horror, presente no olhar de Buell Quain é descrito. Esse narrador expõe algumas histórias que seriam responsáveis pelo que se passa com o etnólogo, como o bandido que (nem sei se é bandido, vou voltar ao livro) (é ladrão mesmo) morreu com chibatas na Arábia, realmente é chocante, mas esse não é a única coisa que o atormenta.

Fiquei em dúvida nesse trecho: “o terror de um menino operado pelo próprio pai” (CARVALHO, 2002, p. 37). Na hora, me perguntei se essa menção era ao próprio Quain, que foi operado pelo pai, ou de alguma outra criança que ele viu em algum momento, percebi que se tratava dele mesmo, pois também é falado de uma cicatriz no tórax.

Seção 7 (p. 38-40)

Neste capítulo estou observando a descrição do momento histórico que é feita e que não tinha me detido antes. Descreve com detalhes a sensação vivida pelos antropólogos americanos que estavam no Brasil para pesquisar diferentes culturas. Sempre gostei de história (inclusive essa seria minha segunda opção de curso), mas confesso que meu conhecimento sobre o Estado novo não é tão detalhado, imaginei que por eles serem americanos e por haver uma aproximação entre esse país e o Brasil, não haveria muitos problemas. Mas percebe-se que a vigilância é contínua e também o crescimento da antipatia de alguns brasileiros pelos americanos.

Outra coisa que me chamou a atenção foi como a morte de um antropólogo americano no Brasil foi algo que passou despercebido nacionalmente. Pode ter sido pelo próprio interesse de Vargas, mas mesmo assim é estranho um fato assim ser esquecido em uma cidade pequena que não tem tantos acontecimentos, acho complicado. Pelo meu conhecimento em lugares menores, sei que o mínimo fato toma dimensões grandes entre as pessoas. Vou pensar mais sobre esse assunto, mas me deu vontade de ler mais sobre o Estado Novo.

Seção 8 (p. 41-43)

Gosto mais de Manoel Perna, ele tem um jeito mais poético de narrar. A forma como ele retrata o que foi dito por Quain e com tanta emoção que também me

emociono. Imagino aquela pessoa que busca outros lugares que se sinta pertencente, como uma forma de se adequar de alguma forma no mundo.

De certa forma, é feita uma comparação (lembro que isso é feito em outras partes do texto) entre os índios Trumai e os nativos de Fiji. A experiência em Fiji parece muito melhor apreciada pelo etnólogo. Acredito que isso aconteceu pela aparência imponente dos nativos, mas também sobre suas relações sociais:

> Uma sociedade muito rígida nas suas leis e nas suas regras, onde, no entanto, cabe aos indivíduos escolher seus papéis. Uma aldeia onde a um estranho é impossível reconhecer os traços genealógicos, as famílias de sangue, já os parentes são eletivos, assim como as identidades. O paraíso, o sonho de aventura do menino antropólogo (CARVALHO, 2002, p. 41).

É possível perceber o motivo dessa admiração por essa tribo de Fiji, parece ser a sociedade idealizada por Quain, onde não há repressão e as pessoas podem ser o que quiserem. Imagino como algo que para mim parece tão confuso, tornou-se a idealização de Quain.

Seção 9 (p. 44-49)

Eu gosto dessa forma de narrar, em que os dois narradores contam coisas semelhantes a partir de ponto de vista diferentes. Muito do que foi dito por Manoel Perna, é falado de outro modo pelo narrador jornalista. Essas informações muitas vezes reiteram ou mesmo contradizem a versão dita anteriormente. Dá para observar que as intenções são distintas e o envolvimento também, no caso do jornalista, até esse momento sua narração parece mais um relato jornalístico que se preocupa unicamente em registrar os fatos descobertos.

Na seção anterior parece evidente a relação familiar problemática que Quain enfrenta, mas neste capítulo a relação com sua mãe parece de proximidade e cuidado: “De alguma forma, nem que fosse a distância, ela tentava ser útil e acompanhar os desígnios do filho” (CARVALHO, 2002, p. 44). Talvez os problemas fossem mais voltados para a irmã e o pai. O interesse de desenvolver a pesquisa, tentando

compreender as relações de parentesco e o incesto, me faz lembrar da possibilidade que se levanta com sua irmã, mas neste momento não me lembro exatamente como isto é posto.

A etnografia é parte constante desse livro. Penso como esse tema entrecorta meu trabalho, é tema do livro e faz parte de minha metodologia de pesquisa, por isso é importante ler mais. É feita uma menção de Lévi-Strauss sobre xenofobia e as relações entre as culturas. Lembro que li recentemente o texto Clifford que fala sobre essa questão de o etnólogo querer preservar pura uma cultura e da impossibilidade de isso acontecer devido a constantes alterações pelas quais todas as culturas passam, além de ser inevitável, proteger essas culturas da "contaminação" com o mundo "civilizado".

Sexta, 13 de fevereiro de 2013

Seção 10 (p. 49-53)

Observei que esse capítulo repete a palavra horror, algumas vezes, além de autodestruição. Acredito que foi a partir daqui que me veio a vontade de pesquisar o horror nesse livro. Sempre associo essas palavras a Baumann, pois desde que li este autor lembro dos textos que Bernardo Carvalho e percebo uma recorrência de palavras, além de um tom pessimista parecido.

Percebo também que essa repetição ocorre justamente quando são narradas as experiências de Quain entre os índios Trumai. Eles são a união de todas as sensações de medo. Acho engraçado a cena descrita de todas da tribo querendo dormir em uma única cabana, por que Quain tinha uma arma, além dos pedidos para atirar no escuro. Toda essa descrição de um medo extremo, que não chega a acontecer nada de fato gera essa cena um pouco cômica.

Reli a pouco tempo os textos que falam sobre a etnografia e é difícil não associar a prática de Quain com o que li nesses textos. Primeiro, é estranho um antropólogo não se sentir bem como observador, ao mesmo tempo tinha horror em ser confundido com as culturas que observava, parece que é impossível uma prática etnográfica que não envolva observação e participação.

O tom desesperançado ao falar dos índios e de sua própria existência dá uma sensação estranha. Sempre me imaginei como uma pessoa pessimista, às vezes, mas

diante desse texto percebo que na verdade vejo a vida de uma forma muito mais alegre, por mais que esteja difícil sempre penso que tudo passa, e tanto a alegria quanto a tristeza não duram para sempre. No fim das contas, me vejo muito mais otimista agora.

Tive uma experiência diferente agora, li o texto e achei que tinha tido uma boa conclusão sobre toda a narração da vontade de Quain voltar para a convivência com os Trumai, mas em seguida o que pensei ter sido uma conclusão minha estava escrito no livro, e o pior, não lembro de ter lido isso. Não sei dizer se adiantei um pensamento que estava implícito ou se apenas me recordei do que tinha lido antes. De qualquer forma, achei interessante essa passagem para pensar sobre Buell Quain: “me parece que ele tinha encontrado um povo cuja a cultura era a representação coletiva do desespero que ele próprio vivia como um traço de personalidade” (CARVALHO, 2002, p. 51). Na realidade, o que os aproximava era a identificação do desespero.

Seção 11 (p. 53-98)

Essa seção é muito grande, então vou parar para escrever a cada 4 páginas. Essa é minha parte preferida do livro. É quando se tem um acesso maior ao narrador, aqui conhecemos melhor aquela pessoa que até então só falava de Quain. E aí fica um pouco mais claro esse interesse súbito de pesquisar por uma pessoa que até então nunca tinha ouvido falar o nome. Acredito que o fato de ser um antropólogo e pesquisar os índios, o atraiu porque dizia muito sobre ele, era uma volta ao seu passado, uma volta a si mesmo.

Consigo perceber claramente o paralelo que é feito entre a vida do etnólogo e do narrador, e o elo é essa aproximação com os índios, principalmente do Xingu. Parece que a história de Quain conduz o narrador a um passado que parecia esquecido, apagado com o tempo.

A imagem que é feita dos índios sempre me chamou a atenção. Temos desde sempre acesso à história dos índios, de um modo que os coloca como vítimas, ao mesmo tempo que seriam dignos e corajosos. Diferente de todo esse estereótipo construído, o narrador apresenta a imagem de pessoas que por estarem sendo encurralados pelos brancos, ao mesmo tempo que protegidos de maneira inadequada, acabam se transformando em pessoas dependentes e sem dignidade. A cena do pajé

pedindo mais bebida e do garçom fazendo brincadeiras com isso, além dos constantes pedidos de presentes me desagrada, por ser uma imagem antes não vista.

A visão de Quain corrobora com a do narrador, ambos têm uma visão semelhante dos índios e do Xingu: é o inferno. Essa semelhança de pontos de vista também acontece em relação à cidade de Carolina, como decadente, abandonada e morta. Há um paralelo entre a vida do narrador e Quain, com a repetição das experiências passadas pelo antropólogo.

Mais detalhes da morte do antropólogo são narrados. É um pouco chocante a descrição dos últimos momentos, principalmente pela imagem da poça de sangue que vem a minha mente, e de um homem todo cortado e pendurado em uma árvore. Penso na posição do índio que pede para que ele não faça isso. É angustiante ver uma situação dessas e não poder fazer nada, a única decisão que pode ser tomada é mesmo fugir.

O caso do incesto de Quain com sua irmã não me convence muito. Lembro que a primeira vez que li, não dei muita atenção a isso, para mim era algo que vinha muito mais da imaginação do narrador jornalista, em sua obsessão de desvendar o mistério. Mas, pensando melhor, o que eu poderia colocar como fora da imaginação dele, tudo que é narrado parte da leitura desse narrador das cartas, documentos e testemunhos. Como Bernardo Carvalho afirma em uma entrevista, no fundo, tudo é inventado. Por isso, passo a considerar um incesto, mas acredito que sem dúvida esse é o caso mais nebuloso e sem muito registro que há dentre todos os possíveis motivos para o suicídio.

A experiência do narrador com os índios Krahô, me faz vê-lo como uma pessoa chata, apesar de concordar, baseada em suas narrações (que é feita a partir de suas impressões, por isso seria difícil ter uma visão diferente) que não é muito agradável a comida e alguns rituais.

A desconfiança dos índios em relação ao antropólogo é algo que me chama atenção, principalmente porque recentemente assisti a um programa que mostrava os índios de maneira semelhante. O repórter era recebido com flechas apontadas e índios mal-encarados, apenas depois de sua aceitação em passar por diversos rituais (entre eles o de ser riscado com um pedaço de vareta que fazia cortes) é que há uma aproximação.

Acho engraçado quando um menino da aldeia vai falar com o narrador e fala para ele: “Eles estão mentindo pra você”. Eu lembrei imediatamente da apreensão que

senti na minha primeira leitura, achei que iria acontecer alguma coisa em seguida, mas não acontece nada, nenhuma nova informação é descoberta. Ainda mais engraçado é quando o narrador afirma está na terceira noite, pela narração dos sofrimentos achei que tinha se passado uma semana. Para ele com certeza foi um suplício.

A forma como o narrador descreve os índios sempre é vista com um certo estranhamento por mim. Apesar de não possuir nenhum contato com índios, durante toda minha vida, me julgaram parecida com eles (carregando até esse apelido por algum tempo) e isso fez com que eu desenvolvesse algum tipo de identificação. Nunca me ofendi por ser comparada com uma índia, sempre um elogio, por ter essa imagem positiva que é ensinada na escola e presente na literatura.

No romance essa imagem parece ser distante de idealizações. O narrador tem uma visão crítica que reconhece os problemas e o modo como os índios são tratados pelos brancos, mas ao mesmo tempo mostra os excessos e os vícios que os índios desenvolveram, evidentemente motivados pelos brancos. Chega a ser cômica a cena que ele é amedrontado e obrigado a dizer que não vai esquecer deles, além de receber telefonemas pedindo presentes. Ainda mais cômico é o narrador afirmar que se afeiçoou a eles, não conseguiu me convencer.

Domingo, 15 de fevereiro de 2015

Seção 12 (p. 99-100)

Hoje é carnaval, mas não estou no melhor ânimo. Resolvi voltar a leitura, mesmo sem vontade de fazer coisa alguma. Essa seção traz um ponto de vista muito íntimo sobre Quain. Manoel Perna o descreve de acordo com toda a imaginação e emoção que sua convivência provocou nele.

É angustiante o modo como Manoel Perna fala sobre os acontecimentos, o que pode ser explicado pelo tom misterioso que ele imprime devido à sua constante desconfiança. Além disso, o narrador utiliza metáforas que consigo entender, mas não posso pôr em palavras.

Em seguida, o próprio narrador esclarece aquilo que não consegui expressar: “via-se como um estrangeiro e, ao viajar, procurava apenas voltar para dentro de si, de onde não estaria mais condenado a se ver. Sua fuga foi resultado de seu fracasso. Decerto, ele se matou para sumir de seu campo de visão, para deixar de se ver” (CARVALHO, 2002, p. 100).

Agora isso parece tão evidente, mas passou despercebido por mim.

Seção 13 (p. 101-102)

Apesar de ficar claro a repetição de muitos acontecimentos, na minha última leitura observei que o testamento de Manoel Perna não foi encontrado pelo narrador jornalista. Só penso na sintonia entre os narradores que revela, muitas vezes, a mesma coisa, mas de perspectivas diferentes.

A loucura de Buell Quain nunca tinha ficado tão explícita para mim, apesar de já ter pensado nisso. Parecia que ele possuía uma sensação de estar sendo sempre perseguido pelo “duplo que o mataria” (p. 101). O motivo da morte, então, poderia ser uma fuga de uma crise que ele achava estar se aproximando.

Sinto que a partir desse capítulo há uma aproximação maior desse narrador com Quain, por isso ele passa a ter um ponto de vista até um pouco mais aproximado do de Manoel Perna. Assim, a partir do momento que há um conhecimento maior sobre a vida do antropólogo, há uma aproximação e um envolvimento (escrevendo isso, ainda pensei em produzir um trabalho sobre a leitura e os leitores em *Nove noite*, uma reflexão sobre a minha leitura de Quain, e das leituras desses narradores).

Seção 14 (p. 103-105)

Neste capítulo pensei muito no trabalho que fiz sobre memória (particularmente, achei um tema bem interessante para pensar nesse romance). A ideia de como está relacionada de diferentes formas e como faz com que se questione ainda mais as versões dos narradores.

A menção ao fotógrafo, a quem Manoel Perna se dirige, me fez lembrar de minha primeira leitura desse romance, relacionava todas essas pontas soltas a ele. Com

certeza, essa leitura estava muito condicionada a descobrir quem era ele e, por isso, as outras possibilidades passaram-se despercebidas.

Quinta, 19 de fevereiro de 2015

Seção 15 (p. 105-108)

Todo texto literário permite diversas leituras, mas não consigo deixar de pensar que esse texto tenha uma possibilidade maior, porque não há nada definido, o que há é um levantamento de diversas fontes, e intervenções do narrador jornalista que traz a sua interpretação. É impossível não pensar nesse trabalho como algo etnográfico, ele pega diversas vozes, reproduz e as interpreta de acordo com os seus objetivos.

As cartas que Buell escreve sobre os brasileiros sempre me incomodam. A forma como descreve os brasileiros, não me representa, apesar de achar que muita coisa faz sentido e que sua leitura é válida, como, por exemplo, a recusa em cumprir leis básicas; mas, por outro lado, essa ideia de que os brasileiros o hábito de fazer “pedidos à sorte” (p. 108), para mim não faz sentido. Mesmo sabendo que, de certa forma, sua interpretação é plausível, não gosto de um estrangeiro falando mal do Brasil. De modo geral, simpatizo com Quain, apenas me irrito um pouco com essas descrições.

A referência a madame Satã, me fez recordar um texto que li a um tempo atrás no facebook. Não conhecia essa figura, mas essa referência me fez lembrar como essa personagem fugia dos estereótipos dos homossexuais. Ele era gay e valente, “brigador”.

Seção 16 (p. 109-115)

Este capítulo se inicia com algumas informações desencontradas. A narrativa de uma mulher e Quain em um trem ficou um pouco obscura, por isso depois que terminei esta seção, voltei a ler esta parte. Palavras como vultos e fantasma, acabam por construir esse ambiente pouco propício ao esclarecimento. Depois que reli a parte específica, percebi que havia uma apresentação dessa mulher que Quain e seu amigo teriam se apaixonado. Observo como é essa mulher: uma prostituta, que aparentemente, comete crimes, como roubos. Ainda assim não é tão esclarecido, foi algo que inferi e que outra pessoa poderia ver completamente diferente, devido aos poucos detalhes que são dados.

Por mais que me lembrasse dessa narrativa, achei estranho ver nesse livro, por que achei que era algo acontecido em *O sol se põe em São Paulo*. Acredito que tem uma cena em um trem e eu fiz confusão. Mas me espanta como é nebuloso, é uma história entrecortada, que, como Manoel Perna avisou, precisava de conhecimento da pessoa que receberia o testamento para fazer sentido.

A história de Quain com o fotógrafo é desenvolvida um pouco mais, aqui eu começo a pensar que o romance conduz para a minha primeira leitura (é claro que estou influenciada por ela), pois acredito que o leitor é conduzido a pensar na carta do fotógrafo como uma alternativa mais possível para o suicídio.

Seção 17 (p. 115-116)

Aqui são reveladas outras vozes de antropólogos conhecidos de Quain, que ainda não tinha aparecido. O acesso a esses comentários permite que várias impressões sobre Buell Quain e sua família sejam mais confirmados. Há comentários de pessoas que não tiveram um contato muito grande com Buell, mas que dizem muita coisa do que pensei até agora. Entretanto, há outros que são “maldosos” e que causam mais uma dúvida sobre a possibilidade de considerar isso como “verdade”.

Seção 18 (p. 116-119)

O fim do relato de Manoel Perna esclarece algo que pensei durante o romance, por que esse medo e essa desconfiança? Entendo que o momento histórico do Brasil propiciaria isso, mas o que aumenta é que ali naquela carta poderia ter algo que incriminasse alguém, ou melhor, que pudesse ter um motivo para incriminar os índios. Havia a intenção de proteger uma minoria que seria muito fácil de ser penalizada e uma resposta atraente que poderia ser dada pelo Estado.

O envolvimento na história é muito interessante, sinto uma angústia quando Manoel Perna fala que vai rasgar a carta, é como se eu também, por conta disso, não pudesse mais ter acesso a “verdade” que pode estar ali descrita. Me pergunto: como ele pode fazer isso? Tem que ser muito leal, ou ter muito medo para conseguir vencer essa curiosidade.

Seção 19 (p. 119-150)

A morte de Manoel Perna é triste, afogado em um rio tentando salvar a neta, e tem um fim semelhante a Quain, é enterrado sem identificação e sem um túmulo. Isso aproxima os dois, ao mesmo tempo que os afasta, pois a morte de Manoel Perna é muito mais digna.

As versões das pessoas que presenciaram os reflexos da morte de Quain, são muito parecidos, porque eles reproduzem aquilo que foi contado pelos índios ou aquilo que foi preferido deixar pelas autoridades para posteridade. Essa versão sempre soa muito confusa e as ligações são complicadas de fazer. O narrador jornalista tenta inferir algo, mas tudo parece muito inverossímil.

A morte do pai do narrador jornalista é ainda mais triste, lendo essa parte pensei em um filme que assisti recentemente, *A teoria de tudo*, e que me emocionou muito. Toda essa narrativa serve como uma forma de ligar (acredito que toda vez que o narrador faz digressões sobre sua vida, de alguma forma se relaciona com a história de Buell Quain) e responder o motivo do interesse repentino na vida de Buell Quain.

Perguntei-me se essa história do fotógrafo falando o nome de Buell Quain ao lado da cama de seu pai aconteceu, é uma coincidência assustadora. Durante toda a narrativa não me preocupei muito em fazer essa pergunta, pois penso que por mais que seja baseado em fatos acontecidos, o que se conta é uma ficção, apesar disso, essa parte parece tão surreal que bateu uma curiosidade, e lembro que nunca li nada sobre isso.

Pensei muito no livro de Carrol, em que ele fala de uma possível identificação nos sentimentos entre o personagem e o leitor. Não acredito como Carrol que isso possa ser genérico, foi uma sensação que identifiquei em mim, e acho que foi motivada pela forma como a narrativa acontece (com períodos curtos, assim parece que a resposta vem de forma rápida, mas o que temos são várias informações desconexas) e pelos sentimentos que é possível perceber no narrador, como ansiedade e obsessão. Quando comecei a ler esse livro, não consegui mais parar, me prendeu de maneira muito forte, por isso, consigo enxergar uma associação, entre o que sinto como leitora e o que o narrador sente.

O encontro com o filho do fotógrafo seria a resposta, mas terminou não respondendo nada. Quando li pela primeira vez tive certeza que esse senhor era filho de Buell Quain, mas percebi que não tem nada claro, o narrador jornalista insinua que o americano é filho do antropólogo (como se fosse uma alucinação) mas em outro momento desmente-se. Assim, ao certo não se chega a nenhuma conclusão, minha certeza na primeira leitura foi como uma forma de tornar claras as dúvidas que me incomodavam. Diferente de mim, o narrador jornalista preferiu não forçar uma resposta e se contentar em escrever um romance sobre a história.

Ao final, percebi que o encantamento da primeira leitura não acontece do mesmo jeito, lá o que imperava era a ansiedade a curiosidade. Nas outras leituras, e nessa, consegui ver coisas diferentes, me deter a diversos aspectos, a depender do interesse que estou condicionada. Quando queria analisar a memória, foi o que se destacou, por sua vez, quando busquei o horror, também essa questão ficou mais evidente. Entretanto, quando tentei deixar um pouco mais livre, o que se sobrepôs foi a forma enigmática que o texto é construído, e como é possível causar atração.